



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT

INTERVALO INTERTURNO: CAMINHOS PARA O LAZER CRIATIVO NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO IFAC

GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA

**INTERVALO INTERTURNO: CAMINHOS PARA O LAZER CRIATIVO NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO IFAC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do Instituto Federal do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral

Rio Branco - Acre
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Coordenação de Biblioteca, Campus Rio Branco – Acre

S729i Souza, Gabriela Barbosa Chaves de.

Intervalo interturno: caminhos para o lazer criativo no Ensino Médio Integrado do Ifac. / Gabriela Barbosa Chaves de Souza. – Rio Branco, 2025.

150 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, 2025.

Orientador – Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral.

1. Intervalo escolar. 2. Lazer educativo. 3. Formação integral. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título. II. Amaral, Cledir de Araújo.

CDD 370.113

GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA

**INTERVALO INTERTURNO: CAMINHOS PARA O LAZER CRIATIVO NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO DO IFAC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do Instituto Federal do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 10/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral (presidente)
Ifac/*Campus* Rio Branco

Prof.^a Dra. Edilene da Silva Ferreira (membro interno)
Ifac/*Campus* Rio Branco

Prof. Dr. Maurício Perondi (membro externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio Branco - Acre
2025

GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA

EDULAZER: CONEXÃO INTERTURNO

Produto Educacional ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

provado em: 10/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral (presidente)
Ifac/Campus Rio Branco

Prof.^a Dra. Edilene da Silva Ferreira (membro interno)
Ifac/Campus Rio Branco

Prof. Dr. Maurício Perondi (membro externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio Branco - Acre
2025

Dedico esta dissertação à minha mãe, que partiu durante esta caminhada, mas permanece viva em cada conquista minha e dos meus irmãos.

Mulher de força inigualável, educadora exemplar, coordenadora por mais de duas décadas e professora apaixonada pela biologia, foi ela quem me ensinou, com amor e sacrifício, o verdadeiro valor da educação.

Tudo o que sou e conquistei deve muito ao seu exemplo, à sua coragem diante da vida, e à sua escolha diária de colocar Deus em primeiro lugar.

Esta vitória também é sua, mãe. Com amor e gratidão eterna.

“Educar é sempre um ato de coragem e uma ação criativa, é desenvolver um projeto humano, um obrar-se, em termos de ação ética, estética e política.”
(Habowski; Conte, 2020)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte de vida e força, por sustentar cada passo desta caminhada e me permitir superar os desafios que surgiram ao longo do percurso.

Ao meu esposo, meu companheiro incansável, agradeço pela mão sempre estendida, pela confiança inabalável e pelo apoio nos momentos mais difíceis. Sua parceria foi meu alicerce mais firme. À minha filha, luz que ilumina meus dias, dedico cada esforço e conquista, sempre com o desejo de construir para você um futuro melhor. Vocês são minha maior motivação para seguir adiante.

Registro minha profunda gratidão aos meus orientadores, Prof. Dr. Ricardo e Prof. Dr. Cledir, cujas orientações sensíveis e criteriosas foram essenciais para a realização deste trabalho. A paciência, o conhecimento e a escuta atenta de ambos moldaram este percurso e contribuíram decisivamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos, agradeço pelo incentivo constante, pela compreensão e pelo apoio emocional. Aos docentes do Ifac, colegas e estudantes que participaram da pesquisa e das rodas de conversa, deixo meu reconhecimento pela colaboração generosa, que tornou possível a concretização deste estudo.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade, expresso meu sincero e profundo agradecimento.

MEMORIAL DESCRITIVO

Sou Gabriela Barbosa, professora de Educação Física da rede estadual do Acre (SEE/AC), atuante no Ensino Médio. Minha trajetória profissional é marcada pela influência familiar, sou filha, irmã e esposa de professores, e por uma formação que reflete meu compromisso com a educação. Iniciei meus estudos em Licenciatura em Educação Física e, movida pela convicção de que aprender e ensinar são processos contínuos, transitei por outras etapas e modalidades de ensino. Essa busca me levou à Pedagogia e, posteriormente, à especialização em Educação Especial, ampliando minha compreensão sobre inclusão, diversidade e as necessidades reais dos estudantes.

O interesse pela temática desta pesquisa surgiu de vivências pessoais e observações cotidianas. Meu irmão estudou no Ifac, *Campus* Rio Branco, e, como muitos jovens, permanecia na instituição durante o horário de almoço por não poder retornar para casa. Essa realidade social me sensibilizou e se tornou um ponto constante de reflexão. Durante as aulas presenciais do mestrado, observei estudantes do EMI deitados no chão, sem espaços adequados de descanso ou convivência, além de circularem pelos corredores durante intervalos, as vezes interferindo em outras aulas. A ausência de ambientes acolhedores e de atividades organizadas evidencia uma lacuna que demanda atenção pedagógica e compromisso social.

Acredito profundamente no poder transformador da educação na vida dos estudantes e na minha própria. Ela tem sido instrumento de mudança, amadurecimento e ressignificação das minhas expectativas de futuro. Educar, para mim, é um ato que ultrapassa o conteúdo: envolve cuidado, escuta e responsabilidade com o outro.

Ao conhecer o ProfEPT, vi uma oportunidade de crescimento em um programa que valoriza a prática docente. O ingresso por prova escrita reforçou meu sentimento de justiça e acessibilidade, e receber a aprovação foi motivo de grande gratidão. Ao longo do percurso formativo, reafirmo minha esperança de que a pesquisa desenvolvida, com a orientação de professores dedicados, contribua para a melhoria dos espaços escolares, promovendo conforto, convivência e aprendizagem nas interações espontâneas dos intervalos. Que este trabalho possa reencantar o cotidiano escolar e valorizar o tempo do aluno em sua integralidade.

SOUZA, Gabriela Barbosa Chaves de. **Intervalo interturno: Caminhos para o lazer criativo no ensino médio integrado do Ifac/Campus Rio Branco**. 2025. 215f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, AC, 2025

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza aplicada e vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), teve como objetivo desenvolver uma proposta de atividades de lazer educativo no intervalo interturno que estimulem o ócio criativo e contribuam para a formação integral dos estudantes do Instituto Federal do Acre (Ifac), *Campus* Rio Branco. A proposta emerge da observação das dificuldades enfrentadas por estudantes do Ensino Médio Integrado, que permanecem longos períodos na instituição para cumprir a carga horária exigida, sem acesso a momentos de lazer adequados. Parte-se da compreensão de que esse intervalo constitui um tempo legítimo de pausa, relacionado à saúde física, emocional e social dos discentes. Contudo, há carência de estrutura e ausência de políticas institucionais voltadas para esse fim. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, utilizou questionários on-line e rodas de conversa para identificar percepções, demandas e sugestões dos alunos. A análise dos dados foi realizada com base na técnica da espiral de Creswell. Os resultados indicam que os discentes valorizam o lazer, embora a maioria nunca tenha participado de ações organizadas nesse tempo. As sugestões apresentadas subsidiaram a elaboração de um caderno de orientações intitulado *Edulazer: Conexão Interturno*, constituído como Produto Educacional, que sistematiza atividades educativas e de lazer com potencial de aplicação em realidades semelhantes. Conclui-se que o intervalo interturno, quando reconhecido e reorganizado com intencionalidade pedagógica, pode favorecer o bem-estar e aprendizagens não formais, alinhando-se aos princípios da formação omnilateral, humanizada e democrática. O trabalho contribui para o Ensino e a Educação Profissional e Tecnológica ao propor estratégias inovadoras de valorização dos tempos não-formais na escola, reafirmando o papel da instituição pública na promoção da cidadania, do bem-estar e do desenvolvimento humano. O Produto Educacional apresenta aplicabilidade imediata e potencial de replicação em outras realidades escolares.

Palavras-chave: Intervalo escolar; Lazer educativo; Ócio criativo; Formação integral; Educação profissional e tecnológica.

SOUZA, Gabriela Barbosa Chaves de. **Inter-session break: Paths to creative leisure in integrated high school at Ifac/Rio Branco Campus**. 2025. 215p. Dissertation (Professional Master's Degree in Professional and Technological Education - ProfEPT) - Federal Institute of Education, Science, and Technology of Acre. Rio Branco/Acre, 2025.

ABSTRACT

This research, of an applied nature and linked to the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), aimed to develop a proposal for educational leisure activities to reframe the inter-turn interval as an educational leisure space at the Federal Institute of Acre (IFAC), Rio Branco Campus. The proposal emerged from observing the difficulties faced by Integrated High School students, who remain at the institution for long periods to meet the required workload, without access to adequate leisure opportunities. This inter-turn interval is understood as a legitimate time for rest, directly related to students' physical, emotional, and social well-being; however, there is a lack of structure and an absence of institutional policies addressing this time. The research adopted a qualitative approach with an exploratory-descriptive design, using online questionnaires and discussion circles to identify students' perceptions, demands, and suggestions regarding the inter-turn interval. Data analysis followed Creswell's spiral technique, enabling the organization and interpretation of the information produced. The results indicate that students value leisure, although most have never participated in organized educational activities during this period. The suggestions collected supported the development of a guideline booklet entitled EduLazer: Conexão Interturno, constituted as an Educational Product, which systematizes educational and leisure activities with potential applicability in similar institutional contexts. It is concluded that the inter-turn interval, when recognized and reorganized with pedagogical intent, can promote well-being and non-formal learning, aligning with the principles of an omnilateral, humanized, and democratic education. This study contributes to Teaching and Professional and Technological Education by proposing innovative strategies to value non-formal school times, reaffirming the role of public institutions in promoting citizenship, well-being, and human development. The Educational Product presents immediate applicability and potential for replication in other school realities.

Keywords: School break; Educational leisure; Creative leisure; Holistic education; Professional and technological education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Trilogia da educação - Conceitos	15
Figura 2. Trilogia da educação - Diferenças entre as modalidades da educação	17
Figura 3. Trilogia da educação - Vantagens e desvantagens	18
Figura 4. Evolução da concepção da pedagogia educacional	22
Figura 5. Infográfico dos marcos históricos da EPT	35
Figura 6. Etapas do método hipotético-dedutivo	41
Figura 7. Desenho Metodológico	44
Figura 8. Card de mobilização dos estudantes para a participação na pesquisa	48
Figura 9. Card de convite aos docentes para participação na pesquisa	48
Figura 10. Distribuição percentual dos participantes por faixa etária	50
Figura 11. Distribuição percentual dos participantes segundo o gênero	51
Figura 12. Indicação da presença de deficiência	52
Figura 13. Situação habitacional dos estudantes do EMI do Ifac <i>Campus</i> Rio Branco	54
Figura 14. Coabitação dos alunos participantes	55
Figura 15. Acesso à internet pelos participantes da pesquisa	56
Figura 16. Distribuição percentual dos meios de transportes utilizados	57
Figura 17. Distribuição percentual dos estudantes por curso técnico integrado	59
Figura 18. Percepção dos alunos quanto à utilização do intervalo	64
Figura 19. Nível de relevância atribuído ao lazer pelos estudante	66
Figura 20. Frequência de acesso dos jovens ao lazer e à cultura	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Concepções pedagógicas	23
Quadro 2. Sugestões de atividades educativas e de lazer dos estudantes do IFAC	65
Quadro 3. Resultados do questionário segundo a Espiral de Creswell	69
Quadro 4. Análise do primeiro momento da roda de conversa	71
Quadro 5. Percepções estudantis sobre os espaços escolares no intervalo	79
Quadro 6. Percepções dos estudantes sobre o lazer e práticas no campus	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Vivências estudantis no tempo de intervalo entre os turnos	61
Tabela 2. Atividades relatadas pelos alunos durante o intervalo interturno	63
Tabela 3. Preferências dos estudantes em relação às categorias de atividades de lazer	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet - Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CNE - Conselho Nacional de Educação
Decti - Departamento de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio
Diren - Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
EMI - Ensino Médio Integrado
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
IF - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Ifac - Instituto Federal do Acre
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
OMS - Organização Mundial da Saúde
PE - Produto Educacional
ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.
SEE/ AC - Secretaria Estadual de Educação do Acre
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZPD - Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 O HOMEM COMO SER SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E O LAZER	22
2.1.1 O conceito de juventude	28
2.2 ESPAÇOS EDUCATIVOS, TEORIAS DE APRENDIZAGEM E O PAPEL DOCENTE	30
2.3 O ÓCIO CRIATIVO, LAZER E TEMPO LIVRE: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	42
2.4 O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO CONTEXTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	50
3 METODOLOGIA	58
3.1 O MÉTODO DE PESQUISA	58
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	59
3.3 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA	61
3.3.1 População e amostra	61
3.3.2 Critérios de inclusão e exclusão	61
3.3.3 Riscos e Benefícios Esperados	62
3.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	62
3.4.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	62
3.4.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
5 PRODUTO EDUCACIONAL	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS/RESPONSÁVEIS)	116
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE (DISCENTES)	118

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (DOCENTES)	120
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DO IFAC ..	122
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DO IFAC ...	124
APÊNDICE F – ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM OS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC	126
APÊNDICE G – ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM PROFESSORES DO IFAC	127
APÊNDICE H – PRODUTO EDUCACIONAL – EDULAZER: CONEXÃO INTERTURNO	129
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	199
ANEXO B – DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO/COORIENTAÇÃO	215

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido, historicamente, marcada por uma dualidade estrutural que separa a formação geral da formação profissional. Conforme destacam Ciavatta e Ramos (2011), essa divisão remonta a um modelo educacional que destina a educação geral à preparação para o ensino superior, enquanto a educação profissional é voltada ao atendimento das demandas imediatas do mercado de trabalho. Essa lógica dualista, intensificada com o avanço da industrialização, consolidou uma visão fragmentada do processo educativo, na qual o saber técnico é frequentemente desvalorizado em relação ao saber teórico, e a formação humana ampla é relegada a segundo plano. Nesse cenário, a escola da classe trabalhadora, ao contrário da escola dos donos dos meios de produção que buscam o desenvolvimento integral dos filhos da classe dominante.

Contudo, ao longo das últimas décadas, educadores comprometidos com uma concepção crítica e emancipadora da educação têm defendido a superação dessa dicotomia por meio de uma proposta unitária, omnilateral e politécnica. Essa perspectiva busca formar sujeitos capazes de compreender e intervir no mundo de maneira crítica, articulando os saberes do trabalho, da ciência e da cultura. A educação omnilateral, nesse sentido, não se limita à preparação para o mercado de trabalho, mas visa ao desenvolvimento pleno do ser humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Essa concepção se opõe à ideologia da empregabilidade, que responsabiliza o indivíduo pelo desemprego e reduz a qualificação a um instrumento de adaptação às exigências do mercado (Ciavatta; Ramos, 2011).

É nesse contexto que se insere o Ensino Médio Integrado (EMI), uma proposta que visa articular a formação propedêutica do ensino médio à formação técnica profissional, caracterizando-se como uma educação integrada, no sentido da articulação entre a Educação Profissional e Tecnológica e a formação geral. Além disso, em determinados contextos institucionais, o EMI pode ocorrer em regime de tempo integral, compreendido aqui exclusivamente como a ampliação da jornada escolar em dois turnos sequenciais, sem confundir-se com o princípio da formação integral ou omnilateral.

No Instituto Federal do Acre (Ifac), o EMI é ofertado como uma modalidade que busca romper com a lógica fragmentada da educação tradicional, proporcionando aos

estudantes uma formação que integra trabalho, ciência e cultura. Essa proposta está alinhada à missão dos Institutos Federais, os quais, conforme a Lei n.º 11.892/2008, “devem destinar pelo menos 50% de suas vagas à oferta de cursos técnicos de nível médio, preferencialmente na forma integrada”. No Ifac, os estudantes do EMI permanecem em tempo integral na instituição em alguns dias da semana, o que gera a necessidade de repensar o uso pedagógico do chamado “intervalo interturno”, período entre os turnos de aula que, muitas vezes, é marcado pela ociosidade e pela ausência de atividades significativas.

Transformar o tempo livre em um momento de lazer criativo e educativo constitui um dos grandes desafios enfrentados pelas instituições que ofertam o EMI. Para compreender esse desafio, torna-se fundamental distinguir concepções que envolvem os termos educação integral, educação em tempo integral e educação integrada. Nesse sentido, o Centro de Referência em Educação Integral, iniciativa da sociedade civil coordenada pela Associação Cidade Escola Aprendiz, esclarece que a educação integral não se configura como uma modalidade de ensino, mas como uma concepção que reconhece o ser humano em sua totalidade, promovendo o desenvolvimento de todas as suas dimensões (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2024). Perondi (2009) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a educação integral deve considerar o sujeito como um ser completo, e não fragmentado, valorizando aspectos afetivos, cognitivos, físicos e sociais por meio de múltiplas linguagens. Já a educação em tempo integral refere-se à ampliação da jornada escolar, podendo ou não estar associada a uma proposta pedagógica transformadora. Por fim, a educação integrada, fundamento do EMI, busca articular diferentes modalidades e saberes, promovendo uma formação que supere a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (Silveira; Almeida, 2021).

A proposta do EM no Ifac, ao articular a formação técnica à formação geral, fundamenta-se na perspectiva da educação integrada, orientada pela busca de uma formação omnilateral dos estudantes, e não apenas pela ampliação ou diversificação de aprendizagens. Para que essa concepção se materialize no cotidiano escolar, torna-se necessário repensar os diferentes espaços e tempos da instituição como dimensões formativas. Nessa direção, o intervalo interturno pode e deve ser compreendido como um espaço educativo, no qual os estudantes vivenciam experiências significativas de lazer, convivência e expressão cultural. Sob a ótica da teoria sociointeracionista, Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento humano

ocorre por meio das interações sociais mediadas pela linguagem e pela cultura. Assim, o intervalo escolar, longe de configurar-se como um tempo “vazio”, constitui um momento privilegiado de socialização e construção de saberes, no qual os estudantes interagem, expressam-se e se reconhecem como sujeitos ativos do processo educativo.

A presente pesquisa parte da vivência da autora com o Ifac e da observação da realidade dos estudantes do EMI. Além de cursar o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a autora possui uma relação pessoal com a instituição, tendo um irmão matriculado no terceiro ano do EMI. Como professora de Educação Física da Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE/AC), compreende a importância do lazer como dimensão fundamental da formação humana, articulando-se com o trabalho, a educação e a saúde. Ao observar que muitos alunos permanecem nos corredores durante o intervalo interturno, muitas vezes deitados no chão e sem atividades que estimulem sua criatividade e livre expressão, ou espaços adequados para descanso e convivência, surgiu a pergunta de pesquisa: como transformar esse tempo ocioso em um momento educativo e prazeroso? Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi propor atividades educativas que estimulem o ócio criativo, contribuindo de forma efetiva para a formação integral dos alunos do Ensino Médio Integrado no Ifac, *Campus* Rio Branco.

Para alcançar esse objetivo, a investigação seguiu quatro objetivos específicos. O primeiro consistiu em investigar práticas educativas no intervalo interturno, analisando suas potencialidades formativas no contexto do EMI. O segundo buscou levantar, junto a docentes e discentes, propostas de práticas educativas que pudessem ser desenvolvidas durante esse período. Na sequência, o terceiro objetivo envolveu a organização e aplicação das propostas junto aos alunos, de modo a experimentar e avaliar sua relevância e viabilidade. Por fim, a pesquisa culminou na elaboração de um caderno de orientações, sistematizando as práticas propostas como um Produto Educacional (PE) voltado à replicação e ao fortalecimento de experiências formativas durante o intervalo interturno.

A proposta deste trabalho é investigar e propor atividades educativas de lazer que possam ser desenvolvidas durante o intervalo interturno, contribuindo para a formação integral dos estudantes do EMI no Ifac. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Huizinga (2019), Marcellino (2019), De Masi (2000) e Vygotsky (2007), além de um levantamento diagnóstico junto à comunidade escolar,

foi elaborado um caderno de orientações com sugestões de práticas educativas que valorizem os interesses dos discentes, promovam o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões e fortaleçam os vínculos entre os sujeitos da escola. Ao reconhecer o intervalo como um espaço legítimo de aprendizagem não formal, este estudo buscou contribuir para a construção de uma escola mais acolhedora, democrática e formadora de sujeitos críticos, criativos e autônomos.

O conceito de ócio criativo foi adotado como base para pensar práticas que, aliando descanso e expressão, pudessem favorecer o bem-estar e o protagonismo dos estudantes, aliado aos princípios de uma educação profissional tecnológica.

Entretanto, no decorrer da pesquisa, a aplicação das propostas não foi possível devido a uma série de fatores que limitaram o cronograma e a viabilidade das ações no campo. Entre os principais entraves estiveram a greve dos servidores do Ifac, a demora no processo de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a ausência de ampliação de prazos para os discentes do ProfEPT, e também a condição pessoal da pesquisadora, que enfrentou uma gestação de alto risco durante a realização da investigação. Além disso, houve limitações estruturais, logísticas e à ausência de adesão por parte do corpo docente. Ainda assim, foi possível sistematizar as sugestões dos estudantes, ao documentar a escuta qualificada dos alunos sobre o tempo, em um produto educacional que servirá de referência para futuras ações no campo do lazer educativo e da formação integral.

A presente dissertação está estruturada em seções que articulam os fundamentos teóricos, as escolhas metodológicas, a análise dos dados empíricos e as proposições práticas decorrentes da investigação. A seção dedicada ao referencial teórico apresenta os principais aportes conceituais que sustentam a pesquisa, com destaque para os fundamentos que reconhecem o ser humano em sua dimensão histórica, social e cultural, abordando as relações entre trabalho, educação e lazer como elementos constitutivos da subjetividade e da formação integral. São discutidas, ainda, as concepções contemporâneas de juventude como construção social e histórica, evidenciando as múltiplas identidades juvenis e suas vivências no espaço escolar. A seção também contempla reflexões sobre os espaços educativos e as teorias de aprendizagem, considerando o papel docente frente às diferentes modalidades de educação: formal, não-formal e informal. Em continuidade, são explorados os conceitos de ócio criativo, lazer e tempo livre, com ênfase em suas distinções terminológicas e potencialidades formativas quando incorporados

intencionalmente ao cotidiano escolar. Por fim, são analisadas as diretrizes e os princípios que orientam a atuação dos Institutos Federais, situando sua função social no contexto da educação profissional e tecnológica, com vistas à promoção de uma formação omnilateral, integrada e transformadora.

As seções subsequentes descrevem os caminhos metodológicos adotados, apresentam os resultados e discussões oriundos da escuta qualificada dos estudantes sobre o intervalo interturno, e tecem as considerações finais, retomando os objetivos da pesquisa, as contribuições alcançadas, as limitações enfrentadas e as possibilidades de aprofundamento do tema. O trabalho se encerra com a apresentação das referências que fundamentam teoricamente a investigação, essa estrutura visa garantir uma abordagem coerente, articulando teoria e prática, ao reafirmar o valor dos tempos informais e das escutas juvenis na construção de uma escola pública mais democrática e humana.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O HOMEM COMO SER SOCIAL: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E O LAZER

É comum ver pessoas usando a expressão “isso é desumano” ao vivenciar ou assistir situações injustas e perversas. Afinal, o que é ser humano? Essa definição foi objeto de estudo para áreas como a filosofia, sociologia e biologia. Em muitos casos o conceito é construído a partir das características que o ser apresenta. Por exemplo, o ser humano pertence a espécie *Homo sapiens* e se diferencia das demais pela inteligência.

A indagação sobre o que é ser humano ultrapassa definições biológicas e adentra o campo simbólico, cultural e existencial. Para Johan Huizinga (2019), a essência da humanidade não está apenas na racionalidade (*Homo sapiens*) ou na capacidade de produção técnica (*Homo faber*), mas sobretudo na dimensão lúdica: o homem é, antes de tudo, *homo ludens*. O autor argumenta que o jogo é uma função primária da vida, anterior à própria cultura, sendo “mais velho do que a cultura” (Huizinga, 2019). Não se trata de uma atividade fútil ou restrita à infância, mas de uma ação que carrega regras, liberdade, criatividade e simbologia, elementos que estruturam toda a vida em sociedade.

Segundo Marcellino (2019), o jogo e o lazer devem ser compreendidos como fenômenos culturais e sociais dotados de significados próprios, capazes de expressar valores, identidades e modos de viver. Ao analisar o lazer sob a ótica da cultura, o autor aponta que “ele pode e deve ser compreendido como parte constituinte da formação humana” (Marcellino, 2019), rompendo com a visão reducionista que o limita ao descanso ou à distração. O jogo, nesse contexto, emerge como prática de liberdade e de criação de sentidos, e não como oposição à seriedade do trabalho ou da escola.

A ideia do homem como ser social mostra que o homem torna-se humano a partir da vida social e histórica, no interior da cultura, um conjunto de valores criados pelos próprios humanos para transferir os conhecimentos para gerações futuras. Somos frágeis em relação à natureza, então o homem fez o caminho inverso, adaptou a natureza às suas necessidades, o que denominamos trabalho.

O trabalho, a educação e o lazer são características do homem e estão relacionadas, sendo inerentes à vida satisfatória. Sem lazer a mente adoece, sem

trabalho não há meios de sobrevivência, e sem educação não há como exercer a cidadania com criticidade. Ao falar de trabalho e educação, Saviani (2007) define o ser humano como um ser que possui propriedades que permite trabalhar e educar, sendo o trabalho e a educação características essenciais do ser humano. No entanto, a definição de homem mais difundida parte de um pensamento filosófico de Aristóteles que diferencia o homem das outras espécies da racionalidade. Logo, a racionalidade, nesta definição, é a característica essencial do humano. Desta maneira, é próprio do homem o pensar, o contemplar, sendo o ato produtivo características de homens não livres.

Ao contrário do trabalho, o termo lazer surgiu apenas na Grécia Antiga. Melo e Junior (2012) afirmam que existia uma rejeição à sujeição humana ao trabalho, pois “somente o homem com tempo livre é livre” e pode gozar de sua liberdade pessoal. Para que a elite pudesse usufruir plenamente da vida, os escravos faziam o trabalho cotidiano. O tempo livre enquanto princípio de vida, permitia aos gregos o desenvolvimento individual e social, pois a vida não era ocupada por qualquer tipo de prazer, e sim pelo cultivo da contemplação.

Hoje, o mundo caminha no lado oposto, existe uma supervalorização do trabalho, a vida contemplativa foi substituída pela constante preocupação em fazer alguma coisa, ao ponto de existir culpa quando se está desocupado. As consequências de levar uma vida corrida já são claramente percebidas no corpo humano. Dutra (2022) menciona que o Brasil é o país mais ansioso do mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). O Relatório Mundial da Saúde Mental de 2022 mostra um aumento superior a 25% dos novos casos de depressão e ansiedade (Rocha, 2022). Infelizmente esse mal tem atingido até crianças e adolescentes, levando as escolas aprender a lidar com as crises emocionais para atingir seus objetivos de aprendizagem.

Para De Masi (2000) o futuro pertence a quem souber libertar-se da ideia tradicional do trabalho como uma obrigação, um dever, e for capaz de apostar em uma mistura de atividades onde trabalho se confundirá com tempo livre, com o estudo e com o jogo, enfim com o ócio criativo.

Para entender essa estreita relação entre trabalho, educação e lazer é necessário rever alguns conceitos.

Para Dumazedier (2008), lazer é:

... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

De acordo com Marcellino (2019), no livro *Lazer e Educação*, lazer é a “cultura vivenciada no tempo disponível, não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação social”. Garcia (2021) afirma em seu produto educacional que as práticas de lazer “proporcionam reflexão, criticidade, desenvolvimento pessoal e social, e outras aprendizagens que podem contribuir muito no processo educativo”.

Dumazedier (2008) menciona as três funções mais importantes do lazer: descanso; divertimento, recreação e entretenimento; desenvolvimento. As funções estão unidas umas às outras e “acham-se presentes em todas as situações em relação a todos os indivíduos”, e podem se manifestar de forma simultânea ou uma de cada vez na mesma situação.

A palavra lazer é derivada do latim “licere”, com o significado de “ser lícito”, sendo que a partir do século XVIII, estruturou-se o conceito moderno de lazer como é conhecido atualmente.

O lazer é um direito social garantido na Constituição Brasileira de 1988, no artº 6, devendo estar ao acesso de todos, pois é indispensável a dignidade da pessoa humana. Segundo Neto, Castro e Almeida (2021), o direito do lazer está intrinsecamente ligado ao direito do trabalho, pois foi a partir da Revolução Industrial que as discussões sobre lazer ganharam destaque.

Na modernidade, a organização do trabalho nas fábricas tinha uma jornada de 12 a 16 horas diárias, tratando-se de um modelo exploratório e de péssimas condições de vida, no qual incluía homens, mulheres, crianças e idosos que não tinham férias e nem aposentadoria. As pessoas passam a seguir uma rotina rígida de horários de entrada e saída, onde cada indivíduo devia controlar o próprio tempo. Dessa maneira, o tempo de não trabalho surgiu, e hoje denomina-se lazer. É importante notar a existência de duas classes sociais: os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho (Melo; Júnior, 2012). Quem usufruía o lazer eram os detentores do poder, a burguesia, enquanto os trabalhadores sofriam com a exaustiva demanda fabril.

Com o capitalismo, o trabalho não é apenas o intercâmbio do homem com a natureza. Não se trata somente de satisfazer as necessidades humanas, mas também a do mercado e a do capital. O trabalho é aqui o poder acima dos indivíduos determinado pela divisão da propriedade privada (Andrade *et al.* 2019). Para Marx, “trabalho” é um termo historicamente determinado que indica a condição da atividade humana na economia política (Manacorda, 2007).

De Masi (2000) faz uma crítica a sociedade industrial afirmando que, embora tenha permitido que milhões de pessoas trabalhassem fisicamente, não lhes deu a liberdade de expressar-se mentalmente. Isso pode ser entendido como uma crítica ao sistema de trabalho que valoriza a produtividade física e não o desenvolvimento intelectual e criativo das pessoas.

Também fez com que somente algumas partes do corpo fossem utilizadas, essa nova forma de produção fragmentada que visava aumentar o lucro do patrão, como o “Taylorismo”, criava uma alienação mental nos empregados, pois não somente os meios de produção eram sistematizados, mas também os horários de trabalho e a cobrança para produzir mais (Antunes, 1999).

Com o surgimento das máquinas o modo de produção mudou, aumentando sua capacidade. De fato, as novidades tecnológicas foram uma das grandes responsáveis pelo aumento econômico. Nesse contexto, a educação atendia ao modo de produção, onde o trabalhador tinha que ser minimamente alfabetizado para saber manusear as práticas.

Outro fator que é importante relatar na relação trabalho e lazer é a autogestão do tempo, “a qual está associada à autonomia das pessoas em equilibrar a divisão do tempo e conseguir administrar as tarefas diárias”. Um menor grau de autogestão compromete as vivências do lazer por dificuldade na organização das tarefas do dia a dia (Fukushima, 2022).

Na sociedade pós-industrial, o trabalho industrial perde a sua centralidade, na qual os setores de serviços e o trabalho não material ganham destaques. Daniel Bel (1973) em sua obra “A sociedade pós-industrial” cunhou o termo pós-industrialismo para denominar uma sociedade caracterizada pela predominância de serviços e a produção de bens simbólicos e de conhecimento. A economia não se baseia mais na produção em massa de bens materiais, mas sim na produção de serviços e informações. Alain Touraine (1969), por sua vez, destaca a emergência de uma sociedade na qual o trabalho industrial perde a sua centralidade, em sua obra “A

sociedade pós-industrial”, que o trabalho intelectual, cultural e de informações se tornam essenciais. Essa mudança de paradigmas tem impacto profundo nas relações sociais e no significado do trabalho, por exemplo no contexto de produção de filmes, músicas e software o trabalho imaterial passa a ser mais valorizado do que o trabalho material característico da era industrial. Além disso, essa economia também traz novas formas de organização de trabalho, como o trabalho flexível e remoto. Nessas características o trabalho imaterial passa a ser uma forma de expressão e de atuar na sociedade, pois em muitas vezes está ligado a atividades criativas e intelectuais que proporcionam um senso de propósito e realização pessoal. No entanto, a sociedade pós-industrial também enfrenta desafios como a precarização do trabalho, a falta de segurança empregatícia e a intensificação do trabalho, que podem gerar impactos negativos na qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores.

Segundo Blanch (2003) e Castel (1999 *apud* Pereira; Couto, 2021) a redução considerável dos empregos tem deixado muitas pessoas desamparadas e sem condições satisfatórias de trabalho. Essa falta de oportunidades reflete diretamente na juventude. Pochmann (2000 *apud* Pereira; Couto, 2021) aponta que os jovens enfrentam dificuldades adicionais para encontrar um trabalho e neles se manterem, pois além da inexperiência, tem poucas oportunidades. Entre os mais pobres, esta situação fica significativamente mais grave, pois os jovens acabam comprometendo a formação escolar para apoiar nas despesas familiares ou na própria sobrevivência.

Outro fator que impossibilita a inserção dos jovens no mercado de trabalho são as exigências de maior qualificação e experiência. Muitas vezes, eles são obrigados a aceitar empregos mal remunerados, sem garantias trabalhistas e sem perspectiva de crescimento. Pereira e Couto (2021) relacionam a precarização do trabalho juvenil a periferização dos jovens em torno do mercado de trabalho secundário, sua baixa especialização os leva a preferir por trabalhos intermitentes.

Além das exigências impostas pelo mercado de trabalho, os jovens enfrentam a desafiadora tarefa de conciliar estudos com trabalho. As jovens trabalhadoras também precisam equilibrar as tarefas domésticas na rotina, o tempo livre que poderia ser destinado ao lazer é intensificamente usado na preparação para o trabalho, Marcellino (2019) aponta que tanto o gênero quanto a classe social são fatores determinantes para o acesso ao lazer. Como afirmam Guimarães e Romanelli (2002 *apud* Pereira; Couto, 2021), administrar as demandas da escola e do trabalho pode ser desgastante, e o acúmulo de tarefas se tornar um fator de risco para a saúde. Para

Pereira e Couto (2021) é fundamental pensar na relação trabalho e lazer, pois apesar de esferas distintas estão dialeticamente relacionadas.

A relação entre trabalho, educação e lazer é complexa e reflete em aspectos essenciais da vida humana, desempenhando um papel vital no desenvolvimento individual e coletivo, bem como nas interações, influenciando diretamente na qualidade de vida e bem-estar geral. O trabalho é a principal fonte de renda da maioria das pessoas, proporciona segurança financeira, pode ser fonte de identidade e realização de pessoas. A educação desenvolve as habilidades e conhecimentos necessários para o mercado de trabalho, preparando os jovens para desempenhar suas carreiras, para além disso desenvolve a cidadania capacitando os indivíduos a participar ativamente na sociedade. E o lazer proporciona relaxamento, alívio do estresse, recuperando o trabalhador para ter um melhor desempenho, também são através das atividades de lazer que acontece o desenvolvimento social e cultural fora do ambiente de trabalho e educação formal. Um equilíbrio entre trabalho, educação e lazer é essencial para uma vida satisfatória. O lazer pode oferecer aprendizagem informal e desenvolvimento de novas habilidades. Ter um emprego satisfatório, acesso à educação contínua e lazer resulta em indivíduos mais felizes, saudáveis e produtivos.

No campo da educação, especialmente em práticas pedagógicas e terapêuticas, o lúdico se apresenta como uma ferramenta formativa essencial. Conforme destacam Santos e Menezes (2021), a ludicidade tem como objetivo “ensinar e divertir quem as pratica; tais atividades têm o papel importante de auxiliar no desenvolvimento em diversos aspectos motores e sociais, pois envolvem mais o aluno e tornam o processo mais dinâmico. É isso que a ludicidade pode proporcionar: um processo dinâmico, onde os alunos interagem uns com os outros”. Nessa perspectiva, o lúdico favorece a aprendizagem ao promover interação, engajamento e experiências significativas, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças.

Essa concepção de ser humano como *Homo ludens* desafia a lógica produtivista que ainda predomina nas instituições educativas, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, onde a formação costuma estar fortemente vinculada ao mundo do trabalho. Integrar o jogo e o lazer aos processos educativos, porém, não significa tornar a escola um espaço de entretenimento, mas reconhecê-la como lugar de formação integral. Como observa Marcellino (2019), o lazer e suas manifestações,

inclusive o jogo, são “espaços privilegiados de humanização”, e, portanto, não podem ser negligenciados no processo de ensino-aprendizagem.

A presença do lúdico na educação contribui, portanto, não apenas para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial, mas também para a formação de sujeitos mais críticos, criativos e sensíveis. Ao valorizar o jogo como dimensão fundante da cultura, como faz Huizinga (2019), reconhece-se que ser humano é, também, ser capaz de brincar, criar, simular, imaginar e é precisamente nessa capacidade que reside grande parte da potência formadora do lazer.

2.1.1 O conceito de juventude

A juventude tem sido alvo de estudos e políticas públicas por vários motivos, como o aumento da demografia de jovens no Brasil, os índices de violência nessa faixa etária, os avanços tecnológicos e os jovens como nativos digitais. Com isso, temos as novas formas de aprendizagem e também o surgimento de uma cultura juvenil após a Segunda Guerra Mundial com características e manifestações próprias, incluindo o mercado de consumo. Quando se fala de jovens, é importante ressaltar as diferentes abordagens do conceito, o que pode causar desentendimento (Perondi; Stephanou, 2017).

Segundo Perondi e Stephanou (2017) a abordagem da juventude como etapa preparatória considera essa fase como “transição à vida adulta e não como um momento de intensas experimentações e, portanto, que possui características, demandas e especificidades próprias da condição juvenil”. Essa abordagem repercute em políticas públicas, tendo como caráter principal um tipo de educação que visa prepará-los para o que virá no futuro. No entanto, os próprios jovens percebem como é difícil fazer projetos a longo prazo. Para Dayrell (2003), essa visão da juventude como período de transição valoriza mais o que o jovem poderá se tornar do que o que ele é no presente, ignora suas experiências atuais, suas necessidades e desafios existenciais, sendo, portanto, uma abordagem limitada, pois ignora a importância do presente na formação do jovem.

Outra abordagem negativa e estereotipada da juventude associa os jovens a problemas como gravidez precoce, uso de drogas, desemprego, falta de interesse à política, etc. Contudo, esta abordagem “contempla uma série de riscos, sendo os jovens as principais vítimas dos problemas sociais que ameaçam a ordem nacional,

com ênfase para questões relacionadas às áreas de saúde e de segurança pública” (Cara; Gauto, 2007, *apud* Perondi; Stephanou, 2017). Peralva (1997) diz que essa perspectiva de delinquência juvenil reflete, em parte, as ansiedades dos adultos sobre o que a juventude simboliza em termos de mudança, perda de controle e desafios aos valores estabelecidos, lançando “raízes mais amplamente no conjunto de representações sociais que cada sociedade e cada época constroem sobre a sua própria juventude”. De acordo com Dayrell (2003), a visão que aborda a juventude como um período de crise “dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade”, onde os jovens tendem a se distanciar da família, sugere que esta instituição estaria perdendo seu papel central de orientação e transmissão de valores para as novas gerações, o que pode estar contribuindo para as crises enfrentadas durante a juventude.

Perondi e Stephanou (2017) mencionam uma oposta perspectiva, trata a juventude como modelo cultural a ser imitado, isto vale tanto para crianças que desejam ser jovens mais cedo como para outras gerações que querem manter a aparência jovial. Ser jovem virou um slogan, um clichê publicitário. Dayrell (2003) fala que essa visão romântica da juventude se consolidou a partir de 1960, com o surgimento de um mercado de consumo voltado para os jovens, eles são vistos como pessoas que vivem um período de experimentação marcado pela busca do prazer, mas também reforça estereótipos que minimizam a seriedade das escolhas e comportamentos dos jovens.

Também existe a abordagem que considera os jovens como sujeitos de direitos, com características e demandas próprias: “O Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013) contribui para a afirmação desta abordagem” (Perondi; Stephanou, 2017).

De acordo com Margulis e Urresti (1996 *apud* Prates; Garbin, 2013) “a juventude é mais que uma palavra, é uma condição, relacionada à construção histórica, econômica, social e cultural em que se imbricam uma série de aspectos como idade, geração, classes sociais, instituições, gênero”.

Peralva (1997) decorre que a juventude é um fenômeno social e cultural, com mudanças de significados que se alteram em certas idades como o acesso ao voto, o exercício da sexualidade e a moradia independente. No entanto, essas mudanças não ocorrem de forma uniforme em toda a sociedade, fatores como o desemprego, a falta de autonomia financeira obriga os jovens a permanecerem mais tempo com os pais,

sendo uma transformação marcada por desigualdades e desafios individuais para cada grupo.

Moraes, Costa e Helal (2023) argumentam que quando jovens conseguem progredir até o ingresso ao ensino superior, percebem o quanto cresceram em relação a outros jovens do mesmo bairro, e como microcontextos podem potencializar ou limitar a mobilidade social e educacional. O termo “juventudes” no plural considera a diversidade de realidades desses indivíduos, sejam as diferenças sociais, econômicas, étnicas, de gênero etc.

De acordo com a perspectiva de Pais (1990) para falar de juventude é necessário falar de lazer, “porque é no domínio do lazer que as culturas juvenis adquirem uma maior visibilidade e expressão”. Este autor observou que apesar de um determinado ambiente limitar as opções de lazer, os jovens criam alternativas de diversão, bem como as normas de suas práticas, concluindo na sua pesquisa que:

os jovens não participam no mesmo tipo de práticas sociais e culturais; que as vivem de forma diferente; que diferentes práticas de lazer estão na base de diferentes culturas juvenis e vice-versa; que os fundamentos de constituição, instituição e legitimação sociais dessas práticas variam de contexto para contexto social; que essas práticas sociais e culturais - embora consagram e legitimam diferenciações intrageracionais culturas juvenis (Pais, 1990, p.591).

Esse projeto tem como concepção a juventude como um sujeito social. Para Charlot (2000 *apud* Dayrell, 2003) “o sujeito social tem uma determinada origem familiar, ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais.” Além disso, possui uma história, interpretando o mundo e dando-lhe sentido. É fato que não depende do jovem seu gênero, sua raça, a escolaridade e profissão dos pais, embora esses sejam fatores que o interferem como sujeito. Porém, no cotidiano esse indivíduo passa por vários processos através das relações com outros, se identificando pelas próprias vivências e interpretação de mundo, produzindo uma cultura. Os jovens são capazes de refletir e ter suas próprias posições, não são apenas um objeto de observação.

2.2 ESPAÇOS EDUCATIVOS, TEORIAS DE APRENDIZAGEM E O PAPEL DOCENTE

A educação é um processo social que está inserido em um contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada localidade. Para Dias e Pinto (2019), “o ato de educar é um processo constante na história de todas as sociedades,

não é o mesmo em todos os tempos e lugares, e é, em sua essência, um processo social”.

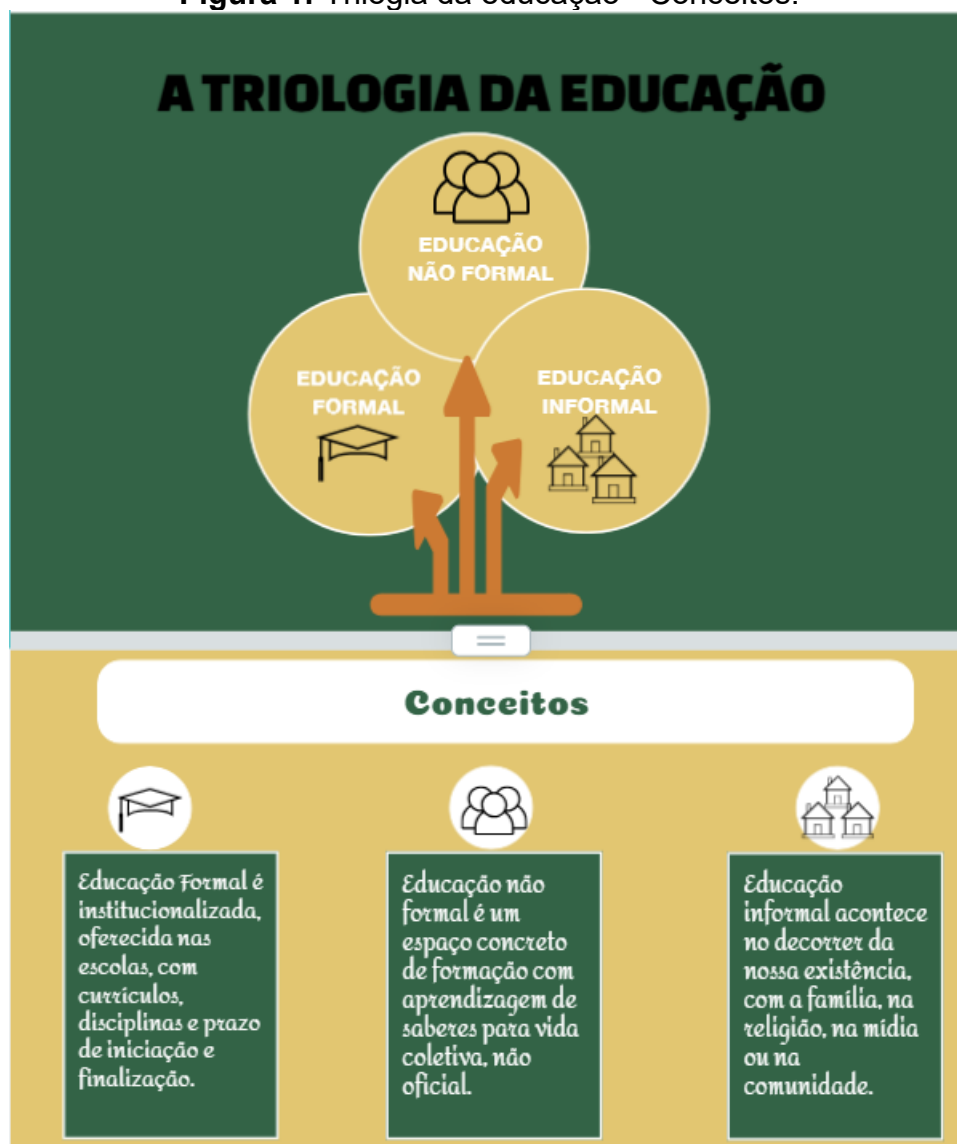
Educação é, portanto, um direito social garantido por lei. Na Constituição Federal de 1988, temos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 define no Art. 01 “Educação” como “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Logo, o estado deve garantir igualdade ao acesso à educação pública de qualidade.

Nesse processo, a escola tem um papel social. Nobre e Sulzart (2018) afirmam que a escola precisa repensar que sociedade pretende construir, tendo em vista a participação importante na formação do caráter social dos indivíduos. Mas é apenas na escola que existe educação?

A educação pode ser desenvolvida em diferentes espaços. Nesse sentido, é preciso romper a concepção de que a escola é o único contexto educativo. Para isso, é necessário compreender quais são os espaços educativos existentes. O marco desse movimento é o documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 1972, que influenciou uma divisão do sistema educacional em três categorias descritas como: educação formal, educação não-formal e educação informal. Essa classificação está sistematizada na Figura 1, que apresenta de forma sintética os principais conceitos associados a cada modalidade.

Figura 1: Trilogia da educação - Conceitos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Angelini (2021).

A educação formal é cronologicamente estruturada da escola à universidade, incluindo as variedades de programas especializados e de instituições de educação profissional. O sistema de educação formal apresentava nos países desenvolvidos uma lenta adaptação às mudanças socioeconômicas, como consequência diferentes setores se articularam para enfrentar as demandas sociais. De acordo com Gohn (2006), a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, que têm conteúdos previamente demarcados. Em outras palavras, o ensino regular é um sistema de ensino estabelecido por leis regulamentadas pelo Ministério da Educação. A educação formal é sistematizada e realizada pelo educador em uma instituição regulamentada por lei.

A educação não-formal é qualquer atividade organizada fora do sistema educacional formal, operando como atividade mais ampla que pretende servir a clientes previamente identificados e que possui objetivos de aprendizagem. Marandino (2009) menciona que a educação não-formal é um processo que possui várias dimensões relativas a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, que ocorre por meio de práticas que habilitam as pessoas a se organizarem em prol de uma causa coletiva buscando soluções para o problema, de diferentes formas e espaços como em associações, sindicatos, espaços culturais e a própria escola, ou seja, espaços interativos. A autora menciona que a educação não-formal tornou-se parte de um discurso internacional das políticas educacionais no final dos anos de 1960, quando a educação focava nas necessidades de grupos que estavam em desvantagens, tendo propósitos claramente definidos e flexibilidade de organização e de métodos. Os autores também mencionam que educação não-formal são todos os processos educativos intencionais e estruturados que acontecem fora da escola, que se aprende em meio a partilhas de experiências, principalmente em espaços coletivos.

Por fim, conforme apresentado na Figura 02, a educação informal ocorre de forma espontânea e permanente. É um processo realizado ao longo da vida em que o indivíduo adquire valores, atitudes e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas do seu meio. A educação informal é realizada na vida cotidiana, por meio da interação com vizinhos, familiares, amigos, entre outros.

Figura 02: Trilogia da educação - Diferenças entre as modalidades da educação



Fonte: Elaborado pela autora baseado em Gohn (2006).

Nesse contexto, as diferentes formas de educação anteriormente discutidas,

formal, não-formal e informal, apresentam potencialidades e limitações que precisam ser consideradas de maneira articulada. A Figura 03 sistematiza as principais vantagens e desvantagens dessas modalidades educativas, evidenciando que nenhuma delas, de forma isolada, é capaz de atender plenamente às múltiplas demandas formativas dos sujeitos. Desse modo, todos nós estamos sendo educados a todo instante de diferentes modos em espaços distintos. Desta forma, a educação está além dos muros escolares. Também é importante ressaltar que o papel de educar não é um ato somente do professor. Para Oliveira (2013), o ato de educar compete a todas instituições sociais que buscam o desenvolvimento do país, incluindo a família do educando que deve estar junto à escola, uma vez que transmitem valores morais.

Figura 03: Trilogia da educação - Vantagens e desvantagens



Fonte: Elaborado pela autora com base em Fontes (2015).

Em conformidade com Falcão (2009), para definir o tipo de educação é importante refletir sobre três níveis diferentes: primeiro, o conteúdo e a maneira como são apresentados ao público; segundo, observar as atividades propostas pelo espaço escolhido e a maneira que a escola se relaciona com ele; terceiro, investigar a história e a dinâmica institucional. Porém, dadas as mudanças na educação, ainda faz sentido

propor uma separação entre esses termos? É possível ter educação não formal dentro da escola?

Segundo Ramos (2019) o termo “educação não-formal” surgiu no final da década de sessenta. Neste período, surgiram estudos falando sobre a crise da educação tecendo críticas às instituições escolares. No entanto, as mudanças na sociedade trazem consigo a necessidade de modificar inclusive o contexto educacional, como ocorreu durante a pandemia causada pelo coronavírus. Nesta época, a educação formal foi levada para dentro das casas de forma *on-line*. Pimenta (2022) afirma que “professores e alunos tiveram de se adaptar a práticas remotas” por meio de computadores e celulares ou ainda de forma semipresencial. Também teve as atividades apostiladas entregues aos alunos, mas todo o trabalho foi realizado em casa.

Desta maneira, o contrário também é possível. Angelini (2021) enfatiza que a educação formal tem suas características próprias, mas se entrelaça com outros tipos de educação para integrar, humanizando os seres em suas convivências sociais. A autora também afirma “como educação não-formal há definições de que esta acontece nos espaços tanto escolares, sem as exigências da formal, quanto em espaços sociais, como igrejas, salões e outros”. Neste tipo de modalidade há flexibilidade, e reconhece as pessoas como um ser que pensa, age e sente, trazendo consigo uma cultura.

Gohn (2006) relata que em muitos bairros as escolas passam a desempenhar papel de centros comunitários, buscando soluções para problemas como segurança, violência, uso de drogas entre os jovens, em parceria com outras associações. Assim, a escola passa a ser não apenas um espaço de educação formal, mas também desenvolve ações que retomam o sentido da civilidade humana. As novas práticas de interação nas escolas estão gerando saberes.

O que dizer do intervalo interturno? Iavelberg (2010) menciona que o intervalo entre as aulas muitas vezes trata-se do único momento em que os alunos podem fazer opções como com quem irá conversar, onde e como interagir. Esse é o espaço de tempo em que os alunos exploram diferentes aprendizagens em relações grupais, não é a toa que é um dos momentos mais esperados. A autora afirma que esse tempo livre se observado pode ser um “termômetro” do clima escolar, revelando estudantes isolados ou que agem com violência. Por esta razão há instituições que para evitar problemas aumentam a fiscalização de inspetores, monitorando as atividades e

restringindo os locais de circulação. Contudo, se entendermos a escola como um lugar de socialização, logo se compreende que deve-se ensinar aos alunos a lidar com as diversas situações, sem negar a existência de desentendimentos.

Para Ramos (2019), a escola é um espaço social onde ocorrem “constantes processos de construção de identidade, sendo eles de caráter pessoal e social”. Portanto, é necessário pensar em práticas que integram e transformem, levando os indivíduos a manter parcerias na sociedade. O autor ainda sugere que se priorize práticas que favoreçam “atividades culturais, de criação, esportes, rodas de conversas, relações de trocas de vivências, entre outras atividades educacionais”. Ora, o intervalo pode ser um excelente espaço/tempo para o desenvolvimento de ações assim, expandindo as modalidades na escola, trazendo uma educação não-formal flexível que respeita as diferenças existentes contribuindo para o processo de aprendizagem.

Angelini (2021) relata que em suas pesquisas o tema educação tem relação muito forte com a cultura. Os modelos de educação que recebemos desde que nascemos até a velhice são influências culturais no modo como nos comportamos socialmente por meio da linguagem. Mesmo nas sociedades mais remotas, os ensinamentos e tradições passadas dos mais velhos aos mais jovens promovia educação seguindo suas culturas através de rituais sociais. Do ponto de vista de Ramos (2019), o indivíduo adquire conhecimento ao longo de toda a vida através de suas próprias experiências e por relações sociais com outros. Logo, a educação não-formal vai além do assistencialismo, visando desenvolver valores.

Desta forma, “a educação vai além do espaço delimitado pelos muros escolares e salas de aula” (Ramos, 2019). Os saberes não estão sempre nos mesmos lugares, porém, para alcançar os seus objetivos é necessário utilizar as metodologias adequadas. O grande diferencial do ensino escolar, além de ter caráter oficial e estruturado, é ter um profissional qualificado que educa, o professor.

O papel do professor muda ao longo do tempo e das concepções pedagógicas. Na pedagogia tradicional, também conhecida como educação bancária, o ensino é marcado por uma relação vertical entre professor e aluno. Neste método, a prática educativa é centrada no professor, que é visto como único detentor do conhecimento, que tinha autoridade para determinar quais conteúdos são necessários para a vida acadêmica dos alunos que deveriam absorver e memorizar, sem qualquer reflexão para realizarem uma avaliação. Uma das principais críticas à pedagogia tradicional é

a falta de flexibilidade e adaptabilidade às necessidades e realidades dos alunos. Nesse modelo não há espaço para a individualidade, questionamentos, criatividade e autonomia dos estudantes, que são tratados de forma homogênea e despersonalizada (Andrade; Felipe; Medeiros, 2020).

Em contraposição, como ilustrado na Figura 04, a pedagogia ativa, o professor atua como facilitador da aprendizagem, aquele que planeja e busca instrumentos que auxiliam no desenvolvimento das habilidades e competências, contribuindo para a instrução dos discentes. O grande objetivo do professor é ensinar. “Uma vez que ensinar é bem mais que promover fixação de termos e conceitos; é privilegiar situações de aprendizagem que possibilitem ao aluno a formação de sua bagagem cognitiva” (Falcão, 2009). Nesse sentido, a pedagogia ativa visa proporcionar um ambiente de aprendizagem dinâmico e participativo, estimulando a reflexão e o pensamento crítico dos alunos. De acordo com Assemany e Gonçalves (2021) o método ativo é caracterizado pela centralidade do estudante na aprendizagem, incentivando a sua autonomia e promovendo o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico e a resolução de problemas. A aprendizagem ativa envolve formas de conhecimento, assim como de realização, muito apoiadas por estratégias e abordagens abertas, flexíveis e enriquecidas, personalizando a aprendizagem.

Figura 04: Evolução da concepção da pedagogia educacional



Fonte: Elaborado pela autora com base em Barbo (2015).

Considerando o papel social da escola e a centralidade da cultura nos processos de aprendizagem, emerge o questionamento acerca da existência de concepções pedagógicas que valorizem a socialização como elemento fundamental da construção do conhecimento. Nesse contexto, Libâneo (2005) destaca, entre as correntes pedagógicas sociocríticas, a Teoria Sociocultural, que compreende a aprendizagem como um processo mediado social e historicamente. O Quadro 01 sistematiza as principais concepções pedagógicas e suas respectivas modalidades, evidenciando a diversidade de correntes teóricas que fundamentam as práticas educativas contemporâneas e situando a Teoria Sociocultural no campo das abordagens sociocríticas.

Quadro 01: Concepções pedagógicas

Correntes	Modalidades
1 Racional-tecnológica	Ensino de excelência e Ensino tecnológico.
2 Neocognivistas	Construtivismo pós-piagetiano Ciências cognitivas
3 Sociocríticas	Sociologia crítica do currículo Teoria histórico-cultural Teoria sociocultural Teoria sociocognitiva Teoria da ação comunicativa
4 Holísticas	Holismo Teoria da Complexidade Teoria naturalista do conhecimento Ecopedagogia Conhecimento em rede
5 Pós-modernas	Pós-estruturalismo Neo-pragmatismo

Fonte: Adaptado de Libâneo (2005, p. 7)

Ribeiro (2019) explica em seu glossário que a teoria sociocultural ou sociointeracionista de Vygotsky pressupõe que o funcionamento mental humano resulta da participação e apropriação de formas de mediação cultural integradas em atividades sociais. Nessa visão, uma das principais teses é o importante papel da linguagem no desenvolvimento mental. Em outras palavras, a teoria sociocultural de Vygotsky propõe uma visão integrada da mente e da cultura, em que o desenvolvimento cognitivo é resultado da integração entre o indivíduo e o ambiente social em que está inserido.

Segundo Vygotsky o desenvolvimento cognitivo é o resultado da transformação das relações sociais em funções mentais mediadas por signos produzidos culturalmente. Um dos conceitos centrais na teoria é a zona de desenvolvimento proximal (ZPD), que se refere à distância entre o nível de desenvolvimento cognitivo real de uma pessoa e seu nível de desenvolvimento potencial. Vygotsky acredita que

o ensino eficaz se caracteriza por estar à frente do desenvolvimento cognitivo atual do aluno. O professor desempenha nessa abordagem o papel de mediador ajudando o aluno a adquirir significados culturalmente aceitos e facilitando trocas significativas dentro da ZPD. O professor também deve verificar se o significado que o aluno captou é aceito e compartilhado socialmente. “Sem a interação social, ou sem intercâmbio de significados, dentro da zona de desenvolvimento proximal do aprendiz não há ensino, não há aprendizagem e não há desenvolvimento cognitivo” (Moreira, 1995).

A teoria sociocultural de Vygotsky pode desempenhar um papel fundamental na aprendizagem dos jovens da geração Z (nascidos entre 1970 a 2010). Segundo Ezenwabasili (2016), os jovens dessa geração aprendem de várias maneiras, utilizando uma variedade de fontes articuladas para integrar seus materiais de aprendizado. Além disso, eles são multifocais e convergentes, o que significa que convergem conteúdos por meio de plataformas diferentes.

Vygotsky acreditava que a aprendizagem é um processo social e cultural, no qual os indivíduos constroem seu conhecimento por meio da interação com outros e com o ambiente. Essa visão está alinhada com a abordagem sociocultural dos jovens, conforme descrito por Severo (2016). Os jovens não se reconhecem em conjuntos homogêneos, mas sim como atores coletivos que se manifestam de maneira diferenciada de acordo com o tempo e a organização social. É necessário ver a formação identitária dos jovens não de maneira isolada, mas como parte de um contexto social complexo.

De acordo com Bezerra e Ursi (2023), a dimensão sociocultural não se limita apenas ao local onde a pessoa mora ou ao seu nível socioeconômico. Para além disso, as relações sociais são complexas e é o grupo cultural em que o indivíduo está inserido que irá fornecer as ferramentas necessárias para que ele possa interagir com o mundo de forma significativa. Dessa forma, a escola não deve ser vista como o único local de aprendizagem, mas a parte de um sistema amplo. A sala de aula não é o único espaço de aprendizagem significativo.

É, portanto, importante abordar a utilização dos espaços públicos nas escolas e procurar as propostas de currículo ali produzidas. Existem muitas concepções de currículo escolar. Para Sacristán (1995 *apud* Pereira, 2014), o currículo deve ser compreendido como a cultura real de vários processos, que vão além de um objeto delimitado e estático que se pode planejar e depois implantar. O currículo é, portanto, um caminho para a aprendizagem e, nesse percurso, é importante desenvolver um

ambiente escolar que atenda às necessidades dos alunos e leve em consideração as suas limitações, razão pela qual o currículo deve ser flexível.

A escola geralmente está dividida em muitos espaços, como a sala de aula, laboratórios, biblioteca, sala dos professores, banheiros, etc. Também existem as áreas recreativas, como por exemplo o pátio e a quadra, onde os alunos podem interagir durante o intervalo, logo a escola não é apenas um espaço de aprendizagem, mas também é um espaço de convivência.

Longo (2020) afirma que as estruturas de pensamento e de ação se desenvolvem na teoria de Vygotsky através de atividades sociais. Essas atividades podem ser desenvolvidas no intervalo interturno. Um olhar atento ao intervalo leva à reflexão de quais relações se desenvolvem na escola.

“As intenções educacionais são o ponto de partida que determina, justifica e dá sentido à intervenção pedagógica”. Hoje já sabemos que existem instrumentos avaliativos, formas de intervenção e materiais curriculares que não são adequados para determinada prática. Por esta razão, a prática docente deve ser reflexiva, ela não se limita ao tempo de aula, mas existe o planejamento (antes) e a avaliação (depois). Esta estreita relação do planejamento, aplicação e avaliação já foram mencionadas por Zabala (1998). O autor define atividade ou tarefa como:

uma unidade básica do processo de ensino e aprendizagem, cujas as diversas variáveis apresentam estabilidade e diferenciação: determinadas relações interativas professor/alunos, alunos/alunos, uma organização grupal, determinados conteúdos de aprendizagem, certos recursos didáticos, uma distribuição do tempo e do espaço, um critério avaliador; tudo isto em torno de determinadas intenções educacionais, mais ou menos explícitas.

Zabala (1998) considera a atividade como uma variável no processo educativo. Para ele, uma atividade pode ser “uma exposição, um debate, uma leitura, uma pesquisa bibliográfica, tomar notas, uma ação motivadora, uma observação, uma aplicação, um exercício, o estudo, etc.”. A maneira como o docente organiza essas atividades pode interferir nas relações que estabelecem os processos educativos, e essa ação apresenta o tipo e as características do ensino.

A organização do espaço escolar desempenha um papel fundamental na prática educativa. O espaço pode facilitar a aprendizagem, promover segurança, estimular a criatividade, atender às necessidades garantindo a inclusão dos alunos, além de refletir a identidade cultural do local e contribuir para a socialização das pessoas que o frequentam.

A utilização dos espaços e do tempo; como se concretizam as diferentes formas de ensinar usando um espaço mais ou menos rígido e onde o tempo é intocável ou permite uma utilização adaptável às diferentes necessidades educacionais (Zabala, 1998, p. 17).

Atividades educativas culturais no intervalo interturno, além de contribuir com a aprendizagem formal, consolida relações sociais, fortalece a formação identitária dos jovens e motiva os discentes a não evadir. Desta forma, o grande desafio é tornar este intervalo interturno em ócio criativo.

2.3 O ÓCIO CRIATIVO, LAZER E TEMPO LIVRE: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Nos estudos pesquisados foram encontradas três terminologias utilizadas como sinônimos, são elas: ócio, lazer e tempo livre. Para Aquino e Martins (2007) esses termos possuem sentidos diferentes. Este capítulo tratará dos conceitos de ócio, lazer e tempo livre, bem como seus desdobramentos na educação.

Para Halley e Maciel (2023) há uma falta de clareza em relação ao entendimento de ócio e ociosidade devido aos aspectos semânticos que envolvem esses termos. Enquanto ociosidade assume uma concepção pejorativa, o ócio é mais conhecido por sua influência na civilização helênica, onde era visto como um meio de contemplação, busca pela felicidade, sentido da vida e desenvolvimento holístico.

De acordo com Ruas (2012) o tempo ocioso era considerado necessário para o desenvolvimento das virtudes do homem nas civilizações antigas, poder dedicar-se ao ócio era requisito para a educação de jovens. Não é por acaso que a palavra “Schole” significava tanto ociosidade quanto escola.

No entanto, para que a classe ociosa pudesse desfrutar do ócio em tempo integral, era necessário explorar a força de trabalho de outras pessoas. Ruas (2012) denomina essa ociosidade de “ócio garantido/exploratório”, uma vez que só poderia ser mantido se fosse garantido pela exploração do tempo e da produção econômica das classes inferiores da hierarquia social.

O conceito do ócio mudou ao longo do tempo, especialmente na Idade Média, quando a Igreja Católica Romana difundiu a ideia equivocada de que o ócio estava associado à preguiça e ao pecado. Essa visão negativa contribuiu para vincular a ociosidade à improdutividade e à indolência. Por outro lado, o trabalho passou a ocupar uma posição central na sociedade a partir da Revolução Industrial. Então, o

trabalho passou a ser considerado como tempo produtivo e socialmente aceito, sendo valorizado como uma forma de promover virtudes pessoais e coletivas (Halley; Maciel, 2023).

Ruas (2012) entende que com a ascensão da burguesia ao poder no século XVIII, houve uma supressão relativa da noção de ócio. Passou a existir uma “sociedade do lazer e não do ócio”, o foco passou a ser mais no trabalho e no tempo livre para atividades de lazer, em vez de contemplação e busca pela felicidade como era concebido no ócio antigo. À vista disso, qual a diferença entre o ócio e o lazer?

Halley e Maciel (2023) afirma que em uma análise “o ócio é um fenômeno atemporal, subjetivo e autocondicionado”. Por outro lado, o lazer é entendido como atividades realizadas durante o tempo livre, ou seja, quando não há obrigações sociais ou profissionais.

Conforme Ruas (2012) a palavra lazer deriva do termo latino *licere*, que designava “permissão” ou “licença”. O autor destaca que os primeiros estudos sobre o lazer, realizados na segunda metade do século XIX, tinham como objetivo conhecer e controlar as atividades do proletariado fora do ambiente de trabalho. Problemas sociais como alcoolismo e vandalismo afetavam diretamente a classe operária e ameaçavam a produtividade industrial. Diante disso, os empregadores burgueses passaram a permitir e incentivar seus funcionários a se recrear com brinquedos, jogos e certas modalidades esportivas de lazer que antes eram limitadas apenas para as classes superiores. “Nesse sentido, podemos pensar o lazer como uma forma específica de utilização do tempo livre, sendo, portanto, aquilo que se pode fazer com o tempo de não trabalho” (Ruas, 2012).

O conceito de lazer, conforme definido por Dumazedier (2008), abrange uma variedade de ocupações que os indivíduos realizam voluntariamente com o propósito de descansar, divertir-se e desenvolver-se após o cumprimento de obrigações profissionais. Esse conceito é identificado como os “3D’s do lazer”. O autor identificou quatro atributos inerentes ao lazer: pessoal, desinteresse, hedonismo e liberatório. O lazer pessoal envolve libertar-se das obrigações institucionais, familiares e profissionais promovendo relaxamento, diversão e desenvolvimento pessoal. O desinteresse pelas atividades de lazer significa que estas não são motivadas pelo lucro ou por motivos utilitários, mas pela realização e prazer pessoal. O hedonismo no lazer refere-se à busca de prazer imediato, à alegria e à estimulação sensorial. Por fim, o lazer libertador caracteriza-se pela liberdade do indivíduo escolher e envolver-

se em atividades de sua própria escolha. Dumazedier também categorizou cinco campos de atividades nas quais os indivíduos podem se envolver: atividades manuais, intelectuais, físicas e esportivas, empreendimentos artísticos e interações sociais. As atividades manuais envolvem o prazer de manipular, explorar e transformar objetos. As atividades intelectuais se concentram na busca de conhecimento e na expansão da compreensão do mundo. As atividades físicas e esportivas abrangem diversas formas de exercício físico e prática esportiva. Os empreendimentos artísticos envolvem a participação ou apreciação de atividades culturais. As interações sociais nas atividades de lazer estão centradas na promoção de conexões sociais e relacionamentos significativos (Halley; Maciel, 2023).

Marcellino (2019) diverge da perspectiva de Dumazedier. Para o autor, o tempo disponível refere-se ao tempo que uma pessoa tem para dedicar livremente às atividades de lazer, distinguindo-o do tempo livre. Também categoriza o lazer como componente cultural, propondo uma perspectiva crítica que pode ser utilizado como meio de emancipação e resistência social. Essa visão considera o lazer como uma dimensão da cultura, manifestada através de diversos conteúdos culturais como atividades físico-desportivas, manuais, artísticas, intelectuais, sociais e turísticas, levando em conta os contextos socioculturais em que são vivenciados. “Em outras palavras, o lazer como prática social, segundo esse sociólogo, é construído pelas relações culturais permeadas pela sociabilidade, produzindo uma ressignificação das atividades assumindo perspectiva crítica para a formação cidadã” (Halley; Maciel, 2023).

É importante destacar que não é apenas o lazer que se distingue do tempo livre, o ócio também não pode ser confundido com ele. A experiência do ócio não é determinada pelo tempo ou pela atividade em si, mas sim pelas individualidades e intencionalidades de quem a realiza. O ócio é caracterizado pela liberdade de escolha, pela satisfação do desfrute da vivência e pela subjetividade. O tempo livre, por sua vez, tem sua concepção relacionada ao tempo que não é ocupado pelo trabalho a partir da Revolução Industrial, fruto das reivindicações da classe trabalhadora. Porém, Halley e Maciel (2023) afirmam que essa abordagem não contempla a percepção filosófica relacionada ao ócio. Dessa forma, o tempo livre se torna uma categoria de caráter objetivo e calculável.

Dessa forma, o ócio vai além do simples entretenimento ou preenchimento do tempo livre. Segundo Cabeza (2014) existem quatro categorias de ócio: exotélico,

ausente, nocivo e autotélico.

O ócio exotélico tem como aspecto precípua para a sua vivência a motivação extrínseca, ou seja, configura-se como prática visando a um resultado, e não como um fim em si mesmo. Apesar dessa peculiaridade, essa expressão do ócio é uma vivência livre, legítima, e que pode propiciar satisfação decorrente do resultado obtido. O ócio ausente diz respeito à percepção pelos sujeitos da ausência de vivências livres, satisfatórias e gratuitas. Em outros termos, seria a percepção de um tempo vazio e repleto de tédio, como mero preenchimento do TL. Por sua vez, o ócio nocivo vincula-se às vivências que podem gerar consequências danosas para a pessoa ou para a sociedade e assume, assim, aspectos axiológicos. Por fim, o ócio autotélico refere-se às experiências de ócio que ocorrem de modo satisfatório, de livre escolha, sem finalidade utilitarista (Halley; Maciel, 2023, p. 306).

A relação entre ócio e cultura tem um dos grandes referentes no ócio criativo, herdado da cultura clássica de um ócio formativo, reflexivo e de crescimento pessoal. De Masi (2000) mencionou o ócio criativo como a ideia de unir trabalho, jogo e estudo. Para o autor, a principal característica de uma atividade criativa é não se distinguir do jogo e da aprendizagem, ficando difícil separar as três dimensões.

Segundo Habowski e Conte (2020) “o ócio criativo engloba três dimensões: trabalhar para produzir riquezas e aprender com o outro, estudar para criar novos conhecimentos e brincar para gerar bem-estar”. O ócio criativo permite que o indivíduo una o lazer, o trabalho e a diversão como prática do aprendizado contínuo, com o objetivo de viver de forma mais satisfatória pessoal e profissionalmente, atribuindo significado ao que realiza por meio da capacidade criativa.

De acordo com De Masi (2000) a principal característica da atividade criativa é que ela praticamente não se distingue do jogo e do aprendizado. No entanto, a partir da sociedade industrial as pessoas se acostumaram a desempenhar funções mecânicas e repetitivas, geralmente ficando entediadas no trabalho cotidiano. Seria possível transformar um trabalho entediante em ócio criativo? Para De Masi (2000) é possível, preenchendo o tempo com ações escolhidas por vontade própria, em vez de ser coagido como no trabalho de escritório ou na linha de montagem.

A criatividade surge por meio de “um trabalho coletivo e aperfeiçoado, por meio da comunicação aberta e (inter)subjativa, gerando inspiração intelectual”. No contexto contemporâneo, a criatividade é considerada uma categoria de referência socioeducacional, “especialmente pela perspectiva de estímulo à construção de novos (re)conhecimentos”. A terminologia da palavra criatividade está relacionada com o termo criar, do latim *creare*. Existe um consenso de que a criatividade “pressuponha uma pessoa que, em determinadas condições, por intermédio de um processo elabora

um produto que é, pelo menos em alguma medida, novo e valioso” (Habowski; Conte, 2020). Harrad (2021) também defende que na educação a criatividade é uma habilidade de alto nível interdisciplinar na qual os indivíduos produzem produtos novos e úteis.

De acordo com Alexandre (1989), quando se fala em criatividade logo se associa a algo artístico, incomum. Além disso, a percepção de criatividade de uma pessoa pode variar de acordo com sua idade, sexo, nível escolar, profissão, entre outras características, podendo estar relacionada à produção artística ou à resolução de problemas. Nesse sentido, o autor afirma que é importante considerar a criatividade como parte do pensamento, uma capacidade inerente a todos os seres humanos.

Texeira *et al.* (2023) explica que a neurociência cognitiva tem bases científicas de que o comportamento criativo é uma atividade comum ao ser humano, não sendo uma habilidade exclusiva de gênios. Esse processo é complexo e envolve múltiplas regiões do cérebro, incluindo o córtex pré-frontal, o córtex cingulado anterior e o córtex parietal inferior. Pode-se concluir que o comportamento criativo é advindo de conexões cerebrais de diversos sistemas.

Negreiros *et al.* (2022) afirma que a criatividade depende das interações sociais, independente de serem diretas ou indiretas, e pode mudar a maneira com o que as pessoas se relacionam no mundo e consigo mesmas, gerando importantes mudanças comunitárias. Os autores definem a criatividade como “um constructo multidimensional” que envolve aspectos cognitivos, características da personalidade, aspectos ambientais, como escola e a família e também elementos sociais e culturais.

A natureza criativa do ser humano se desenvolve no contexto cultural. Isso significa que a criatividade de uma pessoa é influenciada e moldada pelo ambiente cultural em que ela está inserida. As necessidades e valores da sociedade em que vivemos têm um papel importante na forma como expressamos nossa criatividade e como ela é percebida e valorizada.

Outra informação importante é que a criatividade no ócio traz benefícios para a saúde. Desde a Revolução Industrial, o aumento da produtividade tem levado muitos ao esgotamento físico e mental. Tem-se realizado debates sobre a saúde mental e a relação da sobrecarga de trabalho com transtornos como a ansiedade. Texeira *et al.* (2023) conclui que o ócio criativo pode estimular a criatividade e prevenir a síndrome de *burnout*. Além disso, os autores mencionam que práticas como o *mindfulness* têm sido associadas à melhora da criatividade e saúde mental. Nesse sentido, é possível

estabelecer uma relação positiva entre o ócio e o desenvolvimento pessoal.

Após essas considerações, quais as contribuições do ócio criativo na educação e na forma como aprendemos?

Ao olharmos para a história é possível perceber que a dimensão criativa tem sido subestimada e ignorada por uma abordagem educativa que se concentra na transmissão de conteúdos de forma produtiva, sem valorizar a curiosidade dos indivíduos. O cenário mundial, incluindo os problemas socioeconômicos e os avanços tecnológicos justificam a valorização da criatividade principalmente nas interações dialéticas que são construídas nos processos de ensino e aprendizagem por meio da linguagem. Isso significa que a criatividade não deve se limitar apenas em um contexto profissional, mas também deve ser cultivada nos processos educacionais. A educação que busca potencializar a criatividade deve estar aberta ao inusitado e ao constante processo de (re)aprendizagem como condição para o diálogo e para resolver os problemas do cotidiano (Habowski; Conte, 2020).

Para tanto, Negreiros *et al.* (2022) afirma que é necessário que o professor compreenda a criatividade como um meio fundamental para motivar os alunos no processo de aprendizagem, utilizando técnicas que proporcionem aos alunos a liberdade de pensar, discutir e criar novas possibilidades. A dimensão criativa pode ser incorporada em qualquer disciplina, permitindo que os professores estimulem a fluência de ideias, flexibilidade, originalidade e o uso de analogia entre outras características inerentes ao potencial dos alunos em diversas áreas. No entanto, os autores observam que essas práticas raramente são promovidas em sala de aula. O sistema educacional é projetado para atender as demandas de uma sociedade que valoriza mais a reprodução de comportamentos socialmente aceitos do que desenvolver a criatividade.

De Masi (2000), em sua obra “O ócio Criativo”, explora a ideia da criatividade como elemento central na vida das pessoas e o declínio de ideologias tradicionais que levam a tarefas repetitivas. Para o autor a criatividade é um processo mental e prático no qual a pessoa é capaz de pensar em ideias novas e realizá-las concretamente, ressaltando a importância da materialização das ideias e não apenas pensamentos inovadores. Cabeza (2007) acrescenta que o ócio é indissociável da cidadania, pois ambos contribuem para o fortalecimento de vínculos entre as pessoas e as instituições. Esse fortalecimento ocorre através da promoção de valores como a liberdade, igualdade e o diálogo intercultural, sendo o ócio um componente essencial

para o desenvolvimento de uma cidadania plena e participativa (Simões, 2020).

Habowski e Conte (2020) afirmam que na sociedade pós-industrial em que vivemos os produtos do trabalho são resultado das transformações tecnológicas, científicas e artísticas, representando elementos de maior rentabilidade. Portanto, é relevante uma formação educacional voltada para a criatividade, que envolve a imaginação, o sentido educativo e a concretude da vida. De Masi (2000) defende que não podemos depender apenas de gênios raros e únicos, é necessário formar grupos criativos. Desta forma, o potencial criativo relacionado à capacidade de receber e elaborar estímulos, bem como o encontro de pessoas criativas que se estimulam intelectualmente.

De Masi (2000) entende que "educar um jovem ou um executivo para a criatividade hoje significa ajudá-lo a identificar sua vocação autêntica, ensiná-lo a escolher os parceiros adequados, a encontrar ou criar um contexto mais propício à criatividade", enfatizando a importância de um ambiente favorável para o desenvolvimento criativo.

Conforme Melo (1991 *apud* Ribeiro; Johnson, 2023) "o ambiente é definido como o conjunto de fatores que podem influenciar o comportamento, a cognição e o desenvolvimento dos indivíduos", incluindo fatores como o contexto social, cultural, econômico e físico em que as pessoas estão inseridas. Nessa perspectiva, a influência do comportamento dos indivíduos pode ser modificada e controlada por meio de técnicas de manejo ambiental. Com essa compreensão, os educadores podem ajustar estratégias de ensino e uso de estímulos para criar um ambiente educacional mais eficaz e apropriado às necessidades de seus alunos, desenvolvendo não apenas o aspecto cognitivo, mas também o aspecto comportamental, favorecendo o crescimento integral dos alunos. Ribeiro e Johnson (2023) também afirmam que o ambiente pode influenciar na saúde mental e emocional das pessoas, visto que indivíduos que crescem em ambientes seguros e amorosos tendem a desenvolver uma autoestima mais saudável e um senso de confiança, enquanto aqueles que crescem em ambientes hostis ou violentos podem desenvolver ansiedade e depressão. O que dizer de criar um ambiente de atividades diversas educativas de lazer no intervalo, transformando o ócio em ócio criativo?

Ruas (2012) lembra as críticas de Foucault que as instituições passaram a controlar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de lazer, e até mesmo o período de desemprego, visando transformar o tempo livre dos

trabalhadores em algo que permita a potencialização da atividade produtiva indiretamente. As atividades de lazer eram para cumprir funções de entretenimento, descanso e recreação da força produtiva do indivíduo, sem exigir um esforço muito grande para não comprometer a força produtiva dos trabalhadores. Além disso, as atividades de lazer eram benéficas para a saúde e a cidadania do indivíduo. No entanto, segundo o autor esse lazer trazia benefícios para a saúde da produção e do mercado de trabalho. Deveria a escola se abster de questões sobre o lazer e não pensar no currículo oculto dos ambientes utilizados no intervalo?

Chemin (2009) destaca que o lazer é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, necessário pensar na efetivação de políticas públicas educacionais "para e pelo lazer" e no desenvolvimento pessoal e social, começando por crianças e jovens.

Dórea (2020) aborda a importância de educar para o ócio, argumentando que é necessário ensinar as pessoas a fazerem escolhas mais conscientes e criteriosas em relação às atividades de lazer, como escolher um filme, uma peça de teatro ou um livro. Além disso, "é preciso ensinar aos indivíduos não só como trabalhar, já que isso é algo natural, mas principalmente ensinar a melhor forma para realizar os seus lazeres, uma vez que grande parte das pessoas não sabe como se distrair ou descansar".

De Masi (2000) afirma que é preciso educar os indivíduos para perceber não apenas os meandros dos trabalhos, mas também os diferentes ócios, a fim de evitar a alienação provocada pelo tempo vago. Porém, a variação desse tempo é organizada com base nos modelos adquiridos de como devem dispor as atividades e como o sujeito atribui valor ao sentido do tempo cotidiano para si. De Masi (2000) afirma que o futuro pertence a quem souber libertar-se da ideia tradicional do trabalho como obrigação ou dever, e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o estudo e com o jogo, enfim com o "ócio criativo".

Cabeza e Amigo (2013) relacionam o ócio com a cultura, se tornando muito importante para o desenvolvimento das pessoas e comunidades. As interações sociais em diferentes contextos desempenham um papel educativo e proporcionando oportunidade de desenvolvimento pessoal através do diálogo e troca de experiências (Simões, 2020).

Gostaria de finalizar esse capítulo com a afirmação de Habowski e Conte

(2020): “Educar é sempre um ato de coragem e uma ação criativa, é desenvolver um projeto humano, um obrar-se, em termos de ação ética, estética e política”. A temática de atividades no intervalo é relevante por quatro motivos:

- I - O lazer é um direito social garantido por lei, após reivindicações trabalhistas;
- II - A escola forma para a vida, não apenas para o mercado de trabalho. Faz parte da vida o ócio, o lazer e o tempo livre;
- III- Existe um currículo oculto nos ambientes escolares e nas relações existentes que influenciam diretamente na aprendizagem dos alunos, em alguns casos até na saúde mental;
- IV- É uma questão de oportunizar e não controlar, visto que este trabalho parte do interesse demonstrado pelos alunos e os autores falam sobre a necessidade de educar para o ócio, principalmente em nossa região onde as opções de lazer são escassas e afetadas pelo poder econômico do indivíduo.

2.4 O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO CONTEXTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Schiedeck e França (2019) mencionam as reformas na educação profissional no Brasil. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2004, com a promulgação do Decreto nº 5.514, mais de 18 leis e outros atos legais foram efetivados para o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica (IFs).

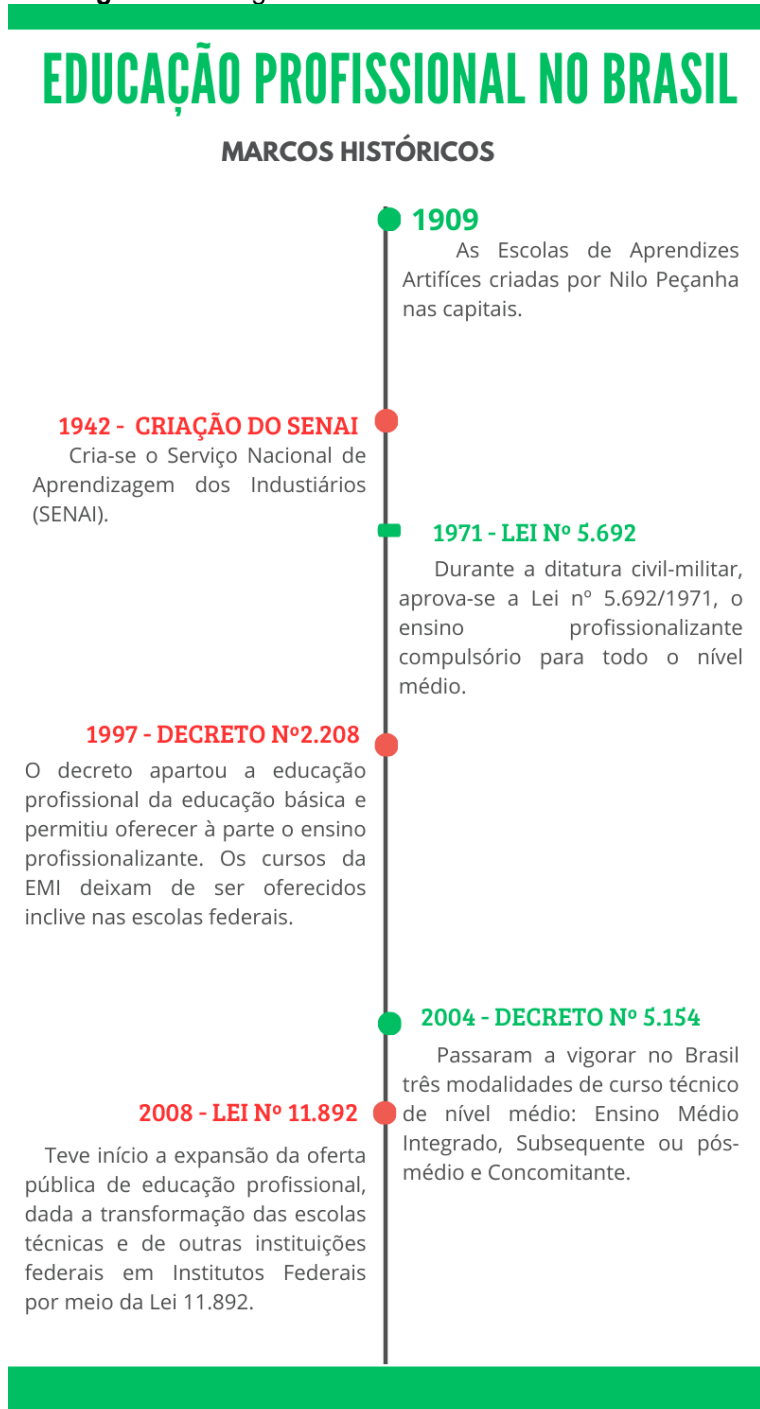
Segundo Silveira e Almeida (2021), a luta pelo ensino integrado busca eliminar a dualidade educacional histórica entre a educação profissional e educação geral, promovendo uma formação integral e igualitária que oferece uma base comum a todos os indivíduos, não apenas com formação profissionalizante, mas também diversos tipos de conhecimento que valorizam os aspectos da vida.

Em 2008, foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica (IFs). Eles fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, sendo constituída por várias instituições, entre elas os institutos federais, a universidade tecnológica federal do Paraná, as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Praxedes, 2023). Em 2019, a Rede Federal passa a ser formada por 38 Institutos Federais (Brasil, 2023). A principal

característica da rede é uma nova concepção do sistema de ensino federal ofertado para o público, cuja característica se concretiza nos institutos federais, que são instituições pluricurriculares e multicampi.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Os IFs se originaram de estruturas já existentes na educação profissional, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais vinculadas às universidades. A Figura 05 apresenta esse percurso histórico, evidenciando os principais marcos que culminaram na criação dos IFs. Contudo, são considerados inovadores, com uma proposta de organização pedagógica verticalizada, oferecem educação básica, profissional e superior, por meio de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, graduação e pós-graduação (Schieldeck; França, 2019).

Figura 05: Infográfico dos marcos históricos da EPT.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brazzarotto e Venco (2021).

Para Pacheco (2009), às instituições federais atenderam diferentes orientações de governos, onde a característica em comum na educação profissional e tecnológica era a centralidade do mercado e hegemonia do desenvolvimento industrial. No entanto, a principal finalidade dos institutos é a inclusão, intervindo na realidade por oferecer uma educação profissional tecnológica de qualidade que contribua para o desenvolvimento socioeconômico local, promovendo uma formação abrangente para

todos.

A lei nº 11.892/2008 define claramente as finalidades e características dos IFs, destacando a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os níveis e modalidades com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a EPT como processo educativo e investigativo adaptando às demandas sociais e regionais; e fortalecer os arranjos produtivos sociais e culturais. O Ministério da Educação (MEC) teve como principais objetivos ao expandir a rede federal de EPT: promover a formação de profissionais qualificados, incentivando a permanência deles no interior do Brasil; democratizar o acesso à EPT; e implementar políticas públicas para superar a miséria e a redução das desigualdades através dos IFs. (Silva; Terra, 2015).

De acordo com Pacheco (2009), “A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas em curso para a educação profissional e tecnológica”. Afinal, o que é a Educação Profissional e Tecnológica?

Em conformidade com o MEC (Brasil, 2024), a educação profissional e tecnológica é uma modalidade de ensino prevista na LDB nº 9394/1996, com finalidade e princípio de preparar para "o exercício das profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, graduação e pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Em outras palavras, a EPT não é um itinerário formativo nem um curso técnico ou uma disciplina específica, mas uma modalidade de ensino que perpassa a educação básica e o ensino superior com o principal objetivo de preparar o aluno para atuação profissional.

A lei nº 11.741/2008, sobre educação profissional e tecnológica, no Art. 39 estabelece que "a educação profissional e tecnológica, com o cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia". Isto reforça as dimensões do trabalho da ciência e da tecnologia, os quais essa modalidade de ensino está vinculada, conforme o parágrafo 2º expressa:

A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I- De formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II- De educação profissional técnica de ensino médio; III- De educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Brasil, 2008).

Segundo Pacheco (2009), os elementos conceituais que subsidiaram a criação dos IFs afirmam a EPT como uma política pública, que deve se comprometer com o todo social, promovendo igualdade. Dessa forma, os IFs desempenham um papel crucial no desenvolvimento local e regional, não apenas preparando pessoas para o mercado de trabalho, mas também capacitando-as para gerar conhecimento e interagir criticamente com a realidade, com base no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural da região.

Zatti (2016) declara que a proposta dos Institutos Federais de Educação é considerada emancipatória na medida em que busca superar a dualidade entre a formação humana e a capacitação técnica, promovendo uma integração. A EPT emancipatória vai além do foco no desenvolvimento econômico, considerando também a formação humana completa. O currículo integrado do ensino médio técnico nos IFs representa um avanço na promoção de uma educação emancipatória, que busca superar formas de dominação e oferecer perspectivas de emancipação aos estudantes.

O Decreto nº 5.154 de 2004 representou um marco significativo na EPT no Brasil por trazer a possibilidade de integração entre a educação profissional e nível médio. Este decreto abriu caminho para implementação de três formas de oferta da educação profissional técnica de nível médio: integrada, concomitante e subsequente (Zatti, 2016).

Conforme o artigo 8º da Lei 11.892/2008, os IFs devem destinar 50% das vagas aos cursos de ensino médio, prioritariamente na forma de cursos integrados. A integração entre “trabalho-ciência-tecnologia-cultura” desenvolve as capacidades críticas e reflexivas, formando alunos capazes de superar situações desafiadoras (Zatti, 2016).

Com base em Silveira e Almeida (2021), o Ensino Integrado proposto pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem como objetivo garantir uma educação igualitária que apresente aos alunos conhecimentos construídos até então pela humanidade, sejam eles humanísticos, científicos e também de acesso à cultura, aproximando-se cada vez mais da prática social.

Na opinião de Schiedeck e França (2019), a concepção de uma educação pautada no trabalho como princípio educativo, mesmo que não necessariamente profissionalizante, mas obrigatoriamente integrando trabalho, ciência e cultura, é fundamental para garantir a todos o direito de acesso aos conceitos científicos,

tecnológicos e históricos de produção, proporcionando possibilidades diferentes de escolhas e caminhos para a vida profissional.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, se firma. Isto significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade (Pacheco, 2009, p. 16).

Para Sampaio e Amorim (2023), quando se fala em EMI dois termos emergem: a politécnica e a escola unitária. O termo politécnica não se trata de muitas técnicas, mas significa “o conhecimento de todas as dimensões do ser humano, num sentido político em que o ser humano se insere como crítico e participativo na sociedade”. Nessa perspectiva, a integração precisa ir além dos conhecimentos produzidos e sistematizados ao longo da história pela humanidade. Também é necessário aprender como esses conhecimentos podem promover uma identidade crítica e participativa, capaz de transformar a realidade para o bem da coletividade.

Outra característica educativa pedagógica nos Institutos Federais refere-se a indissociabilidade entre todas as dimensões do conhecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Pereira (2019) a pesquisa pode ser definida como “o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento”. O ensino é a mediação de conhecimento por meio de atividades como aulas, monitorias e práticas em laboratórios. A extensão, por sua vez, promove a aplicação na prática do conhecimento adquirido, ou seja, a troca de conhecimento entre a instituição e a comunidade. A autora afirma que quando esses três pilares estão indissociados, interliga teoria e prática, trazendo mudanças significativas para a aprendizagem.

Nos IFs, recentemente, vem acontecendo o processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação. As diretrizes para extensão, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, que torna obrigatório no mínimo 10% do total de créditos curriculares da graduação em atividades de extensão, orientados prioritariamente para áreas de grande pertinência social (IFSP, 2019; IFPR, 2020).

Após conhecer um pouco sobre a criação dos Institutos Federais e seus princípios educativos, quais são as atividades que estão sendo desenvolvidas e publicadas nos IFs?

O Caderno Pedagógico intitulado “Afinal, o que é o Ensino Integrado?”, de Silveira e Almeida (2021), notícia várias experiências, entre elas o evento V IFs Portas Abertas, realizado pelos discentes do *Campus* Glória (Instituto Federal de Sergipe), com o objetivo de apresentar à comunidade externa as atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Técnico Integrado em Agropecuária, Técnico Subsequente em Alimentos e Superior em Tecnologia de Laticínios, através de stands para exposição de atividades práticas e projetos acadêmicos. Também foi noticiado a Semana da Arte e Cultura, intitulada “Uma rapsódia nordestina”, promovida pelo *Campus* Aracaju em um palco de manifestações culturais divulgando a cultura do Nordeste do Brasil. Esse projeto promove a integração da comunidade interna e externa. Outra atividade interessante foi o I Torneio de Jogos de Salão, realizado no *Campus* Glória, que também contou com competições nas modalidades Pebolim e Tênis de Mesa. Na ocasião, foram entregues brindes para o discente destaque do torneio.

E no intervalo, os institutos estão realizando alguma atividade educativa?

Segundo Bertuol e Castilha (2017), no Instituto Federal Catarinense, *Campus* Videira, foi realizado um projeto denominado Intervalo Cultural, a partir do interesse dos alunos em aproveitar o tempo livre com atividades artísticas e culturais como jogos, desenho, capoeira, dança, música, fotografia, entre outros. Foram desenvolvidas oficinas e espaços culturais que favoreceram o desenvolvimento da aprendizagem e a permanência dos estudantes no *campus*.

No Instituto Federal Catarinense, *Campus* Camboriú, foi criado o “Centro de Convivência”, um espaço onde os alunos podem descansar durante os seus períodos livres, além de ser utilizado para estudos e recreação, disponibilizando mesas, puffs, microondas, aparelho de som e jogos para os discentes (IFC, 2024).

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco, com os alunos EMI. O Ifac, autarquia federal vinculada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conta com 6 *campi* localizados em 5 municípios do estado do Acre. São eles: Rio Branco, Baixada do Sol, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri (Brasil, 2023). No *Campus* Rio Branco, especificamente, é ofertado o Ensino Médio Integrado como uma das modalidades de formação, voltada a jovens que buscam concluir a educação básica concomitantemente à formação técnica. De acordo com informações institucionais disponíveis no portal oficial do Ifac, nesse campus são ofertados os cursos técnicos

integrados ao ensino médio em Edificações, Rede de Computadores e Informática para Internet (Brasil, 2023).

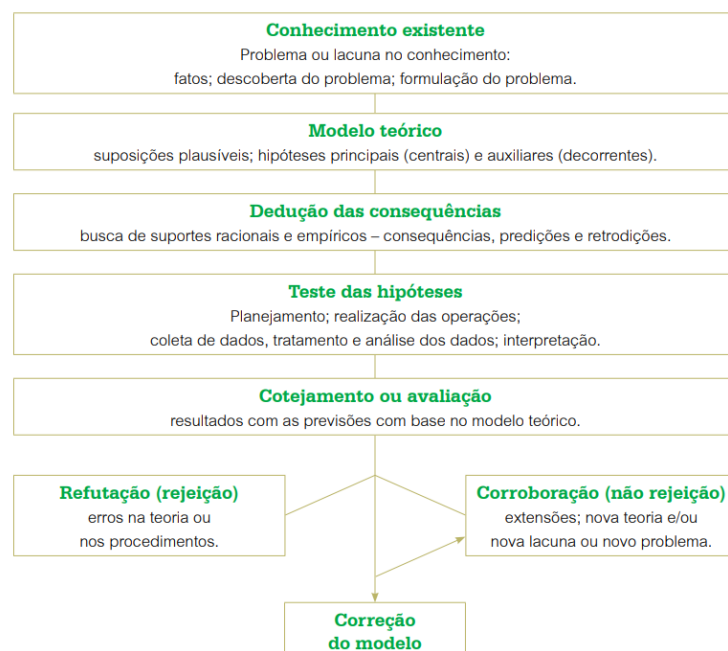
3 METODOLOGIA

3.1 O MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Gil (2008) para um conhecimento ser considerado científico é necessário identificar “as operações mentais e técnicas que possibilitam a verificação”. Em conformidade, Silva e Menezes (2005) afirmam que método científico é a linha de raciocínio adotada que fornece as bases lógicas à investigação e podem ser: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Esta pesquisa foi realizada com o método hipotético-dedutivo que inicia quando os conhecimentos disponíveis são insuficientes para explicar determinada situação surgindo um problema. Passando pela formulação de hipóteses ou conjecturas e por um processo de interferência dedutiva, ou seja, testar as possíveis consequências da hipótese. Neste método procura-se evidências empíricas para refutar as hipóteses. Quando não é possível falsear as hipóteses tem-se a corroboração (Gil, 2008; Prodanov; Freitas, 2013). Prodanov e Freitas (2013) enfatizam que as etapas do método hipotético-dedutivo têm origem em um problema que surge de uma lacuna em função do quadro teórico existente. A solução ou nova ideia proposta é deduzida a partir das hipóteses iniciais sujeitas a testes. Na figura 06 é possível observar as etapas do método hipotético-dedutivo.

Figura 06: Etapas do método hipotético-dedutivo.



Fonte: Adaptado de Prodanov e Freitas (2013).

A pesquisa adota o sociointeracionismo, ou teoria sociocultural, como quadro de referência teórico, considerando que o conhecimento se constrói nas interações sociais e é mediado pela linguagem e pela cultura, de acordo com a explicação na seção 2.2 do referencial teórico. Essa perspectiva marca o sujeito como ativo na produção de sentido, valorizando as práticas escolares e sociais que emergem da interação entre estudantes, docentes e gestão. Segundo Gil (2008, p. 23), na seção dedicada aos quadros de referência, o interacionismo simbólico situa-se entre os modelos teóricos que sustentam a pesquisa social, sobretudo em investigações qualitativas que trazem à tona a interpretação da realidade pelos próprios sujeitos. O uso desse referencial teórico se alinha aos objetivos da pesquisa e à abordagem qualitativa adotada (questionários e rodas de conversa), permitindo compreender como as sugestões dos alunos para práticas educativas no intervalo interturno emergem de significações coletivamente construídas.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho tem natureza aplicada, pois teve o objetivo de gerar conhecimentos sobre atividades educativas que possam ser aplicadas no intervalo interturno. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) quanto à natureza, a pesquisa é aplicada porque “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

O estudo possui uma abordagem qualitativa, que para Silva e Menezes (2005) é um método que considera a relação entre o mundo real e o sujeito. Nesse tipo de pesquisa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais, o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados. “O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”.

A pesquisa é predominantemente empírica, pois se baseia-se em dados coletados diretamente com os estudantes do Ifac. Ela também possui caráter bibliográfico, ao sustentar-se em autores e teorias para fundamentar a discussão. Quanto aos objetivos é classificada como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, aplicação de questionários e análise de exemplos que estimulem a compreensão do assunto pesquisado. Além disso, na pesquisa descritiva o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem

interferir neles, e envolve uso de técnicas padronizadas para coletar dados como a roda de conversa (Prodanov e Freitas, 2013).

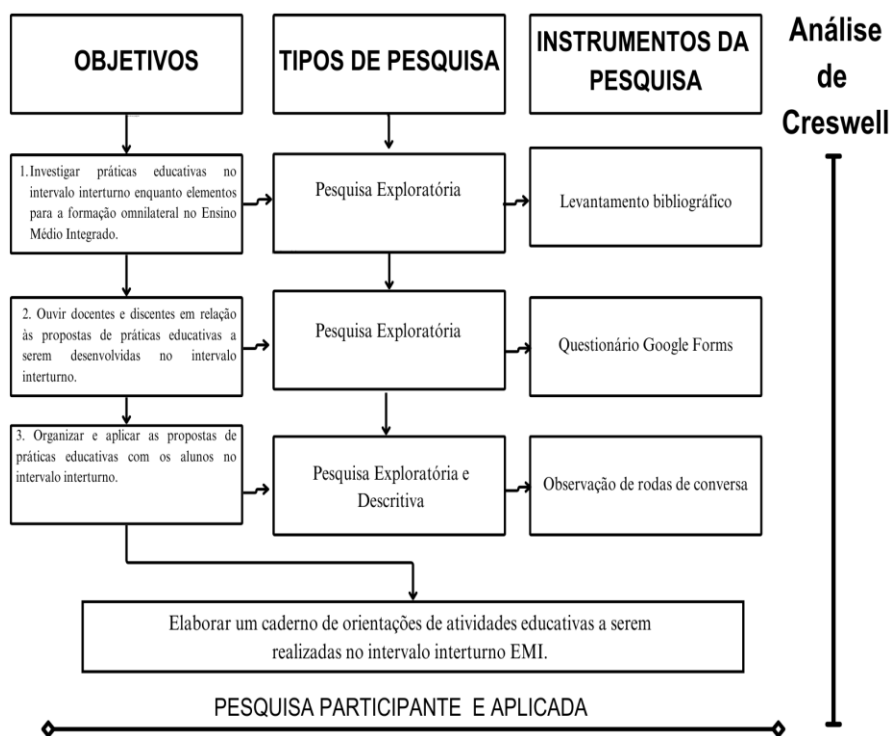
Esse trabalho foi conduzido com base nos princípios da pesquisa participante. Na pesquisa participante o pesquisador passa a interagir com os pesquisados em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. “Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados, bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação” (Severino, 2010). “Na pesquisa participante o investigador, sem dúvida, é um sujeito engajado no processo de melhoria de vida de algum grupo ou comunidade” (Triviño, 1987).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), realizar a pesquisa participante implica em compreender o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca da situação em que vivem. Para realização desta pesquisa, no primeiro momento, é necessário seguir algumas fases:

... determinação das bases teóricas da pesquisa (formulação dos objetivos, - definição dos conceitos, construção das hipóteses etc.); - definição das técnicas de coleta de dados; - delimitação da região a ser estudada; - organização do processo de pesquisa participante (identificação dos colaboradores, distribuição das tarefas, partilha das decisões etc.); - preparação dos pesquisadores; - elaboração do cronograma de atividades a serem realizadas (Prodanov; Freitas, 2013, p. 68).

Os autores ainda mencionam que na fase seguinte o pesquisador deve identificar a estrutura social da população em estudo, a partir do universo em que vivem e dos seus dados socioeconômicos e tecnológicos, para descobrir as diferenças sociais dos seus membros, as suas percepções da situação em que vivem ou que estão vivenciando, complementada pela coleta de dados sobre eles, conforme os estudos tradicionais de comunidade. “A pesquisa deve usar preferencialmente técnicas qualitativas estruturadas, onde em geral os dados são organizados em categorias” (Prodanov; Freitas, 2013). A prática nesse tipo de pesquisa é essencial, porque a partir da ação o pesquisador descobre novas situações antes não pensadas.

Diante das escolhas metodológicas apresentadas, quanto à natureza, abordagem, objetivos e procedimentos da pesquisa, a Figura 07 sintetiza o desenho metodológico do estudo, evidenciando a articulação entre a pesquisa aplicada, a abordagem qualitativa, o caráter empírico e bibliográfico, bem como a adoção da pesquisa participante como estratégia central de investigação.

Figura 07: Desenho Metodológico.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.3 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco, com o objetivo de realizar um levantamento das práticas educativas de ensino, pesquisa e extensão que ocorrem no intervalo interturno, envolvendo docentes e discentes do Ensino Médio Integrado.

3.3.1 População e amostra

O Ifac, *Campus* Rio Branco, possui 13 turmas distribuídas em três séries (1º, 2º e 3º ano) nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a saber: Técnico em Edificações, Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Informática para Internet. Esses estudantes constituíram o público-alvo da pesquisa, juntamente com docentes atuantes nas referidas turmas.

3.3.2 Critérios de inclusão e exclusão

- Critérios de inclusão: Estar matriculado em um dos cursos do EMI no Ifac, *Campus* Rio Branco; Permanecer no *campus* durante o intervalo interturno. Para os professores, atuarem em turmas do EMI no último ano.

- Critérios de exclusão: Estudar no *Campus* Rio Branco há menos de 6 meses; Não ter frequência regular nas aulas (menor que 75%), em especial nos dias de aulas em período integral ou estar em afastamento das atividades escolares durante a pesquisa; Não permanecer no prédio durante os intervalos; ou possuir menos de um ano de experiência como docente no EMI.

3.3.3 Riscos e Benefícios Esperados

Os participantes poderiam experimentar incômodos ao responder os questionários, ainda que a pesquisa tenha garantido o anonimato. Todos foram informados sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem prejuízo pessoal. Em casos de necessidade de apoio emocional, foram assegurados encaminhamentos para a equipe psicossocial da instituição ou rede pública de saúde. Como principal benefício, destaca-se a produção de conhecimento sobre o tema e a possibilidade de contribuir com propostas para melhoria do ambiente escolar e ajudar no desenvolvimento dos discentes.

3.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

3.4.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Inicialmente, realizou-se uma revisão de literatura nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, com o objetivo de mapear produções científicas relacionadas ao tema da pesquisa. Foram utilizados, de forma combinada, os descritores “*lazer na escola de ensino médio*”, “*ensino médio integrado*”, “*práticas educativas*” e “*juventudes*”, considerando o recorte temporal de 2019 a 2024. A partir dessas buscas, foram identificados 233 textos, entre artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e produtos educacionais.

Os critérios de inclusão adotados foram: pertinência ao tema, verificada por meio da leitura do título e do resumo, e disponibilidade gratuita do material. Foram excluídos os textos duplicados, aqueles voltados à educação infantil ou ao ensino fundamental, produções fora da temática investigada e trabalhos redigidos em línguas distintas do português, espanhol ou inglês.

A triagem e organização dos estudos foram realizadas com o auxílio da plataforma Parsifal, que possibilitou a classificação dos textos quanto ao grau de relevância, utilizando uma escala de 1 a 5, sendo: irrelevante (1), pouco relevante (2),

relevante (3), muito relevante (4) e essencial (5). No conjunto das buscas, com os descritores “*intervalo*” + “*atividade*” + “*EMI*”, foram localizados 123 artigos, dos quais 52 foram aceitos, 55 rejeitados e 8 considerados duplicados. Com os descritores “*atividade educativa*” + “*EMI*”, identificaram-se 59 documentos, sendo 18 aceitos, 30 rejeitados e 11 duplicados. Já com os descritores “*juventude*” + “*lazer*”, foram encontrados 51 documentos, dos quais 15 foram aceitos e 36 rejeitados, sem ocorrência de duplicidade.

Ao final desse processo, obteve-se um total de 85 textos aceitos para análise mais aprofundada. Entretanto, apenas três estudos apresentaram relação direta com o tema desta pesquisa, evidenciando a escassez de produções voltadas às práticas educativas de lazer no intervalo interturno do Ensino Médio Integrado. Do conjunto de textos aceitos, 33 são artigos científicos, 13 dissertações, uma tese, um trabalho de conclusão de curso e dois produtos educacionais.

Além da revisão bibliográfica, a coleta de dados empíricos envolveu a aplicação de questionários digitais, elaborados por meio da plataforma Google Formulários, direcionados a estudantes e docentes do Ifac. Complementarmente, foram realizadas rodas de conversa com os estudantes, visando à escuta qualificada e à construção coletiva de sugestões de práticas educativas para o intervalo interturno. Essas contribuições subsidiaram a elaboração do caderno de orientações, produto educacional resultante desta pesquisa.

3.4.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados

A análise seguiu a proposta da Espiral do Creswell. Para Creswell (2014), o processo de análise de dados não é linear, o pesquisador se envolve em um processo de movimento circular. Inicialmente, os dados foram organizados em arquivos digitais e convertidos em unidades de texto, por vezes o pesquisador explora os dados, analisando detalhes para ter uma ideia do todo antes de separá-lo em partes. Na etapa seguinte, foram realizadas leituras sucessivas para identificar ideias principais, com anotações de conceitos e palavras-chave.

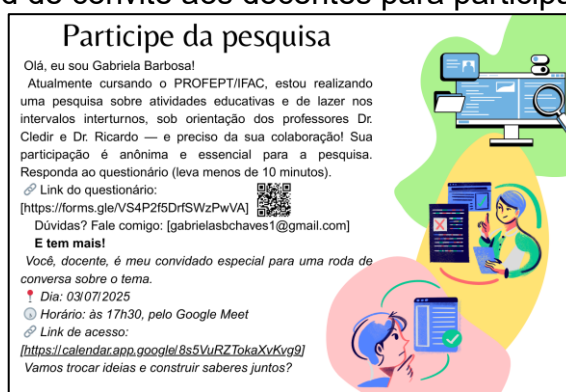
O próximo passo é digitalizar toda a base dos dados, transcrevendo todas as evidências em áudio ou visual, refletindo sobre os pensamentos mais amplos dos pesquisados para formar categorias, encontrando evidências para apoiar cada uma. A codificação ocorreu a partir da criação de categorias iniciais (cinco a seis),

expandidas conforme o aprofundamento analítico. Os nomes dos códigos foram definidos com base nas falas dos participantes, literatura especializada ou por construções do próprio pesquisador.

Por fim, os códigos foram agrupados em temas mais amplos interpretados com base na literatura consultada, compondo os quadros analíticos da discussão.

No que se refere à escuta docente, foram envidados esforços significativos para promover a participação dos professores na pesquisa, por meio de dois instrumentos de coleta: o questionário digital, disponibilizado via Google Forms, e a proposta de roda de conversa virtual. Para viabilizar a divulgação do questionário, a pesquisadora articulou-se com a gestora de ensino da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (Diren), que apoiou a divulgação do link em grupos institucionais de WhatsApp. Ademais, foram produzidos cards informativos, convidando os docentes para o momento de escuta coletiva. O card de convite apresentado na Figura 09.

Figura 09 - Card de convite aos docentes para participação na pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, buscou-se organizar a roda de conversa de forma presencial; contudo, após diálogo com o diretor geral do *campus*, optou-se pela modalidade online, em consonância com as demandas institucionais. Paralelamente, foram realizadas abordagens presenciais com vistas à construção de parcerias junto à assistência estudantil e a docentes interessados em colaborar com atividades educativas no intervalo interturno. Apesar dos esforços empreendidos, não houve adesão docente a nenhuma das iniciativas de escuta propostas. Diante desse cenário, o período de mobilização foi prorrogado por mais uma semana, reforçando-se a relevância da participação dos professores na construção de ações pedagógicas alinhadas às reais necessidades dos estudantes; ainda assim, não se obtiveram respostas.

Ressalta-se que a ausência de participação docente não pode ser interpretada de forma simplista como desinteresse individual. Tal ausência pode estar associada a múltiplos fatores, como a inexistência de incentivos institucionais à pesquisa como instrumento de reflexão e melhoria, não apenas como atividade paralela, bem como à elevada carga horária, ao número excessivo de turmas e às múltiplas demandas

atribuídas aos professores do Ensino Médio Integrado. Contudo, é importante destacar que essas hipóteses não puderam ser confirmadas, uma vez que não foi possível realizar a escuta direta dos docentes, o que se configura, por si só, como uma limitação desta pesquisa.

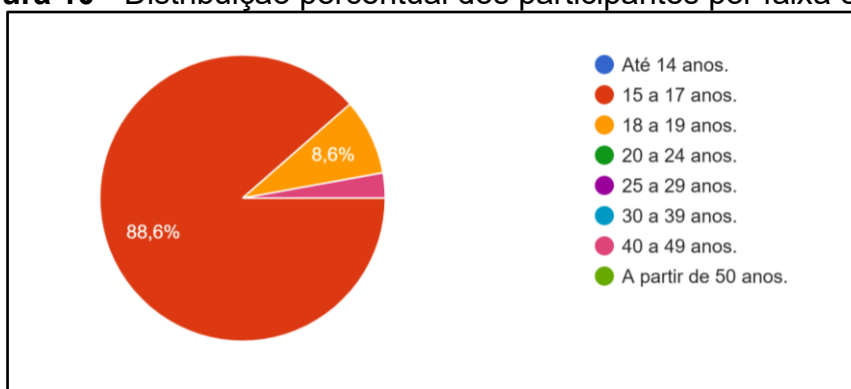
A ausência de adesão docente, mesmo diante de esforços significativos de mobilização, pode estar relacionada às resistências institucionais e à sobrecarga de trabalho, como indicam Pucci, Bezerra e Ferreira (2024), ao discutirem os desafios enfrentados por professores no período pós-pandêmico.

De forma semelhante, Nascimento, Padilha e Nascimento (2020) ressaltam que o engajamento docente em práticas inovadoras e colaborativas está condicionado à existência de tempo, apoio institucional e valorização da formação continuada.

Já Santana, Dutra e Padilha (2023) apontam que a participação docente em programas educacionais depende de envolvimento ativo, diálogo entre pares e reconhecimento institucional, elementos que, quando ausentes, dificultam a adesão a propostas externas, como pesquisas ou ações pedagógicas.

No questionário aplicado aos discentes, algumas questões tiveram como finalidade traçar o perfil sociodemográfico dos participantes. As três primeiras perguntas abordaram aspectos relacionados à faixa etária, à identidade de gênero e à presença de deficiências, informações que subsidiam reflexões relevantes acerca da acessibilidade e da equidade de gênero no contexto educacional investigado. A distribuição etária dos participantes encontra-se representada na Figura 10, permitindo visualizar a composição do público participante da pesquisa.

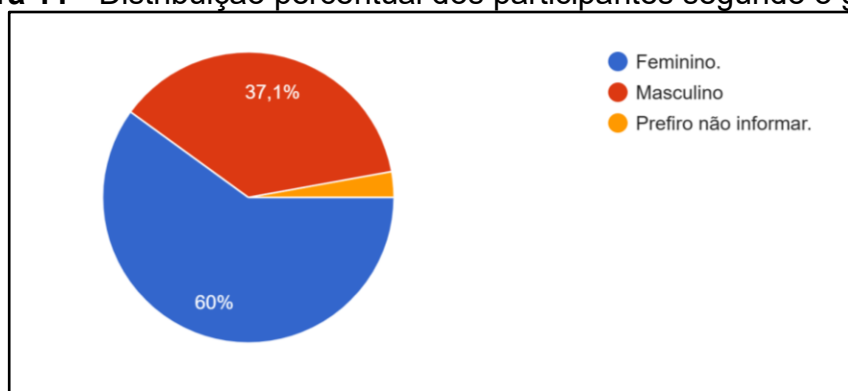
Conforme ilustrado na Figura 10, observa-se que 88,6% dos estudantes que responderam ao questionário situam-se na faixa etária de 15 a 17 anos, o que caracteriza predominantemente um público adolescente regularmente inserido no Ensino Médio. Em contrapartida, apenas 8,6% dos participantes pertencem à faixa etária de 18 a 19 anos, evidenciando um contingente significativamente menor de estudantes em idade associada à etapa final da educação básica.

Figura 10 - Distribuição percentual dos participantes por faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa.

A expressiva presença de adolescentes em idade correspondente ao Ensino Médio confirma que a investigação se desenvolve em um espaço de formação juvenil, cujas ações educativas precisam considerar as especificidades do desenvolvimento humano próprias dessa etapa da vida. Nesse sentido, a adolescência constitui um período fundamental para a construção da identidade e para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como o pensamento abstrato e a autoconsciência, conforme aponta Vygotsky (2001). Esse perfil sociodemográfico é determinante para a compreensão dos desafios relacionados à promoção da saúde, da cidadania e da participação no contexto escolar (Sousa et al., 2021), além de evidenciar a necessidade de práticas educativas sensíveis às vivências juvenis. Kruger (2025) acrescenta que jovens nessa faixa etária já elaboram reflexões acerca das desigualdades de gênero, ainda que, muitas vezes, tais reflexões não estejam diretamente relacionadas às suas experiências pessoais e escolares, o que reforça a importância de processos de escuta qualificada, participativa e contextualizada.

No que se refere à identidade de gênero, a Figura 11 apresenta a distribuição percentual dos participantes segundo essa variável, evidenciando que 60,0% dos respondentes se identificam com o gênero feminino, enquanto 37,1% se identificam com o gênero masculino. Os 2,9% restantes não se posicionaram ou se identificaram com outras categorias. A predominância de estudantes do gênero feminino sinaliza a necessidade de que as propostas de lazer educativo considerem, de forma sensível e equitativa, as questões de gênero, o empoderamento e a ampliação das possibilidades de participação, de modo a promover ambientes educativos inclusivos e democráticos.

Figura 11 - Distribuição percentual dos participantes segundo o gênero

Fonte: Dados da pesquisa.

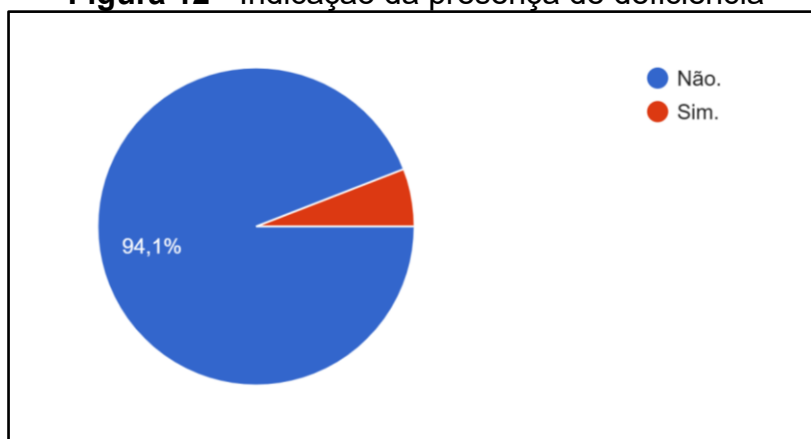
Do ponto de vista sociointeracionista, a identidade de gênero não constitui um dado fixo ou meramente biológico, mas um processo historicamente e culturalmente construído, configurado nas interações sociais e nas experiências cotidianas, especialmente na escola, espaço privilegiado de socialização (LOURO, 2018). Essa perspectiva impõe à instituição escolar o dever de promover um ambiente que reconheça, valorize e proteja as diversas expressões de gênero. Assim, a presença de uma minoria que não se posicionou ou se identificou com categorias específicas sinaliza a urgência de abordagens pedagógicas inclusivas à diversidade de gênero, mesmo que tais identidades não tenham sido explicitadas nas respostas coletadas.

As imposições culturais sobre o corpo produzem linguagens corporais específicas, especialmente entre jovens, nos quais a linguagem corporal assume o papel de sinalizar pertencimento e identificação grupal. No âmbito do gênero e da sexualidade, as influências da escola, da família e da religião instauram linguagens corporais delimitadas por dicotomias masculino-feminino, que essencializam as identidades de gênero e reforçam a crença em uma correspondência natural entre gênero, sexualidade e corpo (SALES, 2013). Todavia, os avanços científicos têm estimulado formas de subversão dessas normas, como evidenciado em práticas contemporâneas de redesignação corporal.

A figura 12 apresenta a indicação da presença de deficiência entre os participantes da pesquisa, quanto à condição de deficiência, 94,1% dos estudantes declararam não possuir necessidades especiais, enquanto apenas 5,9% reportaram algum tipo de deficiência, especificando o código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Conforme a Organização Mundial da Saúde (2023), essa classificação abrange uma ampla gama de condições, incluindo deficiências físicas,

sensoriais, intelectuais e mentais, demandando abordagens educacionais sensíveis a essa pluralidade.

Figura 12 - Indicação da presença de deficiência



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que a presença de estudantes com deficiência, ainda que minoritária, requer atenção específica por parte das instituições educacionais. Conforme Barbosa et al. (2021), a inclusão deve contemplar adaptações pedagógicas que atendam às especificidades dos alunos com deficiência, garantindo não apenas a presença, mas a participação plena no processo educativo. De acordo com a Unesco (2019), a promoção da acessibilidade universal constitui condição indispensável para a garantia do direito à educação inclusiva e equitativa.

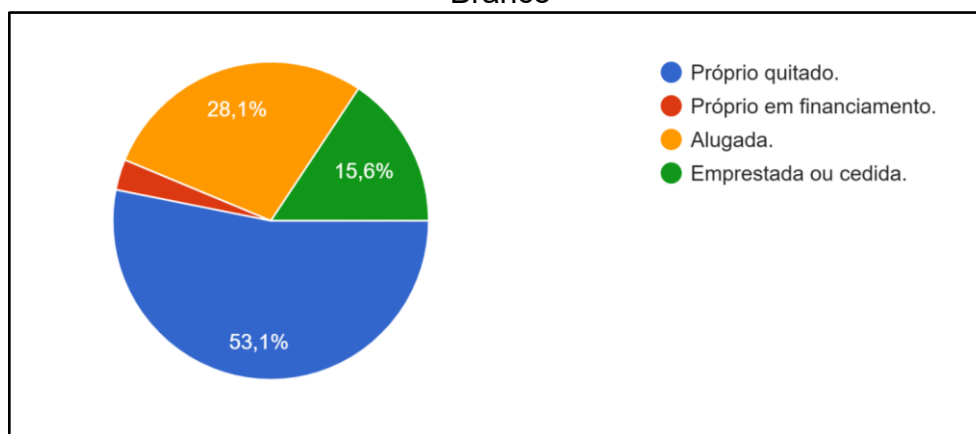
As questões de número 04 a 08 do questionário foram elaboradas com o objetivo de identificar aspectos socioeconômicos dos participantes, buscando compreender de que forma essas condições impactam, direta ou indiretamente, a permanência dos estudantes no campus durante o turno de almoço. A análise desses dados mostra-se essencial para subsidiar a formulação de políticas de assistência estudantil, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, contextualizadas e sensíveis às realidades vivenciadas pelos discentes.

No que se refere ao estado civil, todos os participantes da pesquisa declararam-se solteiros (100%), resultado coerente com a faixa etária predominante entre os estudantes do Ensino Médio Integrado. Tal dado indica que as responsabilidades familiares e as decisões de natureza econômica tendem a estar concentradas nas figuras parentais ou nos responsáveis legais.

Contudo, é importante problematizar esse dado, considerando que as categorias disponibilizadas no questionário podem não contemplar plenamente as diferentes configurações de convivência existentes. É possível que alguns participantes residam com companheiros(as), em arranjos informais, como “morando juntos”, sem se reconhecerem oficialmente nas categorias de união estável ou casamento. Tal limitação do instrumento de coleta indica a necessidade de leituras cautelosas e reforça a importância de abordagens qualitativas complementares para captar a complexidade das experiências juvenis contemporâneas.

No que diz respeito à situação habitacional, a Figura 13 apresenta a distribuição dos estudantes segundo o tipo de moradia, evidenciando que 53,1% dos respondentes residem em casas próprias quitadas, indicando relativa estabilidade habitacional. Entretanto, quando se analisam conjuntamente os percentuais de estudantes que vivem em residências alugadas (28,1%) e em imóveis cedidos (15,3%), observa-se que 43,4% dos participantes, quase metade da amostra, encontram-se em condições de moradia potencialmente mais instáveis. Acrescenta-se ainda que 3,1% residem em imóveis financiados, situação que também pode implicar compromissos financeiros contínuos para as famílias.

Figura 13 - Situação habitacional dos estudantes do EMI do Ifac, *Campus Rio Branco*



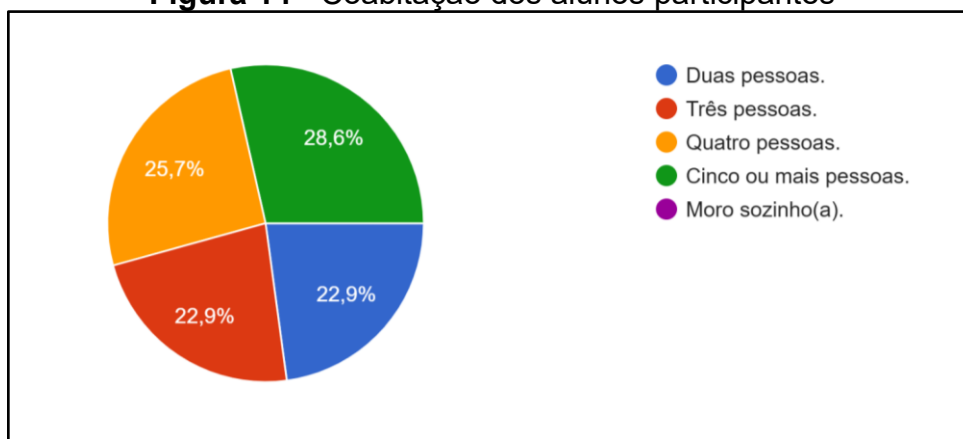
Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados revelam a heterogeneidade das condições socioeconômicas dos estudantes e evidenciam que uma parcela expressiva vivencia contextos de vulnerabilidade habitacional, os quais podem repercutir diretamente nas despesas familiares, na organização do cotidiano e, conseqüentemente, nas condições de permanência escolar. Nesse sentido, como afirma Silva (2025, n.p.), “mesmo quando alunos de baixa renda têm acesso à escola, a permanência e o sucesso acadêmico

podem ser comprometidos pela falta de apoio familiar e outras adversidades”, o que reforça que desigualdades econômicas e habitacionais constituem fatores de risco para o engajamento e a continuidade dos estudos.

Sobre a composição domiciliar dos participantes, os dados evidenciam que 28,6% dos estudantes residem com cinco ou mais pessoas no mesmo domicílio, seguidos por 25,7% que vivem com quatro pessoas, 22,9% com três moradores e 22,9% com duas pessoas. Essa distribuição, apresentada na Figura 14, permite compreender que uma parcela significativa dos discentes está inserida em contextos familiares marcados por elevada coabitação, o que pode gerar implicações diretas na organização da rotina escolar. A convivência com um número elevado de pessoas no mesmo espaço pode resultar na sobreposição de responsabilidades domésticas, maior consumo de recursos financeiros e limitação de ambientes adequados para estudo, afetando aspectos como privacidade, concentração e autonomia. Tais condições ajudam a explicar, inclusive, a preferência de alguns estudantes por permanecerem por períodos mais prolongados no *campus*, buscando um espaço mais favorável à realização de atividades acadêmicas e ao convívio social estruturado.

Figura 14 - Coabitação dos alunos participantes



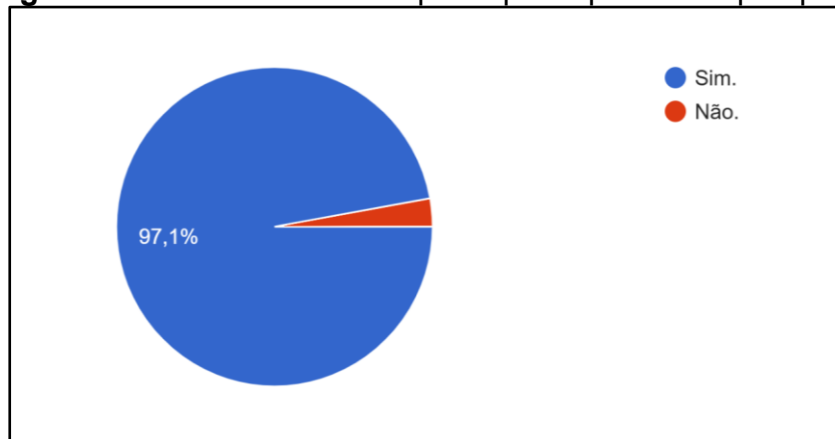
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, a análise dos dados apresentados na Figura 14, articulada às contribuições teóricas sobre permanência estudantil, reforça a necessidade de que as políticas institucionais não se restringem exclusivamente ao apoio financeiro. Torna-se fundamental considerar, de forma integrada, fatores habitacionais, emocionais e relacionais que atravessam a trajetória dos estudantes, incluindo a oferta de ambientes adequados para estudo, acesso a equipamentos e o fortalecimento de programas de apoio psicossocial e pedagógico no âmbito institucional.

Nesse sentido, a assistência estudantil configura-se como eixo estratégico para a permanência e o êxito dos estudantes no Ifac, ao considerar que fatores socioeconômicos, habitacionais e psicossociais interferem diretamente no percurso formativo. De acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, as ações devem abranger não apenas apoio financeiro, mas também moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital e suporte pedagógico, com vistas à redução de desigualdades e à promoção da equidade no acesso e na permanência na educação pública (BRASIL, 2010). O Instituto Federal do Acre, ao alinhar suas políticas institucionais a esses princípios, posiciona a assistência estudantil como instrumento essencial para garantir o direito à educação e fortalecer as trajetórias escolares dos discentes do Ensino Médio Integrado.

No que se refere ao acesso à conectividade digital, os dados evidenciam que a ampla maioria dos estudantes participantes da pesquisa (97,1%) declarou possuir acesso à internet, enquanto uma parcela reduzida (2,9%) informou não dispor desse recurso. Essa distribuição pode ser observada na Figura 15, a qual ilustra o panorama do acesso à internet entre os discentes do Ensino Médio Integrado investigados. Os resultados apontam avanços importantes no campo da inclusão digital, sobretudo quando considerados os distintos contextos socioeconômicos identificados ao longo do estudo. Contudo, conforme afirma Silva (2025), “o simples acesso à internet ou à tecnologia não garante participação plena na vida social, política e educacional”, evidenciando que a inclusão digital exige condições mais amplas do que apenas conectividade.

Figura 15 - Acesso à internet pelos participantes da pesquisa

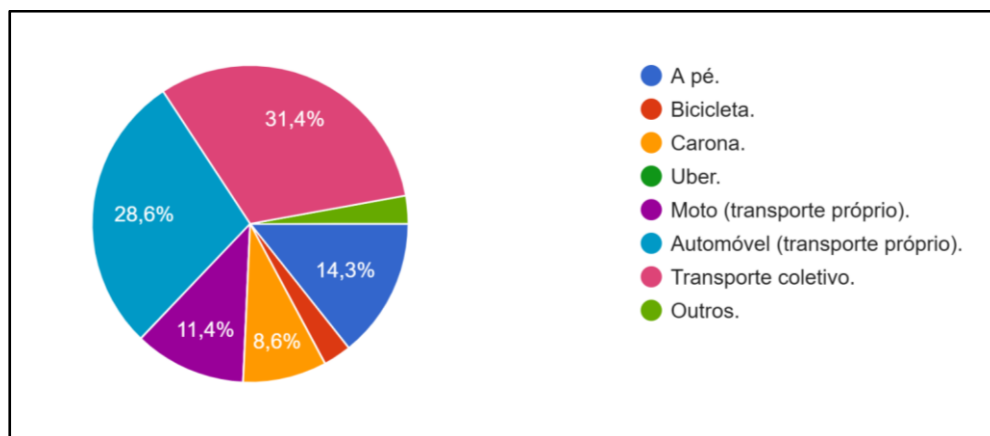


Fonte: Dados da pesquisa.

Os autores destacam que a combinação entre infraestrutura insuficiente, exclusão digital e fragilidade das políticas públicas tem contribuído para o agravamento das disparidades educacionais (SOUZA et al., 2025). Ademais, embora numericamente minoritária, a existência de estudantes sem acesso à internet configura uma barreira relevante à permanência e ao desempenho escolar, especialmente em um contexto institucional no qual atividades pedagógicas, comunicados oficiais e estratégias de acompanhamento acadêmico são frequentemente mediadas por plataformas digitais. Tal constatação reforça a necessidade de aprofundamento investigativo acerca das desigualdades tecnológicas ainda presentes no campus, bem como da ampliação de políticas institucionais voltadas à inclusão digital e ao apoio à permanência estudantil.

A diversidade dos meios de transporte utilizados pelos estudantes para o deslocamento até o campus pode ser observada na Figura 16, que apresenta a distribuição percentual das modalidades informadas pelos participantes da pesquisa. Verifica-se que 31,4% dos estudantes dependem do transporte coletivo, evidenciando a centralidade dos serviços públicos de mobilidade na garantia do acesso à instituição. Embora os dados quantitativos desta investigação, por si só, não sejam suficientes para caracterizar a urgência imediata de implementação de políticas específicas de mobilidade urbana, eles sinalizam vulnerabilidades importantes no cotidiano estudantil. Tal percepção é reforçada por relatos recorrentes de pais e responsáveis em reuniões institucionais das quais a autora participou, inclusive na condição de responsável por estudante do campus, nos quais são expressas dificuldades relacionadas a atrasos, ausência de linhas regulares e incompatibilidade entre os horários do transporte público e a rotina escolar. Nesse sentido, a pesquisa de Santos (2024) evidencia que “o transporte utilizado pelos discentes, além de gerar insatisfação quanto aos aspectos de qualidade, também afeta o desempenho acadêmico”, reforçando que a precariedade do transporte público e o tempo de deslocamento impactam diretamente a permanência e o rendimento dos estudantes, sobretudo aqueles da rede pública.

Figura 16 - Distribuição percentual dos meios de transportes utilizados



Fonte: Dados da pesquisa.

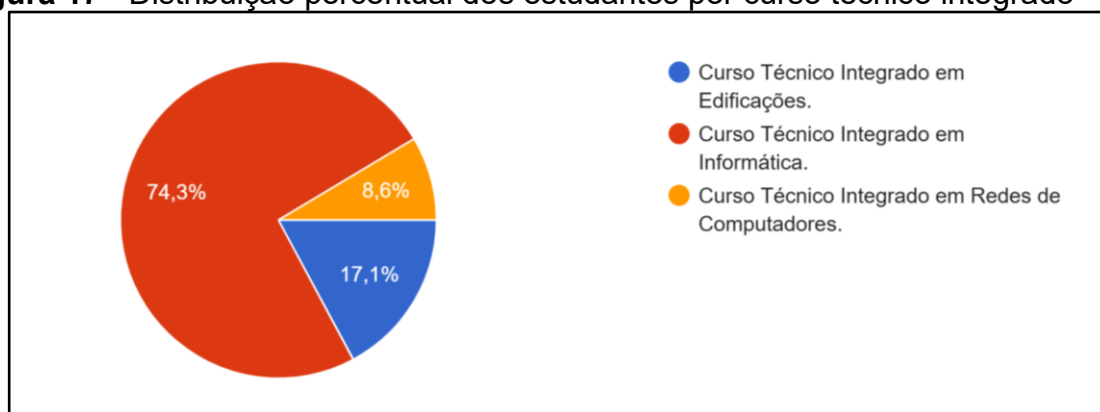
Ainda de acordo com os dados apresentados na Figura 16, 28,6% dos participantes informaram possuir automóvel próprio na família, o que sugere maior autonomia no deslocamento e pode estar associado a condições socioeconômicas mais favoráveis, ainda que essa realidade não represente a maioria dos casos. A parcela de estudantes que se desloca a pé (14,3%) pode indicar proximidade geográfica entre residência e campus; entretanto, essa condição também suscita preocupações relacionadas à segurança no trajeto, considerando os relatos frequentes de roubos na região, o que pode impactar tanto a assiduidade quanto a permanência dos estudantes no campus, especialmente nos horários de intervalo interturno.

Os demais estudantes utilizam motocicleta (11,4%), carona (8,6%), bicicleta (2,9%) ou meios alternativos, como aplicativos de transporte e transporte escolar privado (2,9%). Essa pluralidade logística, evidenciada na Figura 16, revela que os estudantes enfrentam realidades distintas de acesso, o que demanda da instituição uma postura sensível e adaptativa. Nesse sentido, o Ifac pode adotar estratégias institucionais que contribuam para a garantia do direito à educação, tais como: ajustes nos horários de início e término das aulas, com previsão de períodos de tolerância para atrasos justificados; ampliação ou reestruturação do auxílio-transporte, com critérios alinhados à realidade local; utilização de estratégias híbridas de ensino, oferecendo apoio online aos estudantes que eventualmente percam atividades em decorrência de problemas de transporte; estabelecimento de parcerias com a prefeitura para o mapeamento das rotas mais críticas; reconhecimento institucional de ausências justificadas; além do fortalecimento de práticas de acolhimento e escuta ativa junto aos estudantes e às famílias. Tais medidas podem contribuir para uma

política de permanência mais equitativa, que considere as múltiplas dimensões que atravessam o acesso cotidiano à instituição.

As questões 09 e 10 do questionário tiveram como objetivo identificar a vinculação dos participantes aos diferentes cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ofertados pelo instituto. Esse mapeamento possibilita compreender a distribuição dos discentes entre as áreas de formação técnica e contribui para a construção de um perfil acadêmico mais preciso e contextualizado, considerando que cada curso apresenta demandas formativas, rotinas pedagógicas e cargas cognitivas específicas que influenciam a vivência estudantil no campus. A Figura 17 sintetiza essa distribuição, evidenciando a representatividade dos cursos técnicos integrados na amostra investigada.

Figura 17 - Distribuição percentual dos estudantes por curso técnico integrado



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Figura 17, observa-se que 74,3% dos estudantes participantes estão vinculados ao curso técnico em Informática, seguidos por 17,1% do curso técnico em Edificações e 8,6% do curso técnico em Redes de Computadores. A expressiva predominância do curso de Informática indica uma concentração formativa na área de tecnologias da informação, o que demanda abordagens pedagógicas sensíveis às especificidades cognitivas, físicas e psicológicas dos estudantes inseridos nesse campo do saber. Além disso, é importante considerar que tal predominância pode estar relacionada à própria estratégia de coleta de dados, realizada por meio de instrumento eletrônico, o que tende a favorecer a participação de estudantes com maior familiaridade com recursos digitais, característica comum aos discentes da área de Informática.

Nesse sentido, conforme destacam Neves e Spósito (2025), “A Sociedade da Informação somente se tornará uma realidade no Brasil quando a população houver

desenvolvido as habilidades necessárias para acesso e uso da informação, que se encontra, cada vez mais, na Internet”. Assim, reconhece-se que a metodologia adotada pode ter introduzido um viés de participação, especialmente em contextos educacionais marcados por desigualdades de acesso, infraestrutura tecnológica e letramento digital, aspecto que deve ser considerado na interpretação dos resultados apresentados na Figura 17.

No que se refere ao nível de escolaridade, observa-se que a distribuição dos estudantes participantes por ano do Ensino Médio Integrado concentra-se majoritariamente no 2º ano, que corresponde a 51,4% da amostra, seguido pelo 1º ano, com 31,4%, e pelo 3º ano, com 17,1%. Esse perfil evidencia a predominância de discentes que se encontram em uma fase intermediária da formação, período no qual já superaram o processo inicial de adaptação ao modelo integrado e, simultaneamente, passam a vivenciar de forma mais intensa os componentes específicos da formação técnica.

Ao analisar a relação entre curso, ano de escolaridade e permanência ampliada no campus, destaca-se que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes relacionam-se menos à carga horária total dos cursos e mais à natureza das competências formativas exigidas em cada área. Embora os cursos técnicos integrados ofertados no Campus Rio Branco apresentem cargas horárias totais relativamente próximas, Edificações com 3.270 horas (Ifac, 2017a), Redes de Computadores com 3.180 horas (Ifac, 2020b) e Informática para Internet com 3.150 horas (Ifac, 2017c) ao longo dos três anos, a diferença quantitativa entre eles é mínima, variando no máximo 120 horas, insuficiente para caracterizar maior ou menor exigência formativa.

Nesse sentido, a percepção de maior ou menor sobrecarga associa-se predominantemente ao tipo de esforço cognitivo, técnico e operacional demandado por cada curso. Considerando que o Ensino Médio Integrado do IFAC possui carga horária total significativamente superior ao ensino médio regular da rede estadual, que gira em torno de 1.000 horas anuais mesmo nas escolas de tempo integral com mínimo de 2.250 minutos semanais (Acre, 2017), evidencia-se a necessidade de políticas institucionais que incluam alimentação escolar adequada, espaços de convivência, ambientes de estudo e práticas educativas e de lazer no intervalo interturno, especialmente para estudantes do 2º ano, com maior envolvimento nos componentes técnicos.

Para Dore e Lemos (2021, p. 133), “a permanência dos estudantes não se dá apenas por sua matrícula, mas pela capacidade institucional de acolhimento, de criação de vínculos e de oferta de suporte que vá além do conteúdo curricular”. Isso significa que, ao identificar que o maior percentual de alunos está no segundo ano e em um curso com alta exigência, o Instituto precisa priorizar esse grupo nas ações que envolvem tanto o apoio pedagógico quanto o acesso a práticas educativas e de lazer nos períodos de intervalo interturno.

É interessante mais estudos para identificar e comparar a sobrecarga dos cursos técnicos integrados ofertados no *Campus* Rio Branco. Por exemplo, o curso técnico integrado em redes de computadores possui carga horária inferior ao curso integrado de informática. E embora o curso técnico em edificações seja exigente, tende a ter uma carga horária mais equilibrada entre teoria e prática. O curso de informática exige uma formação em programação, desenvolvimento web, banco de dados, segurança digital e projetos integradores, todos com forte componente prático e laboratorial.

As questões 11 a 14 foram elaboradas com o propósito de promover a escuta dos discentes, buscando compreender como estão vivenciando o intervalo interturno no IF. Por meio dessas indagações, pretendeu-se captar não apenas as práticas já realizadas nesse período, mas também suas sugestões e anseios quanto a possíveis ações futuras, valorizando o protagonismo juvenil na construção de um ambiente mais acolhedor e significativo.

Foi perguntado aos estudantes o que costumam fazer no intervalo, a tabela abaixo representa as respostas coletadas.

Tabela 01 - Vivências estudantis no tempo de intervalo entre os turnos

Tema	Exemplos de respostas	Total de menções (%)
Estudo	“Estudar”, “Estudar e jogar”, “Estudar na biblioteca”, “Fico na biblioteca estudando”, “Jogar vôlei, estudar”, “Dormir, estudar, andar, pela escola”, “Estudar na biblioteca, passear na escola”, “Jogar, desenhar, conversar, ler e estudar”, etc.	14 (42,2)
Descanso/ Ociosidade	“Descansar”, “Ir pra casa ou dormir”, “Dormir”, “Fico brincando ou dormindo”, “Fico deitada”, “Conversar”, “Nada”, “Usar o celular... fazer nada... andar ociosamente”, etc.	12 (36,4)
Outras práticas	“Comer”, “Jogar tênis de mesa”, “Desenhar”, “Escrever e cantar poesia”, “Ficar com amigos”, “Assistir filme”, “Atividades culturais ou esportivas”, etc.	7 (21,2)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi possível identificar diferentes formas de uso do intervalo do almoço. Dos 33 respondentes, observou-se que 42,4% costumam dedicar esse tempo para estudar, seja na biblioteca, realizando atividades escolares ou preparando-se para as aulas. Tal comportamento evidencia que uma parte significativa dos alunos percebe esse período como uma oportunidade de reforço acadêmico mesmo fora do espaço formal de sala de aula. Conforme Gohn (2019, p. 45), “a escola, enquanto espaço educativo, precisa reconhecer as diferentes formas de aprender e os distintos tempos dos sujeitos, inclusive aqueles que extrapolam os horários formais de aula”. A dedicação ao estudo no intervalo pode também estar relacionada à elevada carga horária e às exigências cognitivas. Nesse sentido, cabe à instituição pensar estratégias que não apenas apoiem essa prática, mas que evitem sua imposição como única via legítima de aproveitamento do tempo, preservando o direito ao descanso e ao lazer.

Em contrapartida, 36,4% utilizam o intervalo prioritariamente para descanso ou ociosidade, mencionando práticas como dormir, sentar-se nos corredores ou simplesmente não realizar nenhuma atividade específica. Essa escolha aponta a necessidade de considerar o bem-estar físico e mental dos discentes na formulação de propostas para a construção de espaços adequados.

Além disso, 21,2% indicaram outras práticas diversificadas, que incluem atividades culturais, recreativas ou interações sociais como jogar tênis de mesa, desenhar, conversar com amigos, assistir filmes ou participar de projetos. Essa multiplicidade de vivências mostra que o intervalo interturno é percebido como um tempo flexível, no qual se pode combinar descanso, lazer e formação, conforme o interesse pessoal de cada estudante. Dessa forma, é importante políticas institucionais que ampliem atividades educativas no intervalo interturno respeitando a diversidade juvenil. Como afirma Pais (1993), “a escola precisa reconhecer os jovens como sujeitos portadores de cultura, capazes de produzir sentidos, linguagens e práticas próprias”. Esses dados reforçam a importância de se considerar a escola como um território que articula múltiplas dimensões da vida dos jovens, o aprender, o conviver, o descansar e o criar, e que deve, portanto, favorecer espaços que estimulem tais vivências.

Foi perguntado para os estudantes se já participaram de alguma atividade ou projeto no Ifac realizado durante o intervalo interturno, observa-se a partir da análise das respostas que apenas 40,6% afirmaram ter participado de alguma atividade ou projeto, enquanto a maioria, 59,4%, declarou nunca ter vivenciado esse tipo de

iniciativa. Esse resultado revela uma baixa oferta ou pouca adesão a atividades educativas e de lazer nesse período, o que pode indicar, por um lado, a ausência de políticas institucionais para essa finalidade, e por outro, a possível falta de engajamento discente em propostas já existentes. No caso da segunda hipótese há a necessidade de ampliação e diversificação das atividades ofertadas pela instituição.

Para uma melhor compreensão, apresenta-se a seguir a Tabela 02 com as atividades mencionadas pelos estudantes que participaram de alguma atividade durante o intervalo.

Tabela 02 - Atividades relatadas pelos alunos durante o intervalo interturno

Atividade	Frequência de respostas (%)
Sessões de cinema/Cinelfac	10 (83,3)
Basquetebol	1 (8,3)
Atividade religiosa evangélica	1 (8,3)
Total	12 (100,0)

Fonte: Elaborado pelos autores.

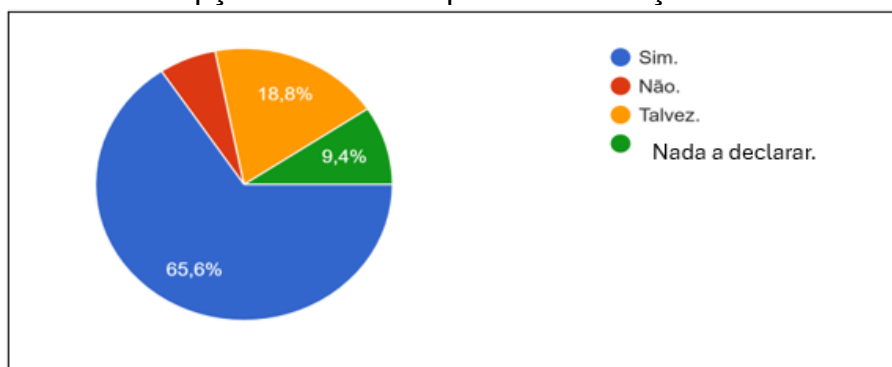
Com base nos dados organizados na tabela, observa-se que a atividade mais recorrente mencionada pelos estudantes foi a participação em sessões de cinema ou no Cinelfac, englobando 83,3% das respostas. A variedade de termos utilizados para nomear essa atividade (“cinema”, “filmes”, “Cinelfac”) indica uma experiência marcante para os alunos, embora relatada de forma dispersa. Essa predominância sugere que iniciativas culturais como exibições audiovisuais têm grande potencial de mobilização e engajamento proporcionando momentos de lazer, reflexão e convivência.

Porém, a centralidade em uma única prática pode limitar o alcance a diferentes perfis e interesses juvenis. Nesse sentido é importante a escuta dos estudantes para criação de uma prática diversificada e contínua, respeitando a pluralidade das juventudes no intervalo, construindo um ambiente mais acolhedor e participativo. Dayrell, Carrano e Maia (2014) reforçam que os jovens são plurais e essa diversidade precisa ser contemplada nas ações escolares que visam sua participação efetiva.

As demais atividades, como basquetebol e uma atividade de cunho evangélico, foram citadas por apenas 8,3% dos participantes cada uma, apontando para ações pontuais e menos frequentes, mas ainda assim revelam a diversidade de interesses existentes entre os estudantes.

A fim de compreender a percepção dos estudantes sobre o uso do tempo escolar entre os turnos, foi incluída no questionário uma pergunta específica acerca da possibilidade de o intervalo interturno ser destinado a práticas educativas e de lazer. Conforme apresentado na Figura 18, 65,6% dos participantes afirmaram concordar que esse período pode ser utilizado de forma intencional para ações de lazer com caráter educativo. Esse resultado aponta uma abertura por parte dos discentes à ressignificação do tempo escolar que, tradicionalmente, é visto apenas como pausa para descanso ou alimentação, sugerindo um terreno fértil para propostas de lazer educativo no intervalo interturno desde que sensíveis à pluralidade juvenil.

Figura 18 - Percepção dos alunos quanto à utilização do intervalo



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa compreensão dialoga com Marcellino (2019) ao afirmar que “o lazer, quando assumido em sua perspectiva educativa, não é um tempo vazio ou simplesmente recreativo, mas um espaço privilegiado de formação cultural e desenvolvimento humano”. Isso reforça a ideia de que o tempo do intervalo, tradicionalmente reduzido à função de descanso ou alimentação, pode ser ressignificado como um espaço pedagógico ampliado, no qual as dimensões lúdicas, culturais e relacionais ganham centralidade.

No entanto, observa-se na figura 18 que 18,8% dos estudantes manifestaram dúvida, optando pela alternativa "talvez", o que pode indicar insegurança sobre como tais práticas seriam conduzidas, ou uma compreensão ainda limitada sobre o que se entende por “lazer educativo”. Já 9,4% preferiram não opinar e 6,3% disseram discordar da proposta, o que também merece atenção, pois evidencia que uma parte do público-alvo não se sente contemplada ou convencida da relevância dessa iniciativa. Esses percentuais reforçam a necessidade de diálogo constante com os estudantes, com estratégias de escuta ativa e coparticipação no planejamento das

atividades, garantindo que as práticas não sejam impostas, mas construídas em conjunto, respeitando os interesses e limites de cada grupo.

A questão 14 do questionário apresenta-se como o cerne desta pesquisa, uma vez que está diretamente vinculada ao objetivo principal do estudo, que é elaborar propostas de atividades educativas e de lazer no intervalo interturno a partir dos interesses manifestos pelos próprios estudantes. Embora o questionário tenha sido respondido por 35 alunos, apenas 24 deixaram sugestões efetivas para esse momento, o que pode indicar tanto um desinteresse de parte dos discentes quanto uma dificuldade em verbalizar propostas concretas. Ainda assim, as respostas coletadas oferecem insumos valiosos para a construção de ações mais alinhadas às expectativas juvenis, como será apresentado no quadro a seguir.

Quadro 02 - Classificação das sugestões de atividades educativas e de lazer dos estudantes do Ifac

Categoria de lazer	Atividades sugeridas pelos estudantes
Intelectual	Jogos de tabuleiro, quebra-cabeças, pesquisas escolares, clube do livro, jogos cooperativos, uso dos laboratórios para estudo.
Físico	Vôlei, futsal, queimada, aula de esporte, jiu-jitsu.
Artístico	Pintura, dança, desenho, música, escrita de poesias.
Manual	Crochê, atividades manuais e artesanato.
Social/expressivo	Rodas de conversa, brincadeiras em grupo, clube de filmes, rodas de rimas e leitura, atividades coletivas recreativas.
Tecnológico/digital	Jogos de videogame, competições online, jogos de cartas digitais.
Descanso	Descansar, permanência tranquila no intervalo sem atividades estruturadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

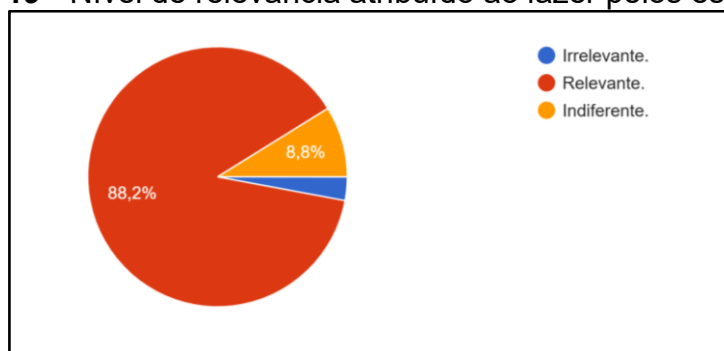
Conforme demonstrado no Quadro 02, as sugestões dos discentes para o intervalo interturno contemplam múltiplas dimensões do lazer evidenciando a diversidade dos interesses. Essa multiplicidade de interesses corrobora a compreensão de Marcellino (2019), segundo o qual “o lazer deve ser pensado como expressão plural das necessidades e desejos humanos, com ênfase em seu caráter educativo, criativo e socializador”. Essas propostas apontam práticas que favorecem não apenas o entretenimento, mas contribui para o desenvolvimento integral, envolvendo dimensões intelectuais, físicas, artísticas, manuais e sociais, fortalecendo o intervalo como um espaço de aprendizagem para além da sala de aula.

Ainda, a inclusão da categoria descanso entre as sugestões reforça a necessidade de equilibrar momentos estruturados com espaços de ócio voluntário, o que nos remete à ideia de “ócio criativo” de Domenico De Masi (2000), para quem o

tempo livre pode ser profundamente produtivo quando vivenciado com liberdade, prazer e criatividade. Para isso, essas atividades devem ser planejadas com sensibilidade às demandas reais dos estudantes, de promover um tempo livre de atividades estipuladas que estimule a imaginação, a autonomia e o prazer em aprender, integrando momentos de descanso e práticas voluntárias o instituto pode contribuir para a formação de estudantes mais críticos, criativos e com saúde emocional.

As questões 15 a 17 do questionário possibilitaram compreender as relações que os estudantes estabelecem com o lazer, tanto no plano valorativo quanto no prático, contribuindo para um mapeamento mais subjetivo acerca da valorização, da frequência e das preferências dos discentes. Conforme ilustrado na Figura 19, quando questionados sobre a importância do lazer em suas vidas, 88,2% dos participantes afirmaram considerá-lo relevante, enquanto 8,8% demonstraram indiferença e apenas 2,9% o classificaram como irrelevante. Esses dados evidenciam que, para a ampla maioria dos estudantes, o lazer ocupa um lugar significativo em sua experiência cotidiana.

Figura 19 - Nível de relevância atribuído ao lazer pelos estudantes



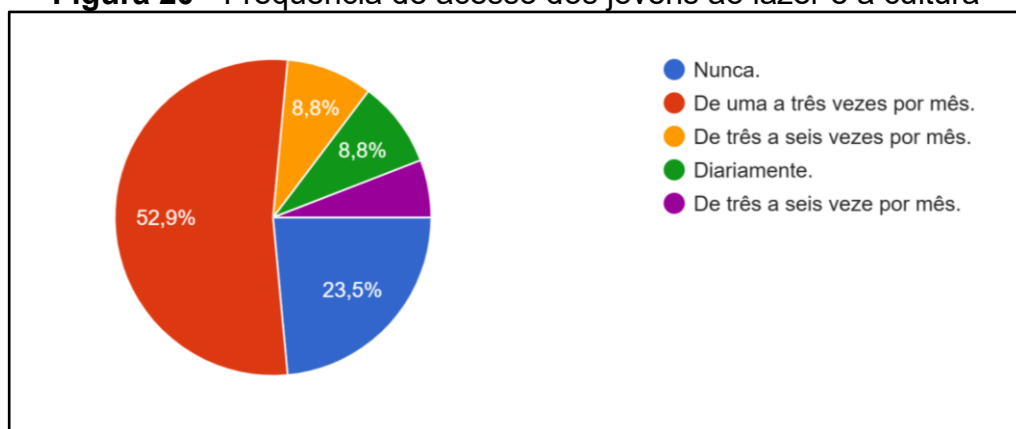
Fonte: Dados da pesquisa

Tal percepção reforça o entendimento de que, especialmente para os jovens, o lazer configura-se como um espaço privilegiado de sociabilidade, de experimentação de linguagens, valores e práticas culturais, bem como de afirmação de subjetividades. Como aponta Dumazedier (2008), o lazer pode ser compreendido como um território privilegiado de experiências simbólicas e interações, favorecendo a expressão cultural e o fortalecimento das relações sociais.

A questão 16 aprofundou a investigação ao indagar sobre a regularidade com que os estudantes se envolvem em atividades culturais ou de lazer, possibilitando

compreender como se materializa, na prática, o acesso a essas vivências. Conforme apresentado na Figura 20, embora o lazer seja amplamente reconhecido como relevante, 52,9% dos participantes afirmaram participar de atividades culturais ou de lazer apenas de uma a três vezes por mês, enquanto 23,5% relataram nunca ter acesso a esse tipo de experiência. Percentuais significativamente menores indicaram uma frequência mais elevada, sendo 8,8% os que realizam atividades de lazer diariamente, outros 8,8% entre três e oito vezes por mês e 5,9% entre três e seis vezes mensais. Esses dados evidenciam que, apesar do reconhecimento da importância do lazer, muitos estudantes enfrentam barreiras estruturais, socioeconômicas e institucionais que limitam o acesso regular a essas práticas.

Figura 20 - Frequência de acesso dos jovens ao lazer e à cultura



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa realidade dialoga com a reflexão de Marcellino (2019), ao afirmar que o lazer “é direito de todos, mas sua efetivação depende de condições sociais, econômicas e culturais que nem sempre estão asseguradas à maioria da população”. Desse modo, a restrição de acesso ao lazer vivenciada por parcela significativa dos estudantes pode ser compreendida como expressão das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano da juventude brasileira, especialmente daquela inserida em contextos de vulnerabilidade, reforçando a necessidade de políticas educacionais e institucionais que ampliem o acesso a práticas culturais e de lazer no ambiente escolar.

No final do questionário foi solicitado que os alunos atribuíssem notas (0 a 5) para os tipos de lazer onde 0 seria pouco interessante e 5 muito interessante. A análise do nível de interesse dos alunos para as seis áreas do lazer revelou o

predomínio de elevado interesse por atividades artísticas (21,7%), físicas (20,3%) e de turismo (20,3%) (Tabela 3). Segue a tabela de acordo com as respostas:

Tabela 03 - Preferências dos estudantes em relação às categorias de atividades de lazer

Tipo de atividade	Nº de estudantes que atribuíram nota 5 (%)
Turismo	14 (20,3)
Atividades artísticas	15 (21,7)
Atividades físicas	14 (20,3)
Atividades intelectuais	10 (14,5)
Atividades manuais	10 (14,5)
Atividades sociais	6 (8,7)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da categorização das respostas dos alunos sobre suas preferências de lazer, observou-se que as atividades artísticas foram as mais mencionadas representando 21,7% das respostas, seguidas de turismo 20,3% e atividades físicas 20,3%, o que representa um perfil estudantil que valoriza experiências expressivas, corporais e ligadas ao mundo exterior. Esse resultado é interessante em contexto de educação integral, uma vez que essas atividades promovem não apenas descanso e lazer, mas também o desenvolvimento da sensibilidade, da socialização e da saúde física e mental. É coerente com o que aponta Abrantes (2003), ao destacar que os jovens tendem a buscar vivências que mesclam expressão pessoal e interação social, especialmente em espaços que não sejam marcados por obrigações escolares formais.

Além disso, as atividades intelectuais e manuais, ambas com 14,5%, demonstram que há um público interessado em propostas reflexivas e práticas, que podem ser potencializadas por meio de oficinas, projetos integradores e clubes temáticos, estratégias lúdicas e contextualizadas.

Por outro lado, a maior rejeição aparece nas atividades sociais (26,4%), o que pode indicar dificuldades de convivência, timidez, sensação de insegurança nos espaços coletivos ou falta de propostas que estimulem esses vínculos de maneira positiva. Como destacam Dayrell (2007) e Rizzini (2013), muitos jovens enfrentam barreiras emocionais e estruturais que dificultam sua inserção em espaços coletivos, sobretudo quando não se sentem escutados ou representados. Assim, é necessário que a escola promova ambientes acolhedores e dialógicos, capazes de despertar o sentimento de pertencimento e confiança. O desinteresse em certas dimensões do

lazer não deve ser interpretado como desengajamento absoluto, mas sim como um alerta para a desconexão entre as ofertas institucionais e os desejos concretos dos estudantes.

Com o intuito de organizar os principais achados da pesquisa, o Quadro 03 apresenta uma síntese analítica dos dados produzidos, estruturada a partir da Espiral de Análise de Dados proposta por Creswell. O quadro articula os diferentes blocos do questionário, as codificações realizadas e os temas emergentes, permitindo visualizar, de forma sistematizada, o perfil dos participantes, suas condições socioeconômicas, a vinculação institucional, o uso do intervalo interturno e as relações estabelecidas com o lazer.

Quadro 03 - Análise dos resultados predominantes do questionário segundo a Espiral de Creswell

Tema	Codificação	Descrição/ Predominância nos resultados
Perfil sociodemográfico	Q01 a Q03 - Predomínio adolescente feminino sem deficiência	A maioria dos participantes da pesquisa (88,6%) está na faixa etária de 15 a 17 anos. Do total, 60,0% se identificam com o gênero feminino, e 94,1% afirmaram não possuir necessidades especiais.
Identidade socioeconômica	Q04 a Q08 - Indícios de estabilidade com traços de vulnerabilidade social	Os dados mostram que 100% dos participantes são solteiros e 53,1% vivem em casas próprias quitadas, indicando relativa estabilidade. Contudo, há sinais de vulnerabilidade, como 28,6% vivendo com cinco ou mais pessoas e 31,4% usando transporte coletivo. A maioria (97,1%) possui acesso à internet.
Vinculação dos participantes no Ifac	Q09 e Q10 - Perfil formativo majoritário	A maioria dos alunos (74,3%) está no curso técnico em Informática, e 51,4% cursam o 2º ano.
Utilização do intervalo interturno	Q11 a Q14 - Escuta dos discentes	Observou-se que 42,4% dos estudantes usam o intervalo para estudar, enquanto 59,4% nunca participaram de atividades nesse período. Sessões de cinema/Cinelfac foram citadas por 83,3%. Além disso, 65,6% concordam que o intervalo pode ser usado para lazer educativo, com sugestões variadas que refletem interesses diversos.
Relações dos alunos com o lazer	Q15 a Q17 - Reconhecimento e acesso restrito	A maioria dos participantes (88,2%) considera o lazer relevante, embora 52,9% afirmam participar de atividades culturais ou de lazer apenas de uma a três vezes por mês e 23,5% relatam nunca ter tido acesso a elas. Entre as preferências, as atividades artísticas se destacam, representando 21,7% das respostas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A utilização de dois instrumentos de coleta de dados, o questionário online e a roda de conversa presencial, foi uma estratégia metodológica que visou ampliar a participação e garantir maior inclusão dos estudantes. Ao diversificar os meios de escuta, proporcionou-se não apenas o cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos, mas também a possibilidade de envolver alunos que não possuem

familiaridade com recursos tecnológicos ou enfrentam barreiras de acesso à internet. A roda de conversa, em especial, permitiu uma abordagem mais próxima, dialógica e sensível, favorecendo a expressão de experiências, percepções e sugestões de forma espontânea e colaborativa, enriquecendo significativamente o processo de investigação.

A roda de conversa foi organizada em três momentos distintos e, visando à preservação da identidade dos participantes, os estudantes foram identificados por meio de códigos alfanuméricos (A1, A2, A3, e assim sucessivamente). O primeiro momento concentrou-se na apresentação da pesquisadora, na socialização inicial e na construção de um ambiente de escuta e confiança, favorecendo a manifestação espontânea dos estudantes acerca de suas motivações, vivências escolares e percepções sobre o cotidiano no Ensino Médio Integrado.

A análise das falas produzidas nesse momento possibilitou a emergência do tema central “Juventudes e sentidos da escolarização”, o qual se desdobrou em quatro categorias analíticas: motivações relacionadas à qualidade e à estrutura institucional; projeto de vida e futuro profissional; influência familiar; e adaptação e rotina escolar no EMI. Conforme sistematizado no Quadro 04, os depoimentos indicam que a escolha pelo Ifac está fortemente associada à percepção de qualidade do ensino, à infraestrutura institucional e ao reconhecimento do corpo docente, aspectos evidenciados nas falas de A1, A2 e A3, que ressaltam o prestígio da instituição e suas possibilidades de ampliar oportunidades acadêmicas e profissionais.

Quadro 04 - Análise do primeiro momento da roda de conversa

Tema	Categorias / Codificação	Descrição/ Trechos das falas
Juventudes e sentidos da escolarização	Motivação por qualidade e estrutura	A1 - A oportunidade de um curso técnico, e o próprio ensino médio, falam que aqui os professores são qualificados, realmente aqui os professores têm no mínimo um mestrado ou estão fazendo, mestrado, doutorado, então os professores são qualificados. (Q1) A2 - A qualidade de ensino, também... pode dizer assim, meio que eu fui selecionada né, pelas boas notas. (Q1) A3 - Achei uma escola ótima, tem boa qualidade de ensino, vai ser bom para meu futuro pois posso sair daqui e já posso trabalhar. (Q1)
	Projeto de vida e futuro profissional	A5 - O curso técnico, quero fazer arquitetura, além da matéria de arte. (Q1)
	Influência familiar	A6 - O ensino, a minha mãe incentivava. (Q1)
Adaptação e rotina escolar no EMI	Dificuldade de conciliar atividades	A1 - A gente tem vida fora do Ifac também, então é difícil conciliar. (Q4)

		A7 - ...o primeiro ano é de adaptação e o Ifac disponibiliza muitas oportunidades, dá muitas oportunidades para os alunos e isso é inegável, só que quando a pessoa chega aqui ela quer abraçar o mundo sem poder e aí ela deixa a desejar no ponto mais importante que é os estudos... (Q4)
	Pressão acadêmica	A6 - O que o A7 falou realmente é verdade, não só no curso dele como em edificações também é um curso que pega muito no pé em questões de algumas matérias, então assim é sempre estudar. Em edificações acho que pega mais pesado um pouco em matemática, principalmente as matérias do curso técnico, é chegar e estudar não querer abraçar o mundo sem poder. (Q4)
	Conselhos entre pares	A1 - Não acumular as atividades, porque a gente faz sempre isso no começo, fica passando e passando as atividades, “não semana que vem eu faço” “tenho até a próxima semana” só que chega perto do dia está acumulado muita coisa e ainda tem coisa pessoal né? (Q4) A7 - ... o conselho que eu deixo é foca nos estudos prioritariamente, com o tempo você vai se adaptando e consegue conciliar com outras coisas, eu só entrei no time de vôlei no segundo ano porque no primeiro ano eu foquei nos estudos. (Q4)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se, ainda, que os estudantes vinculam a escolarização técnica a projetos de vida futuros, com referências explícitas a escolhas profissionais e áreas de interesse, como apontado na fala de A5. Paralelamente, a influência familiar emerge como elemento significativo no processo decisório, revelando que a trajetória escolar dos jovens é atravessada por vínculos afetivos, expectativas parentais e orientações familiares, conforme expresso no depoimento de A6. Tal achado dialoga com Silva (2008), ao afirmar que “a família exerce forte influência no desenvolvimento da criança até a fase adulta, carregando o peso de estruturar ou desestruturar todo o processo de aprendizagem de um indivíduo, pois é nela que se encontram os principais referenciais de valores, comportamentos, crenças e costumes”, reforçando o papel da família como mediadora dos sentidos atribuídos à escolarização.

No tema adaptação e rotina escolar, conforme sistematizado no Quadro 04, emergiram falas que problematizam a dificuldade de conciliar as múltiplas demandas escolares com a vida pessoal, bem como a pressão acadêmica vivenciada especialmente por estudantes de cursos mais exigentes, como Edificações, aspecto evidenciado nas falas de A6 e A7. Paralelamente, identificou-se a constituição de uma categoria marcada pela troca de conselhos entre pares, na qual os próprios discentes, a partir de suas experiências, refletem sobre a trajetória no Ensino Médio Integrado e oferecem orientações a outros jovens. Nessas falas, como as de A1 e A7, destacam-se sugestões relacionadas à organização do tempo, ao foco nos estudos e à

persistência como estratégias para enfrentar os desafios iniciais do processo de integração ao Ifac, reforçando o papel da vivência juvenil e da aprendizagem coletiva na construção de percursos escolares mais conscientes e resilientes.

No segundo momento da roda de conversa, a estratégia metodológica concentrou-se na identificação e análise dos espaços escolares utilizados pelos estudantes durante o intervalo interturno. A partir da apresentação de fotografias dos diferentes ambientes do *Campus* Rio Branco, a pesquisadora promoveu uma reflexão coletiva que possibilitou aos discentes reconhecerem os espaços disponíveis, bem como expressarem percepções relacionadas ao acesso, ao conforto, às restrições institucionais e às possibilidades de uso desses ambientes nos tempos não formais da rotina escolar. Essa abordagem visual e dialógica favoreceu maior engajamento dos participantes e produziu dados qualitativos relevantes para a compreensão das dinâmicas de permanência, circulação e apropriação do espaço escolar pelos jovens.

Conforme sistematizado no Quadro 05, emergiu o tema “Espaços escolares e dinâmicas de uso”, organizado em três categorias analíticas: espaços mais utilizados, falta de infraestrutura e conforto, e restrições institucionais. As falas dos estudantes indicam que os ambientes mais frequentados durante o intervalo são a quadra, o refeitório, a biblioteca, a cantina e, em menor medida, o auditório, conforme relatado por A1, A5, A6 e A7. Esse padrão de uso recorrente de poucos espaços sugere a escassez de alternativas acessíveis, diversificadas e atrativas para o lazer interturno, o que limita as possibilidades de vivência juvenil no cotidiano escolar.

Quadro 05 - Análise das percepções estudantis sobre espaços escolares no intervalo interturno

Tema	Categorias / Codificação	Descrição/ Trechos das falas
Espaços escolares e dinâmicas de uso	Espaços mais utilizados	A5 - Eu treino toda vez nesse horário na quadra. Às vezes eu reúno o pessoal a gente vai para o espaçozinho, ficamos cantando, daí tem um pessoal que joga vôlei. (Q5) A7- Na cantina, ou no refeitório, ou vai para a quadra. (Q5) A6 - Ou o auditório. (Q5) A1 - A biblioteca mesmo porque é climatizada. (Q7)
	Falta de infraestrutura e conforto	A1 - Acho que sim, só que o descanso para ficar é muito ruim porque a gente tenta ficar na biblioteca ou no corredor, e no corredor é meio duro é ruim. Assim, aqui no refeitório é ruim também pelo minúsculo espaço, tem até um negócio para ficar sentado, mas também não é muito confortável, muito barulho, espaço tem, mas para descansar não tem. (Q6) A5 - Espaço estrutural? Ele não tem. (Q6) A7- Acho que está faltando, é muito aluno para pouco espaço. Na hora do almoço se a senhora vir aqui, por exemplo dia de segunda e quarta só é um curso e mesmo assim fica muito lotado. Imagine na terça e na sexta que são dois cursos. (Q6)

		A6 - Se vai todo mundo para o auditório, tem gente que fica em pé ou sentada no chão, e muitas vezes não vai todo mundo só a maioria. (Q6)
	Restrições institucionais	<p>A1 - O auditório raramente está aberto e o quadro fica muito fechado às vezes para atividade física e tudo mais. (Q8)</p> <p>A5 - Pra mim não, mas para o pessoal talvez salas por causa do ar e porque não tem onde ficar deitado aqui, daí o pessoal vai para debaixo das árvores ali. (Q8)</p> <p>A1 - Tem um laboratório de arte aqui, seria muito top deixar ele aberto para esse horário. (Q12)</p> <p>A1 - Outra coisa normalmente o local onde fica a bola fica fechado, daí a gente tem que trazer de fora, seria muito bom se eles disponibilizassem para podermos pegar e jogar. (Q13)</p> <p>A1 - Outra coisa que eu esqueci de falar é o banho, porque as pessoas querem fazer atividade física, mas muitas não vão por conta do banho, às vezes não é permitido tomar banho e a pessoa vai suada para a aula. (Q14)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme sistematizado no Quadro 05, os depoimentos dos estudantes indicam que aspectos institucionais exercem influência significativa sobre a organização e a apropriação dos espaços escolares durante o intervalo interturno. Entre esses aspectos, destacam-se as restrições de acesso a determinados ambientes, adotadas como resposta a comportamentos considerados inadequados. Esse contexto é agravado pela fragilidade no acompanhamento discente nesse período, situação que, segundo informação da diretora do Decti, está relacionada à atuação efetiva de apenas um assistente de alunos cadeirante no campus, em decorrência do afastamento e da ausência de substituição dos demais profissionais. Tal limitação compromete a supervisão e a mediação educativa dos espaços, resultando no fechamento de áreas que poderiam ser utilizadas de forma mais intencional e formativa pelos estudantes.

A análise dessas condições, à luz das falas dos participantes, evidencia um descompasso entre a lógica normativa institucional e as demandas cotidianas da juventude escolar. Restrições como a proibição do banho após atividades físicas e o controle rigoroso sobre o uso de materiais esportivos e culturais reduzem as possibilidades de cuidado corporal, expressão e convivência, dimensões fundamentais para o bem-estar e para a permanência qualificada no espaço escolar. Nesse sentido, o Quadro 05 revela que as normas institucionais interferem diretamente nas experiências juvenis, apontando para a necessidade de sua revisão a partir de uma perspectiva de lazer educativo que reconheça os estudantes como sujeitos ativos na produção dos sentidos do espaço escolar.

Estudos no campo da juventude reforçam que espaços de lazer e sociabilidade são essenciais para que os jovens construam linguagens próprias, compartilhem vivências e enfrentem coletivamente os desafios de sua realidade social. Nessa perspectiva, os ambientes de encontro assumem papel central no fortalecimento dos vínculos juvenis, sendo o grupo um importante espaço de apoio e reconhecimento, ao passo que o ciberespaço amplia essas possibilidades ao romper fronteiras territoriais e diversificar as formas de interação (Sales, 2013, p. 427).

No que se refere à segunda categoria identificada, a falta de infraestrutura e de conforto foi recorrente nas falas dos estudantes. Conforme relataram A1 e A5, embora existam espaços disponíveis no *campus*, estes não atendem plenamente às necessidades de descanso, lazer e convivência, seja em razão da superlotação, do mobiliário inadequado ou do excesso de ruídos. Essas condições fragilizam a qualidade do tempo livre e podem comprometer o bem-estar físico e emocional dos discentes. Somam-se a essas questões as normas que restringem práticas como o banho no campus e o acesso a recursos para atividades esportivas e culturais, o que tende a desestimular a realização de atividades físicas e expressivas durante o intervalo interturno. Tais relatos reforçam como as regulações institucionais impactam diretamente o uso qualificado dos espaços e limitam o potencial do lazer educativo no cotidiano escolar (A1, A5).

No terceiro momento da roda de conversa, a pesquisa concentrou-se na construção de propostas de lazer educativo para o intervalo interturno, a partir da escuta ativa dos estudantes quanto aos projetos existentes, às necessidades percebidas e às sugestões de melhoria. O Quadro 06 sistematiza essas contribuições ao reunir, de forma sintética, as percepções dos estudantes sobre o lazer no Ifac e suas sugestões para práticas educativas no intervalo interturno.

Quadro 06 - Percepções dos estudantes sobre o lazer e sugestões para práticas no *campus*

Tema	Categorias / Codificação	Descrição/ Trechos das falas
Lazer, cultura e expressões juvenis no IF	Projetos existentes	A5 - Normalmente o “culturalzinho”(o projeto de rimas) que fazemos ali, ainda não é daqui, mas já começamos. (Q2, Q9) A7 - Tem o cinema integrado. (Q9) A6 - Só no cinema. (Q9)

		<p>A1 - Aqui tem bastante olimpíadas, tipo no tempo livre quando não tem atividade essas coisas de escola, normalmente faço alguma dessas coisas. (Q2)</p> <p>A5 - Eu treino toda vez nesse horário na quadra. (Q5)</p> <p>A7 - Tem até um professor que tem um projeto de música, o professor *** de arte. (Q12)</p>
	Falta de letramento cultural ou participação parcial em ações	<p>A5 - ... acho que na roda cultural poucas pessoas vão querer porque poucos têm ciência da importância disso, de como funciona, eu não sei se muita gente vai participar. Eles precisam entender que o artista tem o direito de escrever de forma livre, se não vai ter muita discussão besta, pouca gente entende o que é poesia, o que é arte. O professor que incentiva o culturalzinho é de história não explica o que é poesia, talvez o professor de artes ajude. (Q15)</p>
Protagonismo estudantil e propostas de melhoria	Propostas de novos espaços	<p>A1 - Criaria um espaço de descanso mesmo um pátio, sabe um pátio de escola. Poderia ter um lugar de descanso, um redário. (Q11)</p> <p>A5 - Seria o que já estamos fazendo com um professor no curso de edificações, temos um projeto para construir uma quadra de vôlei de praia, para esportes de praia. (Q11)</p> <p>A5 - Seria muito bom um espaço para nosso projeto de rimas, porque conseguimos nesse mesmo espaço ter música, palestra. (Q12)</p> <p>A6 - Realmente um projeto seria muito interessante, porque assim, dentro da minha sala tem umas quatro ou cinco pessoas que cantam tocam, tipo assim é da parte da música, e elas falam que sentem uma falta. (Q12)</p> <p>A7 - Verdade o Ifac deixa muito a desejar nessa questão da cultura, eu acho que eles deixam muito a desejar, eles dão muitas oportunidades, mas eles deixam muito a desejar na questão da cultura. (Q12)</p>
	Desejo de organização estudantil	<p>A5 - Com certeza, ajudaria a organizar. (Q14)</p> <p>A7 - Sim. Aqui tinha grêmio, mas não tem gente interessado o suficiente para poder montar uma chapa. Tem o DCE que é de superior né? Mas o líder do DCE é muito gente boa, ele sempre está a procura de um grêmio estudantil só que não tem aluno que queira participar, que queira montar uma chapa, entendeu? Mas ele é muito acessível. (Q14)</p> <p>A1 - Poderíamos pedir ajuda da coordenação, se tivéssemos um grêmio. (Q14)</p>
	Sugestões de atividades educativas	<p>A1 - Desenho, a própria pintura, no laboratório tem tinta, fazer os pigmentos pintar. Também a quadra jogar lá.</p> <p>A5 - ...a música, a pintura, as palestras, eu conheço muita gente que pode vir aqui na escola porque eles vivem disso. Poderia ter música, dança, poesia, rodas de conversas para as pessoas falarem o que acharam da leitura do livro.</p>
	Garantia de acesso e inclusão	<p>A1 - Abrir diversas atividades, tipo 2 ou 3, não precisa também de muitas. Porque assim certos grupinhos gostam mais de vôlei, enquanto outros preferem estar desenhando, então deixar 2 ou 3 espaços abertos ia ser uma boa opção. (Q15)</p> <p>A5 - Divulgar nas salas, criar algo chamativo para chamar a atenção das pessoas acho que dá certo. (Q15)</p> <p>A7 - Tentar deixar cada um mais a vontade possível, porque por mais que a gente proponha diferentes atividades, ainda assim tem gente que não gosta de participar de nada, e gosta de ficar só mexendo no celular,</p>

		sem fazer nada, entendeu? então acredito que é bom deixar alguns na sua zona de conforto pessoal. (Q15) A6 - É importante deixar o mais confortável possível, porque tipo assim, você vai participar de uma coisa e não vai ser confortável não vai ser legal nem pra você e nem para quem está perto. (Q15)
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados revelaram o tema central "Lazer, cultura e expressões juvenis no Ifac". A categoria "projetos existentes" evidencia experiências culturais pontuais em curso, como o CineIFAC, atividades esportivas na quadra e o projeto de rimas ("culturalzinho"), frequentemente impulsionados por docentes engajados, conforme relatos de A5 e A7. Contudo, a continuidade e alcance dessas iniciativas mostram-se restritos, caracterizando participação parcial ou esporádica.

A descontinuidade de projetos realizados durante o intervalo no Instituto Federal pode ser compreendida à luz da perspectiva de qualidade educacional. Para Libâneo (2018), a qualidade da educação está diretamente relacionada à organização do trabalho pedagógico, às condições de ensino e à formação dos professores, elementos que estruturam o cotidiano escolar e influenciam os processos de aprendizagem. No contexto do Ifac, a carência de recursos materiais, a limitação de espaços adequados e a ausência de planejamento formal para os docentes comprometem a execução contínua dessas atividades. Quando desvinculados do Projeto Pedagógico Institucional ou das diretrizes de formação integral, tais projetos tornam-se frágeis, dependentes da iniciativa individual e suscetíveis à interrupção.

Embora infraestrutura física adequada e suprimento de recursos educacionais não garantam aprendizagem por si só, sua ausência compromete negativamente o desempenho discente. Como afirmam Vasconcelos et al. (2021), "o desempenho do aluno não depende somente de seu próprio esforço. Cabe ao poder público fornecer meios para que as escolas disponham de insumos básicos para exercer suas atividades com qualidade e para que todos os alunos tenham acesso a um ambiente favorável à aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades no Ensino". No Ifac, essa realidade agrava a descontinuidade de iniciativas culturais, pois a precariedade estrutural limita tanto a participação quanto a institucionalização das práticas.

A desvalorização docente emerge como fator determinante nessa dinâmica. Oliveira (2004, 2008) destaca a crescente desqualificação profissional do magistério, expressa pelo aumento do controle sobre o trabalho, intensificação das atividades escolares e responsabilização exclusiva pela qualidade do ensino, sem contrapartidas

financeiras ou reconhecimento social. Exige-se dos professores inovação pedagógica e compromisso extracurricular, mas oferecem-se escassas recompensas simbólicas ou materiais, sobrecarregando aqueles que propõem projetos autônomos durante o intervalo e contribuindo para sua interrupção.

A percepção de fragilidades no letramento cultural emerge de forma recorrente na categoria analisada, especialmente nas reflexões sobre a baixa adesão de parte dos estudantes às atividades culturais propostas no contexto escolar. A fala de A5 evidencia que a ausência de uma compreensão crítica acerca de linguagens artísticas, como a arte e a poesia, dificulta o engajamento coletivo, indicando a necessidade de maior mediação pedagógica entre cultura e currículo, de modo interdisciplinar.

Nessa perspectiva, o conceito de letramento ultrapassa a noção restrita de alfabetização, compreendendo-se como a capacidade de interagir com práticas de leitura e escrita em contextos sociais diversos, tanto dentro quanto fora da escola, em consonância com as demandas contemporâneas da vida social (Justo; Rubio, 2013). Conforme argumenta Soares (2010), o letramento envolve ensinar a ler e escrever de forma significativa, considerando os usos sociais da linguagem e possibilitando que os sujeitos estabeleçam relações entre diferentes textos e contextos, para além da decodificação mecânica. Essa compreensão é retomada por Justo e Rubio (2013), ao destacar que práticas culturais, valores e costumes também constituem dimensões do letramento, como ocorre, por exemplo, nos rituais indígenas, nos quais o conhecimento é transmitido e preservado por meio de formas próprias de expressão cultural.

Ao problematizar a relação entre letramento e escolarização, Justo e Rubio (2013), com base em Soares (2010 *apud* Justo e Rubio, 2013), aponta que as condições sociais, culturais e econômicas influenciam diretamente o acesso às práticas letradas, exigindo a criação de infraestrutura adequada, como materiais acessíveis e bibliotecas funcionais. A autora alerta que, quando excessivamente vinculada à lógica escolar, a noção de letramento tende a ser fragmentada em conteúdos e etapas, o que pode limitar seu potencial formativo e reduzir sua articulação com as experiências sociais mais amplas.

Essa fragmentação da escolarização, ao compartimentalizar as práticas de leitura e escrita em séries e períodos, contribui para o desenvolvimento de habilidades restritas, muitas vezes insuficientes para responder às demandas que extrapolam o espaço escolar. Nesse cenário, o lazer assume relevância social e educativa ao

possibilitar experiências de convívio, interação e pertencimento. Conforme destaca Marcellino (2019), o interesse social manifesta-se na busca pelo contato interpessoal, pelo encontro e pela vivência coletiva, elementos fundamentais para a construção de vínculos e identidades juvenis.

A categoria protagonismo estudantil e propostas de melhoria emergiu de forma expressiva, com sugestões que abrangem desde espaços físicos adequados, como redários, pátios de descanso e quadras de areia, até projetos artísticos e culturais institucionalizados, incluindo música, pintura, dança, rodas de conversa e oficinas. As falas destacam também a necessidade de revitalizar o grêmio estudantil como canal legítimo de representação e articulação entre estudantes e gestão, atualmente enfraquecido pela baixa participação.

Os conteúdos culturais no lazer, conforme os resultados, constituem as aspirações que levam os jovens a ocuparem seu tempo livre, englobando dimensões físico-esportivas, artísticas, intelectuais, manuais e sociais (Dumazedier, 2008). Nesse contexto, o grêmio estudantil se apresenta como um importante mediador entre essas experiências e a vida escolar, na medida em que “poderá contribuir com a escola nesse processo de fomento do protagonismo dos estudantes, tanto através da participação do grêmio, que deve assumir práticas voluntárias e comunitárias, quanto por meio do desenvolvimento das atividades educativas” (Figueirôa; Miranda, 2021, p. 485). Assim, o grêmio configura-se como espaço educativo complementar à sala de aula, potencializando a formação pelo fazer prático, diversificando a representatividade juvenil e criando oportunidades para que os estudantes assumam responsabilidades, negociem posições e construam coletivamente sentidos para sua participação na escola.

Por fim, as falas reunidas na categoria garantia de acesso e inclusão enfatizam a necessidade de propostas que contemplem a diversidade de interesses e perfis estudantis, superando modelos únicos e inflexíveis. Sugestões como a simultaneidade de espaços e atividades diferenciadas, ampla divulgação prévia e respeito à zona de conforto individual, como o uso do celular ou momentos de descanso, revelam uma concepção de lazer democrático e plural, que equilibra individualidade e coletividade.

A necessidade de agrupar-se constitui elemento central do cotidiano juvenil, manifestando-se em aparência, gestos e comportamentos: “No grupo, os jovens afetam e são afetados(as) por seus pares; o grupo é uma forma de compor-se, de formar novas relações ou de decompô-las e também de rebelar-se contra as

imposições culturais" (Sales, 2013, p. 429). Tal dinâmica reafirma o sentido de pertencimento e o caráter cooperativo no âmbito escolar, com formas próprias de comunicação que consolidam identidades coletivas (Sales, 2013, p. 431).

Essas manifestações grupais evidenciam não apenas resistência às normas impostas, mas também construção ativa de sociabilidades que potencializam a inclusão. No contexto do IFAC, compreender essas dinâmicas torna-se essencial para estruturar intervalos que funcionem como territórios de expressão juvenil, onde a diversidade de práticas, do isolamento reflexivo à efervescência coletiva, seja legitimada como direito formativo.

A comparação entre os dados obtidos pelo questionário online e pela roda de conversa revelou uma convergência, demonstrando que os estudantes reconhecem o lazer como um aspecto relevante da vivência escolar. Enquanto 88,2% dos respondentes atribuíram importância ao lazer no questionário, os participantes da roda de conversa reforçaram esse entendimento e expressaram o desejo de ampliar as possibilidades de acesso a atividades culturais, esportivas e de descanso no intervalo interturno.

Embora o questionário tenha apresentado um panorama geral sobre a frequência de participação em atividades de lazer, os relatos da roda de conversa permitiram compreender os obstáculos que dificultam esse acesso, como a limitação de espaços adequados, a ausência de mediação cultural e as restrições institucionais. Isso evidencia que a baixa adesão não está relacionada à falta de interesse dos estudantes, mas a barreiras estruturais ainda presentes no cotidiano escolar.

Além disso, os estudantes apontaram sugestões concretas para melhorar o intervalo, como a criação de espaços de descanso e a ampliação de projetos artísticos e culturais, reforçando o desejo de protagonismo e participação ativa na vida escolar. Assim, a triangulação dos dados reforça a necessidade de repensar o intervalo como um tempo formativo, capaz de promover a convivência, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos discentes.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O PE constitui uma das exigências centrais dos Programas de Pós-Graduação Profissional *stricto sensu*, conforme estabelece a Capes. No contexto da EPT, o PE deve ser concebido como uma produção técnica ou tecnológica resultante de uma pesquisa aplicada, com potencial de transformação de práticas pedagógicas e institucionais.

Segundo a Capes (2019), o produto educacional é definido como:

uma produção técnica ou tecnológica resultante da pesquisa e que tenha aplicabilidade na área de ensino, podendo assumir diferentes formatos: material didático-pedagógico, caderno de orientação, curso, vídeo, aplicativo, protocolo de intervenção, entre outros (Capes, 2019).

A Portaria nº 60, de 20 de março de 2019, que regulamenta os cursos de Mestrado Profissional na área de Ensino, reforça que os produtos educacionais devem ser articulados à realidade dos espaços formativos e atender a demandas identificadas nas instituições de ensino (Brasil, 2019). Assim, sua finalidade extrapola a elaboração de um mero recurso didático, implicando o compromisso ético e pedagógico de intervir de forma qualificada e fundamentada no campo educacional.

A Capes (2019) reconhece diversos formatos possíveis de PEs, desde que estejam ancorados na pesquisa aplicada e tenham relevância para a prática pedagógica. Entre os principais tipos, destacam-se os materiais didático-pedagógicos, como apostilas, cadernos de atividades, cartilhas e jogos educativos; as tecnologias digitais, como aplicativos, plataformas virtuais de aprendizagem e objetos digitais interativos; os protocolos e propostas de intervenção, voltados à melhoria das práticas docentes, metodologias de ensino ou atendimento educacional especializado; além de cursos, oficinas e formações continuadas, voltados ao aperfeiçoamento profissional de educadores. Também são contempladas as propostas de gestão educacional, como modelos de acompanhamento pedagógico e instrumentos de avaliação institucional, bem como produções artístico-culturais com fundamentação pedagógica. Essa diversidade atesta o compromisso dos mestrados profissionais com a articulação entre pesquisa e prática, permitindo que os produtos educacionais assumam formatos variados conforme as necessidades do contexto em que são aplicados.

5.1 Descrição do Produto

O produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa é um caderno de orientação para atividades educativas e de lazer, intitulado *EduLazer: Conexão Interturno*. Trata-se de um material didático-pedagógico voltado à comunidade escolar do Ifac, *Campus* Rio Branco, com foco na promoção de experiências formativas durante o intervalo interturno dos estudantes do EMI. O caderno foi organizado de forma prática, visual e acessível, contendo propostas de atividades que possam ser implementadas por servidores da instituição (técnicos, professores, pedagogos e gestores), estudantes bolsistas, monitores ou até mesmo por meio de projetos de extensão.

O *EduLazer* combina sugestões de ações educativas, jogos cooperativos, oficinas de expressão, práticas corporais e intervenções culturais que dialogam com a realidade da juventude atendida pelo Ifac. Todas as atividades foram organizadas com base em critérios de viabilidade, baixo custo, valorização do protagonismo estudantil e respeito à diversidade.

5.2 Finalidade

A finalidade principal do *EduLazer: Conexão Interturno* é contribuir com a formação integral dos estudantes por meio da valorização do tempo escolar ampliado, especialmente nos momentos de intervalo entre turnos. Ao promover atividades de caráter lúdico, artístico, esportivo e reflexivo, enfim atividades de lazer, o caderno busca transformar os tempos ociosos em oportunidades educativas significativas, estimulando o ócio criativo, o convívio coletivo e o desenvolvimento de competências socioemocionais. Além disso, o produto pretende funcionar como ferramenta de apoio à gestão pedagógica, oferecendo subsídios para o planejamento de ações integradoras e inclusivas no ambiente escolar.

5.3 Justificativa de Aplicação na Educação Profissional e Tecnológica

A escolha por desenvolver e aplicar esse produto na EPT justifica-se pelo próprio caráter formativo dessa modalidade, que visa articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O Ensino Médio Integrado, conforme definido na legislação educacional brasileira, demanda práticas pedagógicas que transcendam a mera preparação técnica, ampliando as experiências culturais e sociais dos estudantes.

Como destaca Frigotto (2018), a EPT deve se comprometer com a formação omnilateral do sujeito, ou seja, aquela que contempla dimensões cognitivas, éticas, estéticas, políticas e práticas da existência humana. Nesse sentido, as atividades educativas e de lazer apresentadas no *EduLazer* alinham-se ao compromisso de uma educação politécnica e humanizadora, especialmente ao reconhecer o jovem como sujeito de direitos, de saberes e de desejos.

Além disso, o próprio contexto institucional do Ifac, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferece condições propícias para a implementação de práticas inovadoras no campo da educação integral, inclusive fora da sala de aula.

5.4 Bases Teóricas

O produto educacional é sustentado por um referencial teórico que compreende o lazer como dimensão essencial da formação humana (Dumazedier, 2008; Marcellino, 2019; Victor Andrade de Melo e Edmundo de Drummond Alves Jr., 2012), bem como por abordagens que valorizam o protagonismo juvenil (Dayrell, 2007), a pedagogia do jogo e do lúdico (Huizinga, 2019; Brougère, 1998) e os princípios da educação integral (Jacinto; Ramos, 2015).

Segundo Huizinga (2019), o jogo é uma forma originária de cultura, sendo inerente ao desenvolvimento da criatividade e da convivência. Já Marcellino (2019) defende que o lazer deve ser compreendido como um espaço de expressão, fruição e construção de sentidos. Ao considerar o lazer como parte da ação educativa, propõe-se uma prática pedagógica que reconhece o estudante em sua totalidade, e não apenas como um executor de tarefas ou um futuro trabalhador.

A proposta dialoga ainda com a noção de “ócio criativo” de Domenico De Masi (2000), ao valorizar o tempo livre como espaço de invenção e aprendizagem. Em consonância com os princípios da formação integral, o *EduLazer* propõe a integração entre experiências escolares e não escolares, fortalecendo vínculos e pertencimentos.

5.5 Contexto de Aplicação

A aplicação do produto educacional deverá ser realizada no Ifac, *Campus* Rio Branco, com estudantes do EMI. Esse *campus* oferece cursos técnicos integrados em Edificações, Rede de Computadores e Informática para Internet (Brasil, 2023),

atendendo majoritariamente jovens oriundos da rede pública e de contextos socioeconômicos diversos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas rodas de conversa com os estudantes e aplicação de questionários diagnósticos, com o intuito de identificar interesses, dificuldades e sugestões de uso do tempo interturno. A partir dessas escutas, o caderno foi elaborado e posteriormente submetido à avaliação da banca examinadora do programa de pós-graduação, com sugestões de ajustes.

Embora ainda em fase de implementação ampliada, o material já foi disponibilizado para consulta da equipe pedagógica e de projetos do *campus*, prevendo-se sua ampliação para outros campi do Ifac ou instituições de ensino integral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral propor atividades educativas que estimulem o ócio criativo, contribuindo para a formação integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco, a partir da ressignificação do intervalo interturno como espaço e tempo de aprendizagem. A escolha dessa temática se justifica pela necessidade de repensar a escola pública como um espaço formativo que transcende os limites do currículo formal, reconhecendo o lazer como direito social (CF/1988, art. 6º) e como elemento essencial da educação integral.

Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que o intervalo interturno, frequentemente negligenciado nos planejamentos institucionais, possui potencial formativo significativo. A escuta ativa dos estudantes, realizada por meio de questionário online e rodas de conversa, revelou tanto as carências quanto as possibilidades de uso pedagógico desse tempo. A análise indicou que 88,2% dos discentes reconhecem o lazer como elemento relevante no cotidiano escolar, embora 59,4% nunca tenham participado de atividades educativas ou culturais nesse período. Esse dado evidencia uma lacuna entre o reconhecimento da importância do lazer e sua efetiva valorização pela instituição.

Os dados também apontaram para a carência de políticas institucionais que integrem lazer e educação, a escassez de espaços apropriados e a ausência de mediação pedagógica intencional durante o intervalo. Ainda assim, os estudantes demonstraram interesse e criatividade ao propor sugestões viáveis, como redários, clubes de leitura, oficinas artísticas e projetos liderados por coletivos juvenis. Tais contribuições reforçam a importância de práticas dialógicas na escola e o protagonismo estudantil como elemento estruturante da educação integral (Freire, 1996; Gohn, 2014).

A ausência de participação docente nos instrumentos de coleta de dados, apesar dos convites formais, da articulação com a gestão e dos esforços de mobilização, configura uma limitação importante da pesquisa. Tal ausência, mais do que um obstáculo pontual, revela um desafio estrutural: a necessidade de fortalecer os vínculos entre ensino, pesquisa e gestão, consolidando uma cultura institucional mais colaborativa e democrática. Este aspecto impacta diretamente no alcance dos

objetivos específicos da pesquisa, especialmente no que se refere à construção coletiva e interdisciplinar das propostas.

Apesar dessas limitações, o estudo cumpriu sua função diagnóstica e propositiva ao sistematizar demandas estudantis e organizar um caderno de orientações com sugestões de atividades educativas e de lazer para o intervalo interturno. Trata-se de um produto educacional que se alinha às finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008), especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões e à articulação entre ensino, pesquisa e extensão (art. 6º). A proposta também encontra respaldo na LDB (Lei nº 9.394/1996), que defende o pleno desenvolvimento do educando (art. 2º) e a valorização de práticas extraescolares como componentes legítimos da formação escolar (art. 3º).

Do ponto de vista pedagógico, os resultados da pesquisa reforçam a viabilidade de implementação de atividades educativas e de lazer planejadas com intencionalidade, sensibilidade e respeito à diversidade de interesses juvenis. As contribuições dos estudantes demonstram que, quando ouvidos, podem colaborar ativamente com a construção de ambientes mais humanizados, democráticos e significativos. O reconhecimento do intervalo como espaço de vivência educativa é, portanto, uma estratégia coerente com os princípios da educação omnilateral, da gestão democrática e da valorização da cultura juvenil.

Em termos de contribuição teórica e prática, este trabalho propõe uma ruptura com a concepção tradicional de lazer escolar como atividade periférica ou meramente recreativa. Ao propor sua integração ao cotidiano institucional de forma planejada, colaborativa e formativa, a pesquisa reforça o papel da escola pública como promotora de pertencimento, cidadania e bem-estar. A valorização do tempo livre como espaço de aprendizagem exige que os Institutos Federais avancem no mapeamento de seus ambientes, considerando não apenas sua estrutura física, mas também as lógicas de uso, as limitações institucionais e as percepções dos sujeitos escolares.

Como desdobramentos futuros, recomenda-se que o caderno de orientações seja apresentado aos colegiados de curso e à gestão institucional, para que suas propostas sejam debatidas, aprimoradas e, eventualmente, implementadas de forma piloto. Também se sugere a realização de pesquisas ampliadas, envolvendo múltiplos campi, e com maior articulação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar. A escuta docente, neste sentido, permanece como um aspecto a ser priorizado em

estudos posteriores, a fim de promover uma construção verdadeiramente coletiva e interdisciplinar. Assim como a participação de todos os servidores “educadores” que fazem parte do instituto.

Conclui-se, assim, que promover atividades educativas e de lazer no intervalo interturno é não apenas viável, mas necessário. Trata-se de reconhecer esse tempo como parte do projeto pedagógico da instituição, capaz de contribuir para uma formação mais ampla, crítica e sensível dos sujeitos. Ao transformar o cotidiano escolar em espaço de experiências significativas, o Ifac reafirma seu compromisso com uma educação pública, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 41, 2003, p.93-115. Disponível em: <<https://scielo.pt/pdf/spp/n41/n41a04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ACRE. **Lei nº 3.366, de 27 de dezembro de 2017**. Institui o Programa de Educação Integral e as Escolas Jovens, de ensino médio em tempo integral, na rede pública de educação básica do Estado do Acre. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 28 dez. 2017. Modificada pela Lei Complementar nº 383, de 8 de junho de 2021. Disponível em: <<https://legis.ac.gov.br/detalhar/2080>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ANDRADE, A. C.; FELIPE, Edmáisson; MEDEIROS, Simone Alves de. Da pedagogia tradicional a uma aprendizagem significativa: Ações inovadoras que fazem a diferença na vida do aluno. **Rev. Episteme Transversalis**, Volta Redonda-RJ, v.11, n.2, p.69-95, 2020. Disponível em: < <https://1library.org/document/yr2vrmjz-da-pedagogia-tradicional-a-uma-aprendizagem-significativa.html> >. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

ANDRADE, A. L. R.; MONTEIRO, A.O; JUCÁ, S C S; SILVA, S.A. Trabalho e educação em Karl Marx: a contradição do trabalho intelectual e manual no processo educativo. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. e13911489, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1489>. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1489>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ANGELINI, R.C. Atributos aos diferentes tipos de educação: formal, não formal e informal.in: **II COLÓQUIOS DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**, Campus Sorocaba, n. 2, p.220–232, 2021. Disponível em: <<https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1001>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSEMANY, D.; GONÇALVES, D. Pedagogia de Aprendizagem Ativa: referenciais resultantes da formação de professores. **Polytechnic University of Valencia Congress, INNODOCT**, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4995/INN2021.2021.13392> Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358595048_Pedagogia_de_Aprendizagem_Ativa_referenciais_resultantes_da_formacao_de_professores> Acesso em: 19 de jun. de 2024.

BERTUOL, M. P.; CASTILHA, T. Z.. Intervalo Cultural. In: **6ª Feira de Iniciação Científica e Extensão – FICE**, 2017. Disponível em: <<https://videira.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/27/2017/09/9-Intervalo-Cultural-.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação Profissional e Tecnológica (EPT).** Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=65251:educacao-profissional-etecnologica-ept>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituições da Rede Federal.** Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **MEC inaugura nova reitoria do Instituto Federal do Acre (Ifac).** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/mec-inaugura-nova-reitoria-do-instituto-federal-do-acre-ifac>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 60, de 20 de março de 2019.** Dispõe sobre os cursos de Mestrado Profissional no âmbito da CAPES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, n. 55, p. 39, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://educimat.ifes.edu.br/images/stories/PORTARIA_N%C2%BA_60_DE_20_DE_MAR%C3%87O_DE_2019_-_Imprensa_Nacional.pdf?utm_source=copilot.com>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRAZOROTTO, C.M.; VENCO, S.B.. Educação profissional no Brasil: História e política dos Institutos Federais. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.23, n.2, abr./jun, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i2.8656863>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000200487>. Acesso em: 25 jun.2024.

BRICEÑO, E. D. Criatividade como um valor no processo educativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 9-24, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85571998000100005>. Disponível

em:<<https://www.scielo.br/j/pee/a/kcZpNzmFSVnkZXXMBTxDGSK/?lang=pt>>.
Acesso em: 10 jan. 2025.

CABEZA, M.C; AMIGO, M.C.. O encontro entre o ócio e a cultura: reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v.1, n.2, p.4-27, 2013. Disponível em: <<https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1739/1736>>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

CAPES. *Diretrizes para qualificação de produtos técnicos e tecnológicos: 2017-2020*. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/DiretrizesparaqualificaodePTT.pdf> >. Acesso em: 16 jan. 2026.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL (ei). **Material de Apoio à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral**. 2023. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2024/04/material-de-apoio-a-formulacao-e-implementacao-de-politicas-municipais-de-educacao-integral-em-tempo-integral.pdf?utm_source=plataforma&utm_medium=banner&utm_campaign=material_de_apoio_cr>. Acesso em: 18 de abr. de 2024.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL (ei.). **Educação em Tempo Integral**. 2014. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-em-tempo-integral/>>. Acesso em: 18 de abr. de 2024.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COSTA, T.N. **Uso de metodologias ativas e recursos educacionais no ensino de história em cursos técnicos integrados do IFAC**. 2022. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal do Acre, Rio Branco, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/58>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno das relações entre escola e juventude. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.1105-1128, out./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022> Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html&lang=pt>>.
Acesso em: 10 jan. 2026.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIAS, É.; PINTO, Fátima C.F.. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-454, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZfks/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

DÓREA, D.R.. Lazer: conceitos e usos sociais. Educar para o ócio criativo e atividades de lazer. In: MACHADO, A.G.; MACHADO, L.A.; GUIMARÃES, S.A. (Orgs.). **Práticas Corporais e educação física** [E-book]. 3ª edição. Salvador- BA: Ed. dos autores, 2023. p.7. (Coleção Grupo Corpo). Disponível em: <<https://gcorpo.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/09/3-e-book-corpo-3ed.pdf#page=7>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de; MIRANDA, Humberto da Silva. Adolescentes-jovens e o grêmio estudantil na escola pública: questões sobre participação. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 483 - 496, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.111030>. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/download/111030/88002>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FONTES, Julio. **Educação formal, não formal, informal e incidental**. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/nossa-coletividade/educa%C3%A7%C3%A3o-formal-n%C3%A3o-formal-informal-e-incidental-69d1426776c0>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, 1996. Disponível em: <<https://acervo.paulofreire.org/items/bfd4a2e6-2c4b-47b3-9376-9fb259fe1440>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FUKUSHIMA, Raiana Lídice Mór. **Elaboração e validação da escala sobre a percepção de educação para o lazer (EsPEL-31) no contexto de adultos**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/4e1aa578-927c-47d3-b187-b73a935d4c34>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GOMES, Cristina Marques. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica**. 2004. Comunicação (Academia.edu). Disponível em:

<https://www.academia.edu/37706648/DUMAZEDIER_E_OS_ESTUDOS_DO_LAZER_NO_BRASIL_BREVE_TRAJET%C3%93RIA_HIST%C3%93RICA>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. O ócio criativo e suas perspectivas na educação. **Linhas Críticas**, v. 26, p. 1-17, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.24711. Disponível em: <<https://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/2673/1/econte.pdf>> Acesso em: 23 de jun. de 2024.

HALLEY, Gustavo Fonseca; MACIEL, Marcos Gonçalves. Sobre ócio, lazer e tempo livre: dirimindo imprecisões. **Turismo y Sociedad**, Bogotá, v. 32, p. 301-317, 2023. DOI: 10.18601/01207555202332a17. Disponível em: <<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/8479>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HUIZINGA, J.. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAVELBERG, Catarina. Hora do recreio: as lições do intervalo. **Gestão Escolar**, São Paulo, 01 fev. 2010. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/661/hora-do-recreio-as-lico-es-do-intervalo>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Campus Camboriú. **Centro de Convivência**. 2024. Disponível em: <<https://www.camboriu.ifc.edu.br/centro-de-convivencia/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **Curricularização da extensão**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/acoes-e-programas/115-extensao/extensao-botao/894-curricularizacao-da-extensao>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Cursos técnicos integrados Campus Rio Branco**. Rio Branco, AC. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/cursos-tecnicos-integrados-campus-rio-branco>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Institucional**. Rio Branco, AC. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/institucional>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Resolução CONSU/IFAC nº 039, de 20 de outubro de 2017**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, Campus Rio Branco. Rio Branco. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-edificacoes-1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Resolução CONSU/IFAC nº 040, de 20 de outubro de 2017**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática para Internet, Campus Rio Branco. Rio Branco. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integradoem-informatica-para-internet.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Resolução CONSU/IFAC nº13, de 14 de fevereiro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Redes de Computadores. Campus Rio Branco. Rio Branco: Instituto Federal do Acre, 2020. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-redes-de-computadores.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **O que é Curricularização da Extensão?** Curitiba, 2020. Disponível em:<<https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/comissoes/comissao-de-curricularizacao-da-extensao/curricularizacao-da-extensao/o-que-e-curricularizacao-da-extensao/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Letramento: reflexões sobre alfabetização, leitura e escrita. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Paulo, v.4, n.1, p.1-15, 2013. Disponível em: <<https://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Marcia.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KRUGER, Karin Elizabeth. **Educação escolar, equidade de gênero e adolescência: ética, modos de existência e subjetivação**. 2025. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2025. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/293f5a68-7f5f-4527-b1ce-8ff6b3ee6b74>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

LEAL, D.F.F; VIEIRA, A.R. L. Educação inclusiva: desafios e perspectivas para o atendimento de estudantes com deficiência. **Revista tempos e espaços em educação**, v.18, n.37, 2025. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23103>. Disponível em: < <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/23103> >. Acesso em: 10 jan. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J. C.; SANTOS, A. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2005. p.15-58. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52338/2/libaneo-teoriaspedagogicas-revisitadas.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. p. 206, Campinas: Alínea, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/386142679_Marx_e_a_pedagogia_moder_na>. Acesso em: 17 jan. 2026.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2019. 140 p. ISBN 9788544901731. Disponível em: <<https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/38877>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MELO, Victor Andrade de Melo; ALVES-JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

MORAES, Jhony Pereira; COSTA, Silas Dias Mendes; HELAL, Diogo Henrique. Juventudes, patrimônio disposicional e aprendizagem situada: proposição de um modelo teórico para pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 942-959, out./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220196>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/948PjJMSmPTGxqS7MSFqVtt/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MOREIRA, M. A. **A teoria da mediação de Vygotsky**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 1995. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ayala/files/2019/09/vygotsky_moreira.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

NASCIMENTO, Ernandes Rodrigues do; PADILHA, Maria Auxiliadora; SILVA, Cristiane Lucia da; ANJOS, Fábio Leandro Melo Ramo dos. Metodologias ativas e engajamento docente: uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores da educação superior. **Educação por escrito: Revista de Estudos Aplicados em Linguagens**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 35-51, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.31560>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/31560>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NEGREIROS, Júlia Reis; SCARPARO, Maria Julia; WECHSLER, Solange Mugila; SILVA, Gabriel Teixeira da. Criatividade e Educação: O estado da arte nas publicações brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação**, 2022. Disponível em: <https://recriai.emnuvens.com.br/revista/article/view/79/36>. Acesso em: 23 de jun. de 2024.

NETO, J.O.F.; CASTRO, J.D.L.; ALMEIDA, M.T.P.. O direito ao lazer e os direitos culturais sob uma perspectiva multidisciplinar. **Conjur**, 22 ago. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-22/opiniao-direito-lazer-direitos-culturais/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NEVES, Ogaciano dos Santos; SPÓSITO, Marcos André Fernandes. Política Nacional de Educação Digital: letramento e cidadania para educação integral. **Revista Educação e Pesquisa**. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551273572por>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/6Md6y7WvpqrdfnpNTR8b9x/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2026.

NOBRE, Francisco Edileudo; SULZART, Silvano. O papel social da escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, n. 8, v. 3, p.103-115, ago. 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-papel-social-da-escola>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, Wilandia Mendes de. Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem. **Revista INESUL**, Londrina, vol. 28, 2013. Disponível

em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis: um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n.108/109, p.591-644, 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41010834>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 15-24, maio/dez. 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200003>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PEREIRA, Natalia. Ensino, pesquisa e extensão: entenda os três pilares das universidades. **Vai de Bolsa**, 15 out. 2019. Disponível em: <<https://vaidebolsa.com.br/blog/universidades/ensino-pesquisa-e-extensao/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PEREIRA, Priscila. **O currículo e as práticas pedagógicas**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva, Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva, Itapeva, 2014. Disponível em: <<https://ptdocz.com/doc/1261455/o-curr%C3%ADculo-e-as-pr%C3%A1ticas-pedag%C3%B3gicas>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PEREIRA, Tatiana Domingues; COUTO, Ana Cláudia Porfírio. Interfaces trabalho e lazer: um estudo com jovens aprendizes no contexto do programa educação e trabalho (PET). **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, p. 612-639, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.32552>. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/32552>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PERONDI, Maurício; STEPHANOU, Maria. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. p.69-71, 2017. In: CRAIDY, C.M.; SZUCHMAN, K.. **Socioeducação: Fundamentos e práticas**. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias: UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201389/001104786.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PIMENTA, Paula. **Educação busca superar estragos da pandemia**. Agência Senado, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/educacao-busca-superar-estragos-da-pandemia>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PRAXEDES, Max. **Institutos Federais completam 15 anos: atualmente, são 682 unidades no Brasil, com previsão de expansão**. IFRN, Natal, 29 dez. 2023.

Disponível em: <<https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/institutos-federais-completam-15-anos/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PUCCI, Renata Helena Pin; BEZERRA, Kauany Cerqueira Ferreira; FERREIRA, Luciana Haddad. Prática e formação docente: desafios e resistências no contexto da Covid-19. **Educação em Questão**, Natal, v. 62, n. 71, p. 1-25, jan./mar. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/35617>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

RAMOS, Marcela Fernanda. **Educação não formal**: Pedagogia social transformadora e motivadora. 2019. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/%20educacao-nao-formal.htm>>. Acesso em: 18 de jun. de 2024.

REGO, Amancio Mauricio Xavier. Educação: conceitos, finalidades e modalidades. **Scientia cum Industria**, v.6, n. 1, p.38-47, 2018. DOI:10.18226/23185279.v6iss1p38. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18226/23185279.v6iss1p38>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

RIBAS, Adriana Ferreira Paes; MOURA, Maria Lucia Seidi. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 283-293, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100015> Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/fSdQmSWhQqH7dgScTgx3Qyt/>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

RIBEIRO, Laura Letícia dos Santos; JOHNSON, Luanna Freitas. Neurociência aplicada à educação: uma abordagem inicial. **Communitas**, Rio Branco, v. 7, n. 17, p. 117–132, 2023. DOI:10.29327/268346.7.17-9. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/377717532_NEUROCIENCIA_APLICADA_A_EDUCACAO_uma_abordagem_inicial>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ROCHA, Aracele de Paula Garcia. **A educação para e pelo lazer em um instituto federal: experiências e contribuições dos projetos de extensão**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, *Campus* Divinópolis. Disponível em: <<https://sig.cefetmg.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=3715487&key=c3d167f6af37ae9e58da1d222f59a5d6>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ROCHA, Lucas. **Casos de ansiedade e depressão cresceram 25% durante a pandemia, diz OMS**. Levantamento divulgado nesta quarta-feira (2) destaca que jovens e mulheres foram os mais atingidos pelos transtornos. CNN Brasil, São Paulo, 2 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/casos-de-ansiedade-e-depressao-cresceram-25-durante-pandemia-diz-oms/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

RUAS, Júlio. Lazer vs. Ócio: a experiência moderna do tempo livre. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3162>>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SALES, Celecina de Maria Veras. Juventudes e lazer: interações e movimento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v.18, (Edição Especial Dossiê Educação e Juventudes) p.424-425, ago. 2013. Disponível em: <<https://doaj.org/article/db866ba0da354bd7973e2658f5c4bc93>>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SAMPAIO, Luciana Dominici; AMORIM, Liliane Barbosa. O Ensino Médio Integrado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a formação humana integral. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, e14341, 2023. DOI: 10.5335/rep.v30i0.14341. Disponível em: <<https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/14341>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTANA, Flavia Barbosa Ferreira de; DUTRA, Priscilla da Silva; PADILHA, Maria Auxiliadora Soares. Engajamento docente no Programa de Robótica na Escola da Prefeitura do Recife. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, n. 3, 2023. DOI:10.1590/1516-731320230005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132023000100203>. Acesso em: 31 de julho de 2025.

SANTOS, Thayná da Silva; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. **A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento infantil.** *Id on Line Revista de Psicologia*, v. 15, n. 58, p. 660-668, dez. 2021. DOI: 10.14295/online.v15i58.3353. Disponível em: <<https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/3353>>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SANTOS, João Victor Silva dos. *Estudo sobre mobilidade urbana na rotina acadêmica: percepções dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca*. 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2024. Disponível em: <<https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/5664>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

SCHIELDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A concepção dos Institutos Federais e seus atores sociais: a história narrada por trás da história. **Amazônica - Revista de Antropologia**, 2019. DOI: 10.18542/amazonica.v11i1.6612. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6612>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**, 2015. Disponível em: <https://utfpr-ct-static-content.s3.amazonaws.com/utfpr.curitiba.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/08/Arthur_Rezende.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, Alexsandro José da. Inclusão digital e acessibilidade como direitos: avanços, limites e desafios nas políticas públicas brasileiras. **RECIMA21 – Revista Científica**, v. 6, n. 7, 2025. Disponível em: <<https://recima21.com.br/recima21/article/view/6642/4453>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SILVA, Ligiane Nascimento. Desigualdade social e acesso à educação: estudo sobre as barreiras socioeconômicas que afetam o acesso à educação de qualidade. **Revista Gestão Universitária**, 2025. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/desigualdade-social-e-acesso-a-educacao-estudo-sobre-as-barreiras-socioeconomicas-que-afetam-o-acesso-a-educacao-de-qualidade?utm_source=copilot.com>.

SILVEIRA, Thiala Carvalho de Melo; ALMEIDA, Ronise Nascimento de. **Afinal, o que é o Ensino Médio Integrado?** Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, 2021. (Produto educacional - EDIFS). Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2021/Afinal_o_que_%C3%A9_o_ensino_integrado_atualizado.pdf> . Acesso em: 18 abr. 2024.

SIMÕES, A. Ócio, jogo e brincadeira: que potencialidades? Que desafios? In: VIEIRA, Ricardo *et al.* (orgs.). **8ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTERVENÇÃO SOCIAL – ÓCIO, JOGO E BRINCADEIRA: APRENDIZAGENS E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL**. Leiria: CICS.NOVA.IPLeia; ESECS.Politécnico de Leiria, 2021. p. 61-68. Disponível em: <https://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/gc/files/conteudos/files/livro_Atas_8conf_final.pdf> . Acesso em: 23 jun. 2024.

SOUSA, Ranieri Flávio Viana de; CARDOSO, Darwin Renne Florencio; NASCIMENTO, Mariana Almendra Cavalcante do; MATEUS, Alba da Silva; PESSOA, Brenna Galtierrez Fortes; SOUSA, Armano Lennon Gomes de; MAIA, Aika Barros Barbosa; EVANGELISTA, Brenda Bulsara Costa; SILVA, Alexandro do Vale; MONTE, Liana Maria Ibiapina do; MONTEIRO, Kerla Joeline Lima; OLIVEIRA, Beatriz Fátima Alves de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; MALLETT, Jacenir Reis dos Santos. Sociodemographic profile of adolescents from a technical public high school in Brazil about knowledge in relation to the main signs and symptoms of Sexually Transmitted Infections (STI). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e37010716598, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.16598. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/16598>>, Acesso em: 10 jan. 2026.

SOUZA, Aline Christiane Oliveira; SANAVRIA, Claudio Zarate. **Formação Continuada com enfoque colaborativo - Ensino Médio Integrado**: conceitos, princípios e práticas. Campo Grande: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. (Produto educacional - PROFEPT). Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597133>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOUZA, Átila de; DINELLY, Cliuvia Alberta Muniz; SOARES, Eliana Batista; CARDOSO, Joelma Simões; MARINHO, Karem Regis; SILVA, Maria do Socorro Cardoso da; DINELLY, Mariza Miranda. **Desigualdades digitais e educação: o impacto do acesso desigual à tecnologia na promoção da equidade educativa no Norte do Brasil (2015–2024)**. *Ciências Sociais Aplicadas*, v. 29, n. 144, 2025. DOI: 10.69849/revistaft/cl10202503071026. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desigualdades-digitais-e-educacao-o-impacto-do-acesso-desigual-a-tecnologia-na-promocao-da-equidade-educativa-no-norte-do-brasil-2015-2024/?utm_source=copilot.com>. Acesso em: 17 jan. 2026.

TEIXEIRA, Vitória Guimarães; LOPES, Gabriel Ferreira; LIMA, Luana Mota; ALMEIDA, Matheus Felipe Cordeiro Souza de; FERREIRA, Pedro Antônio Vieira;

LEÃO, Kemile Albuquerque. Reflexões sobre a relação entre o ócio e a criatividade e como alguns distúrbios psíquicos podem contribuir com benefícios para o desenvolvimento pessoal. **Revista RECIMA21**, v.4, n.8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i8.3743>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3743>. Acesso em: 23 jun. 2024.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Paris: UNESCO, 2019. 47 p. ISBN 978-85-7652-245-4. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508>. Acesso em: 10 jan. 2026.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; ROCHA, Leonardo Andrade; KHAN, Ahamad Saeed. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802245>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/w9HwRXXMQ3FVZ9fzJJKBgLLt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2026.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Disponível em: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/8/2018/08/Texto-1-Prof-Ronny.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ZATTI, Vicente. Institutos Federais de Educação: um novo paradigma em educação profissional e tecnológica? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Bauru, v. 11, n. 3, p.1461-1480, 2016. DOI: <https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.7555>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6203053.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS/RESPONSÁVEIS LEGAIS)

PROJETO DE PESQUISA

1. Convite para participar da pesquisa

Convidamos seu/sua filho/a menor de idade, sob sua responsabilidade, para participar da pesquisa “Atividades educativas no intervalo interturno no ensino médio integrado do IFAC”, que tem como pesquisadora responsável Gabriela Barbosa Chaves de Souza.

Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a participação do seu/sua filho/a menor ou legalmente incapaz, sob sua responsabilidade da pesquisa. Caso concorde, solicitamos que assine a última página e rubrique as demais páginas deste Termo (em duas vias).

2. Informações sobre a Pesquisa

2.1 A pesquisa tem por objetivo propor atividades educativas que estimulem a participação de estudantes que ficam na escola no horário interturno em atividades que possam contribuir para a formação e o lazer dos alunos do Ensino Médio Integrado no IFAC - *Campus* Rio Branco.

2.2 Nesse sentido serão aplicados questionários com os pesquisados por meio de um Questionário do *Google*, de forma anônima, que poderá ser respondido pelo celular.

2.3 A participação do seu/sua filho/a sob sua responsabilidade não é obrigatória, e ele/a poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

2.4 Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos. As informações coletadas de seu/sua filho/a, ou menor sob sua responsabilidade, não serão divulgadas em qualquer momento, nem na apresentação dos resultados da pesquisa.

2.5 Seu/sua filho/a não receberá pagamento e nem terá de pagar por sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.

2.6 Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TCLE.

3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência ao participante da pesquisa.

3.1 Esclarecemos que a participação do seu/sua filho/a na pesquisa poderá causar desconfortos e riscos, tais como incômodo ou desconforto temporário ou permanente ao responder questionários.

3.2 Para minimizar os riscos da pesquisa, a coleta de dados se dará de forma *on-line* e anônima, proporcionando mais conforto e privacidade aos pesquisados, com uma abordagem humanizada, apenas no que diz respeito àquelas respostas necessárias para a pesquisa. O questionário não terá identificação nominal, a fim de garantir o anonimato. O participante pode interromper sua participação a qualquer momento, informando ao responsável pela pesquisa. Sempre que necessário a pesquisadora estará disponível para esclarecer quaisquer questões sobre a pesquisa, sendo os participantes informados adequadamente.

3.3 Esclarecemos que durante a realização da pesquisa seu filho/a será acompanhado e assistido pela pesquisadora, a equipe do projeto e dos profissionais do *Campus* Rio Branco do IFAC e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, seu filho/a continuará a ser acompanhado/a, tendo direito a todo o suporte respaldado pela pesquisa.

4. Declaração do Pesquisador Responsável

Eu, Gabriela Barbosa Chaves de Souza, RG 1153197-5 e CPF 529.548.702-49, declaro cumprir todas exigências éticas contidas nos itens IV. 3 e IV.4 da Resolução CNS Nº466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

5. Informações Gerais

5.1 A qualquer tempo você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da participação de seu/sua filho/a. Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados à pesquisadora responsável Gabriela Barbosa, pelo telefone nº (68) 99995-4362 e pelo e-mail gabrielasbchaves1@gmail.com.

5.2 Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Acre (CEP-IFAC) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente. O CEP-IFAC funciona na sede do IFAC, que fica localizado Avenida Brasil, 920 - Xavier Maia; Sala EDHu. CEP: 69903-068. Fone: (68) 98101-8246. E-mail: cep@ifac.edu.br

5.3 Você poderá, ainda, entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail conep@saude.gov.br para solicitar esclarecimentos e sanar dúvidas sobre a pesquisa ou mesmo para denunciar o não cumprimento dos deveres éticos legais pelo pesquisador responsável na realização da pesquisa.

6. Consentimento do representante legal do participante da pesquisa

Eu,

RG Nº _____, CPF Nº _____, (responsável legal _____ pelo/a _____ menor _____ ou _____ legalmente _____ incapaz)

declaro ter sido plenamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e seus procedimentos apresentados neste TCLE e consinto de forma livre a participação do/a meu/minha filho/a ou menor sob minha responsabilidade.

Rio Branco- Acre, _____ de _____ 2024.

Assinatura do representante legal do Participante da Pesquisa.

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE (DISCENTES)

PROJETO DE PESQUISA

1. Convite para participar da pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Atividades educativas no intervalo interturno no ensino médio integrado IFAC”, que será coordenada pela pesquisadora mestranda Gabriela Barbosa Chaves de Souza.

Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação na pesquisa. Agora gostaríamos de saber se você tem interesse em participar da pesquisa. Caso concorde, solicitamos que assine a última página e rubrique as demais páginas deste Termo (em duas vias).

2. Informações sobre a Pesquisa

2.1 A pesquisa tem por objetivo propor atividades educativas que estimulem a participação de estudantes que ficam na escola no horário interturno em atividades que possam contribuir para a formação e o lazer dos alunos do Ensino Médio Integrado no IFAC - *Campus* Rio Branco.

2.2 Nesse sentido serão aplicados questionários com os pesquisados por meio de um Questionário do *Google*, de forma anônima, que poderá ser respondido pelo celular.

2.3 Sua participação não é obrigatória e poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

2.4 Esclarecemos que sua participação na pesquisa poderá causar desconfortos e/ou riscos, tais como incômodo ou desconforto temporário ou permanente. No entanto, durante a realização da pesquisa você terá acompanhamento da pesquisadora, da equipe do projeto e dos profissionais do *Campus* Rio Branco do IFAC, e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você continuará a ser acompanhado/a, tendo direito a todo o suporte respaldado pela pesquisa.

2.5 Você não receberá pagamento e nem terá de pagar por sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.

2.6 Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TALE.

3. Informações Gerais

A qualquer tempo você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da participação de seu/sua filho/a. Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados à pesquisadora responsável Gabriela Barbosa, pelo telefone (68) 99995-4362 e pelo e-mail gabrielasbchaves1@gmail.com.

ASSENTIMENTO (CONCORDÂNCIA) DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____ aceito participar da pesquisa “Atividades educativas no intervalo interturno no ensino médio integrado do IFAC”.

Entendi que pode haver riscos e benefícios que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que isto não gerar consequências para mim e minha família. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis legais. Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Rio Branco-Acre, ____ de ____ 2024.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE (DOCENTES) GOOGLE FORMULÁRIOS

1- Convite para participar da pesquisa

Convidamos você a participar da referida pesquisa. Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação. Se você se sentir esclarecido e aceitar o convite para participar da pesquisa, solicitamos que clique na caixa de concordância com a pesquisa abaixo.

2- Informações sobre a Pesquisa

- A pesquisa teve sua temática e objetivo apresentados acima.
- Os procedimentos metodológicos de coleta de dados são a aplicação de Questionários por meio do *Google* Formulários e realização de Rodas de Conversa (quando necessário). Também poderão ser realizados encontros para aplicação da proposta elaborada com o público-alvo da pesquisa.
- A sua participação não é obrigatória, e você poderá desistir da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa. A participação é voluntária e consiste em responder ao Questionário do *Google* de forma on-line e anônima, e participar das Rodas de Conversa (quando necessário) para a construção da proposta.
- Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos. As informações pessoais coletadas não serão divulgadas em qualquer momento da pesquisa, nem na apresentação dos resultados.

3- Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência ao participante da pesquisa

- Esclarecemos que a sua participação na pesquisa poderá causar desconfortos e riscos tais como constrangimento ou trazer memórias de experiências que possam trazer algum desconforto.
- Para minimizar os riscos, serão tomadas as providências e cautelas como uma abordagem cordial, com atitude positiva, garantimos o anonimato e que as respostas serão usadas somente para finalidade desta pesquisa e seu nome não será divulgado e a qualquer momento você poderá desistir de participar.
- Esclarecemos que durante a realização da pesquisa você será acompanhado e assistido pelos responsáveis pela pesquisa e servidores do IFAC; e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você continuará a ser acompanhado/a, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couberem.

4- Garantias para os participantes da pesquisa

- Você é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, você poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa ou desistência de participação.
- Será mantido o sigilo absoluto sobre a sua identidade, e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.
- Você não receberá pagamento e nem terá de pagar por sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.

- Caso a pesquisa lhe cause algum dano, explicitado ou não nos seus riscos ou ocorridos em razão de sua participação, você será indenizado/a nos termos da legislação brasileira.
- A qualquer tempo, você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação. Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados à pesquisadora responsável.

Caso concorde em participar da pesquisa após ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pedimos que marque a caixa de aceite abaixo.

☐ Declaro que li o TCLE e concordo em participar da pesquisa.

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DO IFAC GOOGLE FORMULÁRIOS

1. Qual a sua faixa etária?
☐ Até 14 anos.
☐ 15 a 17 anos.
☐ 18 a 19 anos.
☐ 20 a 24 anos.
☐ 25 a 29 anos.
☐ 30 a 39 anos.
☐ 40 a 49 anos.
☐ A partir de 50 anos.
2. Qual é o seu sexo?
☐ Feminino.
☐ Masculino.
☐ Prefiro não informar.
3. É pessoa com deficiência?
☐ Sim. ☐ Não.
Caso tenha respondido sim, informe qual? _____.
4. Qual o seu estado civil?
☐ Solteiro(a) sem filho(a).
☐ Solteiro(a) com filho(a).
☐ Casado(a) sem filho(a).
☐ Casado(a) com filho(a).
☐ Separado(a) ou divorciado(a).
☐ Viúvo(a).
5. Você reside em imóvel:
☐ Próprio quitado.
☐ Próprio financiado.
☐ Alugada.
☐ Emprestada ou cedida.
6. Quantas pessoas moram na sua casa?
☐ Duas pessoas.
☐ Três pessoas.
☐ Quatro pessoas.
☐ Cinco ou mais pessoas.
☐ Moro sozinho(a).
7. Você tem acesso à internet, computadores ou celular em casa?
☐ Sim.
☐ Não.
8. Qual o principal meio de transporte utilizado para ir à escola?
☐ A pé.
☐ Bicicleta.
☐ Carona.
☐ Uber.
☐ Moto (transporte próprio).
☐ Automóvel (transporte próprio).
☐ Transporte coletivo.
☐ Outros.
9. Em qual dos cursos abaixo você está estudando no Ifac?

- ☐ Curso Técnico Integrado em Edificações.
- ☐ Curso Técnico Integrado em Informática.
- ☐ Curso Técnico Integrado em Redes de Computadores.

10. Qual ano você estuda?

- ☐ 1º ano.
- ☐ 2º ano.
- ☐ 3º ano.

11. O que você costuma fazer durante o intervalo interturno (horário do almoço)?

12. Você já participou em alguma atividade ou projeto no Ifac realizado durante o intervalo interturno?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

Caso tenha respondido sim, informe qual? _____.

13. Você concorda que o intervalo interturno pode ser utilizado para realização de práticas educativas e de lazer?

- ☐ Sim. ☐ Não. ☐ Talvez.

14. Sugira uma ou mais atividades educativas para ser realizada no intervalo interturno (horário de almoço):

15. O lazer para você é:

- ☐ Irrelevante.
- ☐ Relevante.
- ☐ Indiferente.

16. Você costuma ter atividades culturais ou de lazer?

- ☐ Nunca.
- ☐ De uma a três vezes por mês.
- ☐ De três a seis vezes por mês.
- ☐ Diariamente.

17. Atribua para cada um dos itens abaixo relacionando um valor de “0 a 5”, sendo que “0” representa pouco interesse na atividade e “5” muito interesse na atividade:

- | | | |
|----|-------------------------|-------|
| 1. | Atividades artísticas | _____ |
| 2. | Atividades físicas | _____ |
| 3. | Atividades intelectuais | _____ |
| 4. | Atividades manuais. | _____ |
| 5. | Atividades sociais. | _____ |
| 6. | Turismo. | _____ |

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DO IFAC**GOOGLE FORMULÁRIOS**

1. Qual é o seu sexo?

- ☐ Feminino.
- ☐ Masculino.
- ☐ Prefiro não informar.

2. Há quanto tempo você trabalha no instituto?

- ☐ Há menos de 1 ano.
- ☐ De 1 a 2 anos.
- ☐ De 3 a 5 anos.
- ☐ De 6 a 9 anos.
- ☐ De 10 a 15 anos.
- ☐ De 15 a 20 anos.
- ☐ Há mais de 20 anos.

3. Qual a modalidade do seu Curso de Graduação?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Bacharelado.
- ☐ Licenciatura.
- ☐ Tecnólogo.

4. Qual o seu maior nível de formação?

- ☐ Graduação.
- ☐ Pós-graduação lato sensu (especialização).
- ☐ Pós-graduação stricto sensu (mestrado).
- ☐ Pós-graduação stricto sensu (doutorado).
- ☐ Pós-doutorado.

5. Em quais cursos abaixo você leciona no Ifac?

- ☐ Curso Técnico Integrado em Edificações.
- ☐ Curso Técnico Integrado em Informática.
- ☐ Curso Técnico Integrado em Redes de Computadores.

6. Qual ano você está lecionando?

- ☐ 1º ano
- ☐ 2º ano
- ☐ 3º ano

7. Quais disciplinas você ministra para as turmas do Ensino Médio Integrado (EMI)?

_____.

8. O que você entende por “atividade educativa”?

_____.

9. Você já desenvolveu alguma atividade ou projeto no Ifac durante o intervalo interturno?

☐ Sim.

☐ Não.

Caso tenha respondido sim, informe qual? _____.

10. O Ifac, Campus Rio Branco, possui atividades ou projetos voltados para o lazer e a cultura durante os intervalos?

☐ Sim.

☐ Não.

Caso tenha respondido sim, informe qual? _____.

11. Quais estratégias de ensino você mais utiliza e quais você considera eficaz para a formação integral do discente?

12. Indique a frequência com a qual você desenvolve práticas educativas com seus alunos que podem ser realizadas no lazer:

(Semanalmente/ Algumas vezes por mês/ Uma vez por mês/ Uma vez por ano/ Nunca)

Atividades físicas _____.

Atividades intelectuais _____.

Atividades sociais _____.

Atividades manuais _____.

Atividades artísticas _____.

13. Para você, qual a importância de estimular a criatividade dos estudantes no ambiente escolar?

☐ Irrelevante.

☐ Pouco relevante.

☐ Relevante.

☐ Essencial.

14. Partindo do entendimento que o homem é um ser social, como o instituto pode contribuir com atividades sociais no intervalo?

15. Como podemos utilizar os recursos existentes no instituto de forma a otimizar o uso do espaço, proporcionando aos alunos atividades enriquecedoras de lazer para os alunos nos intervalos interturno?

16. Sugira uma atividade educativa para ser realizada com os alunos no intervalo interturno (horário de almoço), visando o lazer e o desenvolvimento integral dos discentes:

APÊNDICE F - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM OS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC

Este roteiro foi utilizado como instrumento qualitativo complementar à aplicação do questionário online, com o objetivo de promover escuta ativa, diálogo horizontal e participação discente na construção de propostas voltadas ao uso educativo e recreativo do intervalo interturno.

1º Momento - Apresentação e socialização

Apresentação da pesquisadora e da pesquisa. Solicita-se aos estudantes que informem a idade, o curso e o ano em que estão matriculados no Ensino Médio Integrado.

Perguntas norteadoras para aprofundamento da conversa:

- O que motivou você a estudar no Instituto Federal?
- O que você mais gosta de fazer no tempo livre? Tem algum hobby?
- Você se lembra de alguma história engraçada ou curiosa que aconteceu durante o intervalo do almoço?
- Se você pudesse dar um conselho agora para quem está chegando no Ifac e precisará permanecer no campus durante o intervalo interturno, qual seria?

2º Momento - Identificação dos espaços utilizados no intervalo

Apresentação de imagens dos principais espaços do campus. Objetivo: estimular o mapeamento coletivo e identificar a percepção sobre os locais disponíveis para permanência durante o intervalo.

Perguntas norteadoras:

- Onde vocês costumam permanecer após o almoço? (ex.: refeitório, áreas livres, biblioteca, quadra etc.)
- Vocês consideram que há espaço suficiente para todos nesse período?
- O que vocês mais gostam nos espaços utilizados durante o intervalo? Há algo que poderia ser melhorado? Eles são confortáveis e organizados?
- Existe algum espaço que vocês gostariam de utilizar, mas não podem? Por quê?

3º Momento - Reflexão e construção de propostas de atividades educativas

Perguntas norteadoras:

- Vocês já participaram de alguma atividade interessante no intervalo? Qual?
- O que poderia ser feito para tornar esse momento mais agradável e confortável?
- Se pudessem criar um novo espaço para o intervalo do almoço, como seria? O que gostariam de fazer nesse tempo, mas ainda não têm oportunidade?
- Vocês gostariam de ter mais atividades educativas de lazer durante esse intervalo (como esportes, jogos, leitura, música, oficinas, desafios etc.)?
- Quais atividades vocês acham interessantes? Como elas poderiam contribuir com a vivência de vocês no IFAC?
- Vocês estariam dispostos a organizar alguma atividade? Como gostariam de participar? Quem poderia ajudar?
- Como podemos garantir que todos tenham acesso às atividades propostas e se sintam acolhidos?

APÊNDICE G - ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM PROFESSORES DO IFAC

Este roteiro foi utilizado como instrumento qualitativo complementar para ouvir docentes do Ifac, com o objetivo de refletir sobre as possibilidades, desafios e percepções em torno das atividades educativas e do uso do intervalo interturno pelos estudantes.

1º Momento - Apresentação e socialização

Apresentação da pesquisadora e da pesquisa. Solicita-se aos docentes que comentem sobre sua formação acadêmica, tempo de atuação no IFAC e experiências com os estudantes, especialmente no que diz respeito às atividades realizadas durante o intervalo interturno.

Perguntas norteadoras:

- Como vocês percebem o perfil dos estudantes atendidos pelo IFAC, principalmente aqueles que permanecem no campus durante os intervalos?
- Há alguma relação entre a condição socioeconômica dos estudantes e a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão?
- Existe alguma assistência estudantil para superar as dificuldades? Como vocês avaliam a efetividade dessas políticas?
- Como vocês avaliam o acesso dos estudantes às tecnologias necessárias para a conclusão dos cursos do EMI?
- Quais são os principais problemas enfrentados no uso das tecnologias em atividades educativas?
- Os estudantes conseguem acompanhar as demandas tecnológicas, especialmente no curso de Redes de Computadores?
- Como o IFAC lida com as desigualdades de acesso às tecnologias?

2º Momento - Identificação dos espaços utilizados durante o intervalo

Apresentação, por meio de fotografias, dos espaços observados pela pesquisadora durante as aulas presenciais do curso de mestrado (PROFEPT), com a finalidade de promover reflexão sobre as condições estruturais do campus.

Perguntas norteadoras:

- Existem espaços adequados para permanência dos estudantes durante o intervalo interturno?
- Os alunos têm acesso livre aos espaços apropriados, como biblioteca, laboratórios e salas de estudo, durante o intervalo?
- Você identifica outros espaços, além dos apresentados nas imagens, que são utilizados pelos estudantes?
- Esses espaços favorecem a interação social e o bem-estar dos discentes?

3º Momento - construção de propostas para atividades educativas no intervalo interturno

Perguntas norteadoras:

- Como os estudantes geralmente utilizam o tempo do intervalo interturno?
- Existem iniciativas para promover atividades educativas de lazer nesse período? Como foram organizadas?

- Quais os principais desafios enfrentados para a implantação dessas atividades?
- O engajamento nas atividades varia conforme a condição socioeconômica e o acesso às tecnologias?
- De que forma as atividades realizadas no intervalo interturno podem contribuir para o bem-estar e desenvolvimento acadêmico dos discentes?
- Como o IFAC pode fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de ações educativas nesse período?
- Quais atividades você sugeriria para serem desenvolvidas durante o intervalo interturno, considerando o perfil dos alunos e as condições do instituto?

EDULAZER

CONEXÃO INTERTURNO

Autores

Gabriela Barbosa Chaves de Souza

Cledir de Araújo Amaral

Ricardo dos Santos Pereira



INSTITUTO
FEDERAL



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Descritivo acadêmico

Caderno de orientações de atividades educativas durante o intervalo interturno para o ensino médio integrado.

Público-alvo

Gestores e educadores do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Área de conhecimento

Ensino.

Linha de pesquisa

Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Nível de ensino

Elaborado para o Ensino Médio Integrado, mas pode ser adaptado para outras modalidades e níveis de ensino.

Finalidade

Este caderno tem por finalidade orientar gestores e educadores docentes e não docentes, na adoção de uma prática institucional que reconheça o intervalo como espaço/tempo formativo e de fruição, com sugestões de propostas de interesse da comunidade do Instituto Federal do Acre (Ifac) com atividades de lazer educacional que podem ser realizadas no tempo livre durante o intervalo interturno (horário após almoço que antecede às atividades curriculares em dias de aulas de tempo integral) a fim de proporcionar um ambiente interativo e enriquecedor que estimula a cultura, a criatividade contribuindo para o desenvolvimento integral dos discentes. As propostas aqui reunidas valorizam a socialização espontânea, o respeito ao tempo de descanso e a leitura desinteressada, alinhando-se a uma perspectiva crítica do ócio criativo, na qual o tempo livre é compreendido como espaço legítimo de desenvolvimento integral, construção de sentidos e expressão da pluralidade juvenil.

Licença de uso

CC BY-NC.

Idioma

Português.

Cidade

Rio Branco - Acre

País

Brasil

Ano

2025

Origem do produto

Este produto educacional é resultado da pesquisa intitulada “Promoção de atividades educativas no intervalo interturno no Ensino Médio Integrado do Ifac”, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), vinculada à linha de pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A investigação integra o macroprojeto - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços não formais de ensino na EPT, e teve como objetivo refletir e propor estratégias educativas para o tempo de intervalo interturno, compreendido como um espaço não formal de aprendizagem, socialização e desenvolvimento integral dos estudantes do Ifac.

Projeto Gráfico e Diagramação

Guilherme Carvalho Rodrigues

Esse livro possui recursos visuais obtidos no site Canva e freepik.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Coordenação de Biblioteca, Campus Rio Branco – Acre

S729e Souza, Gabriela Barbosa Chaves de.

Edulazer: conexão interturno. / Gabriela Barbosa Chaves de Souza, Cledir de Araújo Amaral, Ricardo dos Santos Pereira. – Rio Branco, 2025.
70 p. : il. ; 30 cm., e-book.

ISBN 978-65-01-88325-0.
Produto educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, 2025.

1. Intervalo escolar. 2. Lazer Educativo. 3. Formação integral. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título. II. Amaral, Cledir de Araújo. III. Pereira, Ricardo dos Santos.

CDD 370.113

Aparecida Maria Martins Lopes | Bibliotecária – CRB 11/1188



PREZADOS EDUCADORES,

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em nível de Mestrado Profissional, visa qualificar profissionais para o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Seu propósito é fomentar a produção e a difusão de conhecimentos relevantes ao desenvolvimento regional. Para integralização, exige-se a defesa pública de dissertação, tese ou produto educacional. Este último constitui o principal diferencial em relação ao mestrado acadêmico (BRASIL, 2020, arts. 4º e 112, p. 17-18 e 35).

O caderno de sugestões de atividades de lazer educacional para o intervalo interturno foi elaborado como produto educacional (PE) no âmbito da pesquisa desenvolvida no mestrado realizado no Ifac - *Campus Rio Branco*. As atividades aqui sugeridas também poderão, igualmente, ser aplicadas em escolas de ensino médio em tempo integral.

O produto educacional foi proposto a partir da pesquisa intitulada “Promoção de atividades educativas no intervalo interturno no Ensino Médio Integrado do Ifac”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Ifac, vinculada à Linha de Pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, Macroprojeto - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços não formais de ensino na EPT.

Entende-se por intervalo interturno o espaço-tempo entre os horários de aulas matutino e vespertino. A escolha de um caderno como produto educacional dá-se mediante a importância desse instrumento para aprendizagem, ele está presente em várias etapas do ensino e sua utilização difere de acordo com a finalidade.

“O caderno é fonte de informações que possibilita ao professor formular não somente hipóteses relativas à aprendizagem, mas também relativas à personalidade do aluno, e ao modo como estes se relacionam com o saber e com a escola.” (SANTOS; SOUZA, 2005)

O caderno não tem a pretensão de oferecer receitas prontas ou ensinar como fazer tudo perfeitamente, tampouco se apresenta de maneira arrogante. Ao contrário, busca compartilhar sugestões construídas a partir da escuta sensível dos estudantes, respeitando as realidades institucionais e os saberes já existentes entre os educadores.

Trata-se de um convite à experimentação, à construção coletiva e ao cuidado com o tempo livre no ambiente escolar.

A ideia central não é ocupar o tempo com atividades obrigatórias, mas criar condições para vivência de experiências formativas que respeitem a livre escolha e a expressão cultural juvenil, valorizando o intervalo como espaço de aprendizagem não formal, socialização e desenvolvimento integral. Assim, este caderno propõe uma abordagem educativa crítica, alinhada à perspectiva do ócio criativo (De Masi, 2000), à valorização da cultura local e à escuta ativa dos sujeitos que estão no instituto.

O projeto gráfico do caderno foi concebido com a intenção de dialogar esteticamente com o público juvenil do Ifac, localizado na região Norte do Brasil, considerando suas expressões culturais, seu contexto sócio-territorial e sua relação com os espaços escolares. Inspirado nas manifestações artísticas urbanas, o caderno traz elementos visuais que evocam o movimento do graffiti, especialmente em referência aos estudantes que utilizam o intervalo para realizar batalhas de rima e expressão corporal, configurando o intervalo como um território simbólico de criação, pertencimento e identidade.

A paleta de cores utilizada é composta por tons neutros e terrosos como verde-folha, marrom, areia e cinza-grafite, remetendo à floresta amazônica, à terra úmida, às sombras das seringueiras e a vegetação densa que caracterizam a paisagem regional. Essa escolha busca reforçar a vinculação entre estética, cultura local e consciência ambiental, sem sobrecarregar visualmente o material.

A estrutura do caderno está organizada em duas partes complementares: a primeira, teórica, oferece um embasamento conciso sobre o Ifac, o lazer educativo, ócio criativo e interesses culturais; a segunda, prática, apresenta propostas de atividades divididas por eixos temáticos, com descrição objetiva, recursos necessários e sugestões de aplicação. Cada parte é composta por capítulos curtos, de fácil leitura utilizando recursos visuais para favorecer o interesse do leitor. Dessa forma, o projeto gráfico busca equilibrar identidade cultural, acessibilidade comunicacional e função pedagógica, para não apenas informar mas também inspirar práticas educativas significativas no contexto integral.

A pesquisa que originou este caderno foi realizada no âmbito do Instituto Federal do Acre com foco nos estudantes do Ensino Médio Integrado. Teve como objetivo geral propor atividades educativas que estimulem o ócio criativo e contribuam para a formação integral dos discentes, considerando as especificidades do contexto educativo do *Campus* Rio Branco.

A finalidade desta proposta se justifica na necessidade de resgatar o intervalo interturno como espaço educativo legítimo do currículo oculto, especialmente no contexto da EPT, marcada por intensas cargas horárias e currículos extensos. Em instituições como o Ifac, onde muitos alunos permanecem no *campus* durante o intervalo por questões logísticas e de transporte, é urgente pensar em políticas institucionais que garantam o direito ao lazer, à convivência e ao bem-estar como parte do processo educativo.

Para tanto, buscou-se investigar as práticas já existentes no intervalo interturno, compreendendo como um espaço potencial para a aprendizagem não formal, ouvir docentes e discente na construção coletiva das propostas, organizar e, por fim, elaborar um caderno de orientações com sugestões de práticas que possam ser desenvolvidas nesse tempo, de maneira a valorizar a livre escolha, o bem-estar e a criatividade, sem comprometer o direito ao descanso.

O percurso metodológico seguiu uma abordagem predominantemente qualitativa, orientada pela análise da espiral de Creswell (2014), e inclui a realização de rodas de conversa, aplicação de questionários online via Google Formulários e observação participativa com discentes e servidores da instituição.

As escutas revelaram que alguns estudantes já atribuem sentido educativo ao intervalo, seja na roda de rima improvisada, nos jogos de tabuleiro levados de casa, no descanso sob a sombra de uma árvore ou nas conversas entre colegas. Assim, o produto educacional se propõe a sistematizar essas ideias e experiências, ampliando-as, a partir de uma proposta participativa, contextualizada e possível.

Os dados da pesquisa indicam que os estudantes expressam interesse em participar de atividades lúdicas, criativas e culturais durante o intervalo, isso reforça a importância de construir propostas que valorizem o protagonismo juvenil e o diálogo intergeracional.



SUMÁRIO

6 PARTE 1

- 7** DO ÓCIO AO OFÍCIO: A TRIÁDE LAZER, EDUCAÇÃO E TRABALHO
- 12** O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE
- 16** PASSO A PASSO DE COMO CRIAR ATIVIDADES EDUCATIVAS DE LAZER PARA O INTERVALO INTERTURNO
- 17** ESPAÇOS EDUCATIVOS E O CURRÍCULO OCULTO
- 29** ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E HORÁRIOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO Ifac - *CAMPUS* RIO BRANCO
- 32** OS INTERESSES CULTURAIS
- 35** ESCUTA AOS INTERESSES DOS ALUNOS

36 PARTE 2

- 37** SUGESTÕES DE ATIVIDADES EDUCATIVAS DE LAZER PARA O INTERVALO INTERTURNO NO IFAC
- 38** PROPOSTAS 01
- 45** PROPOSTAS 02
- 50** PROPOSTAS 03
- 55** PROPOSTAS 04
- 60** PROPOSTAS 05

65 CONSIDERAÇÕES FINAIS

67 REFERÊNCIAS



PARTE 1

DO ÓCIO AO OFÍCIO: A TRIÁDE LAZER, EDUCAÇÃO E TRABALHO.

Neste capítulo, os conceitos centrais do caderno são apresentados em texto corrido, organizado por subtítulos temáticos. Essa estrutura busca tornar a leitura mais fluida e favorecer a compreensão dos temas-chave que fundamentam o lazer educativo no contexto da formação integral dos estudantes da EPT.

LAZER: CONCEITO, DIMENSÕES E RELEVÂNCIA

O termo lazer vem do latim *licere*, que significa “ser lícito, permitido”. Segundo Dumazedier (2000, p. 34), trata-se de um conjunto de ocupações que o indivíduo realiza voluntariamente após cumprir suas obrigações cotidianas. Marcellino (2008) amplia esse conceito ao compreender o lazer como um fenômeno cultural e educativo, dividido em:

Educação para o lazer:
ensina o indivíduo a
vivenciá-lo de forma crítica
e consciente;

Educação pelo lazer: utiliza
práticas de lazer como
ferramenta pedagógica para o
desenvolvimento humano.

A Constituição Federal reconhece o lazer como direito social (Brasil, 1988, Art. 6º), essencial para o bem-estar, a qualidade de vida e o pleno desenvolvimento.

No ambiente escolar, o lazer educativo fortalece a socialização, estimula o protagonismo juvenil e expande as experiências formativas (Marcellino, 2008).



O ÓCIO CRIATIVO

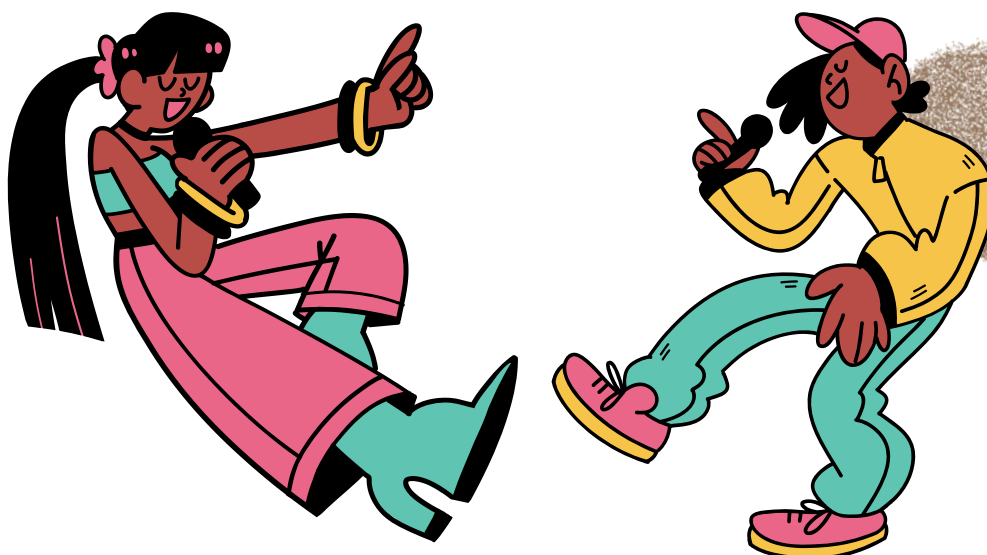
O conceito de ócio criativo, elaborado por Domenico De Masi (2000), representa uma proposta inovadora de utilização do tempo livre no início do século XXI, especialmente relevante na sociedade pós-industrial. Trata-se da integração harmoniosa entre trabalho, estudo e jogo, em que o indivíduo exerce atividades intelectuais, lúdicas e produtivas simultaneamente. Em vez de separar essas dimensões da vida, o ócio criativo propõe uni-las de forma prazerosa.

Segundo De Masi (2000, p. 148):

“A plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo; isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo.”

Diferente do ócio passivo, marcado pela inatividade e alienação, o ócio criativo valoriza o tempo livre como espaço legítimo de desenvolvimento humano. Ele não é sinônimo de improdutividade, mas sim de liberdade, escolha e criação.

O conceito de ócio criativo, desenvolvido por Domenico De Masi, destaca-se por integrar trabalho, estudo e lazer de forma harmônica, promovendo a criatividade e o desenvolvimento pessoal. Habowski e Conte (2020) ressaltam que "o ócio criativo engloba três dimensões: trabalhar para produzir riquezas e aprender com o outro; estudar para criar novos conhecimentos e brincar para gerar o bem-estar". Essa abordagem amplia a compreensão do tempo livre, reconhecendo-o como um espaço potencializador de aprendizagem e inovação. Na educação, a implementação do ócio criativo pode inspirar metodologias que integram o aprender ao experimentar, ao conviver e ao criar, transformando o tempo do estudante em uma vivência significativa de crescimento e reinvenção.



A educação é um direito social assegurado pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, sendo essencial à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania (Brasil, 1988). Sua função ultrapassa a instrução formal, promovendo a formação integral do sujeito, compreendida como desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e ético (Arroyo, 2013).

Conforme Gohn (2006), os tipos de educação podem ser classificados em:

Formal

Sistematizada, com níveis definidos (educação básica, superior, etc).

Informal

Vivida no cotidiano, sem estrutura institucional, como os aprendizados em família.

Não formal

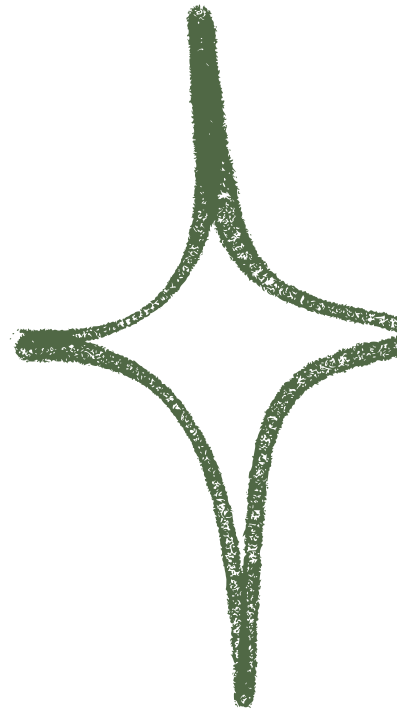
Organizada fora do sistema oficial, mas com intencionalidade pedagógica (ex.: oficinas e projetos sociais).

A educação integral se refere ao desenvolvimento global do educando, superando modelos fragmentados e engessados. Para Moll (2012), essa abordagem integra diversas dimensões humanas e espaços formativos, como a cultura, o esporte, o lazer e a convivência social. É uma proposta que promove a articulação entre escola, comunidade e território, respeitando os múltiplos tempos e saberes dos estudantes.



A educação geral constitui a base formativa do ser humano, abrangendo saberes científicos, culturais e sociais. Na Educação Profissional e Tecnológica, conforme o Decreto nº 5.154/2004, articula conhecimentos teóricos e práticos, objetivando a formação técnica e cidadã do educando (Brasil, 2004). Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2025) a EPT abrange cursos de qualificação técnica e tecnológica, bem como de pós-graduação, organizados de modo a permitir o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Essa verticalização possibilita atuação desde a Educação Básica, por meio da Formação Inicial e Continuada (FIC) e da qualificação profissional, até o Ensino Médio, com cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, inclusive articulados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), estendendo-se à Educação Superior, por meio de cursos tecnólogos, Superiores e pós-graduação lato e stricto sensu (Lorenzet, Andreolla e Paludo, 2020, p. 17).

Com base na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o artigo 7º estabelece que essa modalidade de ensino pode ser ofertada de forma articulada ou subsequente ao Ensino Médio. A forma articulada subdivide-se em integrada, concomitante e concomitante na forma, permitindo ao estudante cursar simultaneamente o ensino técnico e o médio, com diferentes arranjos institucionais. Já a forma subsequente é voltada exclusivamente para quem já concluiu o Ensino Médio, oferecendo uma alternativa de formação profissional posterior à educação básica.



Quadro 1 - Modalidade de ensino na EPT

Modalidade da EPT	Público-alvo	Articulação com Ensino Médio
Integrada	Pós-Fundamental	Ensino Médio + Técnico na mesma instituição
Concomitante	Durante o Ensino Médio	Matrículas distintas, instituições diversas
Subsequente	Pós-Ensino Médio	Curso técnico após conclusão do EM

Fonte: elaborado pelos autores

Nesse contexto, distinguem-se dois níveis fundamentais de formação: o técnico e o tecnológico. A formação técnica, vinculada ao nível médio, objetiva preparar o estudante para atuar de forma qualificada em áreas específicas do mundo do trabalho, com cursos de menor duração e foco prático. Conforme o artigo 5º da Resolução nº6/2012:

“Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.” (Brasil, Ministério da Educação, Resolução Nº6/2012, p. 2)

Já a formação tecnológica integra o nível superior e oferece cursos de graduação voltados ao desenvolvimento de competências profissionais mais aprofundadas, com articulação entre teoria, prática e inovação. Segundo Frigotto (2006), a EPT deve estar comprometida com a formação omnilateral, que não separa o trabalho intelectual da prática social, valorizando o protagonismo e o pensamento crítico dos estudantes.

TRABALHO

Histórico

Antes da industrialização, era visto como punição ou esforço físico. No século XX, com o modelo fordista/taylorista, tornou-se fragmentado, mecânico e alienante (Antunes, 1999).

Na pós-modernidade

Mais intelectual e flexível, mas também mais precarizado e instável. A economia se baseia na informação e na tecnologia, exigindo novas competências.

Jovens e trabalho

Enfrentam desafios como falta de experiência, pressão para contribuir com a renda familiar e evasão escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) destaca que a educação deve articular-se com o mundo do trabalho.

Educação, Trabalho e Lazer: Esses três pilares se entrelaçam na formação dos jovens. A educação capacita e humaniza. O trabalho insere o sujeito na sociedade e sustenta sua autonomia. E o lazer permite a ressignificação da experiência cotidiana, promovendo saúde, bem-estar e relações sociais mais humanas.



O INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

O Instituto Federal do Acre (Ifac) é uma instituição pública de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com natureza pluricurricular e multicampi, tem por propósito formar cidadãos críticos, criativos e tecnicamente preparados, consolidando-se como agente de desenvolvimento local e regional (Brasil, 2008).

A Rede Federal, da qual o Ifac faz parte, foi concebida como um projeto de democratização do conhecimento, pautado na formação integral do sujeito, conforme preconiza o artigo 1º da própria Lei de criação: “Os Institutos Federais têm por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia” (Brasil, 2008). Essa integração é reforçada por Moura (2014), ao afirmar que a EPT deve “articular o fazer e o pensar, o trabalho e o conhecimento, a cultura e a técnica, ampliando as possibilidades de emancipação dos sujeitos”.

Figura 1 - Entrada principal do Ifac Campus Rio Branco



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).



Figura 2 - Vista externa do Ifac Campus Rio Branco

Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

O Ifac atualmente possui seis *campi*: Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Rio Branco Baixada do Sol, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Cada *campus* tem identidade própria, mas compartilham a mesma missão de "Promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, garantindo ações voltadas à formação cidadã no Estado do Acre" (Brasil, Instituto Federal do Acre, 2021).

Conforme a Resolução nº41/2021, aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Acre (Ifac, 2021), o *Campus Rio Branco*, criado em 2010 no bairro Xavier Maia, tem como eixos formativos prioritários as áreas de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Desenvolvimento Educacional e Social. Oferece cursos técnicos integrados, subsequentes, superiores, além de contar com estrutura para promoção de aulas em Educação à Distância. Com uma estrutura física que inclui salas de aula, laboratórios especializados, auditório, biblioteca, refeitório, estacionamento, ginásio poliesportivo, e espaço para atendimento e empreendimentos solidários, o *campus* viabiliza condições adequadas para ações de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com os princípios da indissociabilidade entre esses três pilares da educação superior previstos na LDB e na Constituição Federal 1988, artº 207 (Brasil, 1996).



O portal do Ifac (2025) informa que, na modalidade Ensino Médio Integrado, o *campus* oferece os cursos técnicos em Edificações, Redes de Computadores e Informática para Internet, unindo a formação geral e a formação técnica profissional. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), essa integração é fundamental para superar a dualidade histórica entre “formação para o trabalho” e “formação para a vida”, pois visa uma educação que articule conhecimento científico, trabalho e cultura como dimensões inseparáveis da formação humana.

Figura 3 - Bloco Acadêmico do Ifac

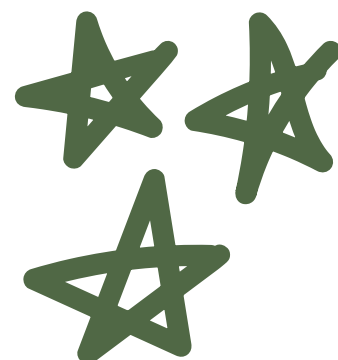


Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

Figura 4 - Entrada oficial após guarita



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).



De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (2025), o Ifac conta com cerca de 781 servidores — sendo 388 docentes e 393 técnicos administrativos em educação (TAEs) — e atende aproximadamente 6.814 estudantes.

Quadro 2 - Quantitativo de servidores

Instituição	Total de servidores	TAEs	Docentes	Docentes efetivos	ITCD
CEFET-MG	1.741	639	1.102	941	4,7
CEFET-RJ	1.502	592	910	872	4,6
CPII	2.400	1.004	1.396	1.237	4,1
IF BAIANO	1.857	898	959	870	4,4
IF FARROUPILHA	1.567	691	876	757	4,6
IF GOIANO	1.535	659	876	781	4,6
IF SERTÃO-PE	1.028	518	510	449	4,3
IF SUDESTE MG	1.348	616	732	670	4,5
Ifac	781	393	388	355	4,1
IFAL	1.959	834	1.125	1.029	4,3
IFAM	1.959	899	1.060	980	4,0
IFAP	599	285	314	282	4,0
IFB	1.434	600	834	733	4,4
Total	84.397	35.439	48.958	43.796	4,4

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2025.

Essa comunidade educativa se configura como um espaço de vivência democrática, produção de saberes e formação cidadã, reafirmando o compromisso da EPT com a construção de uma sociedade mais justa, equânime e sustentável.

PASSO A PASSO DE COMO CRIAR PROPOSTAS DE LAZER EDUCATIVO PARA O INTERVALO INTERTURNO

1

Faça um diagnóstico

Inicie com escuta ativa para diagnosticar os interesses, necessidades e ideias dos estudantes, fomentando sua participação ativa.

2

Levantamento dos recursos e espaços disponíveis;

(Verifique também se há servidores para mediar as atividades);

3

Criação de eixos temáticos por tipo de conteúdo de lazer conforme propõe Melo e Alves Jr. para organização das propostas;

4

Escolha de atividades piloto para iniciar a ação;

5

Organização da sequência de atividades.

6

Criação de uma equipe estudantil de apoio;

7

Monitoramento e atualização periódica.

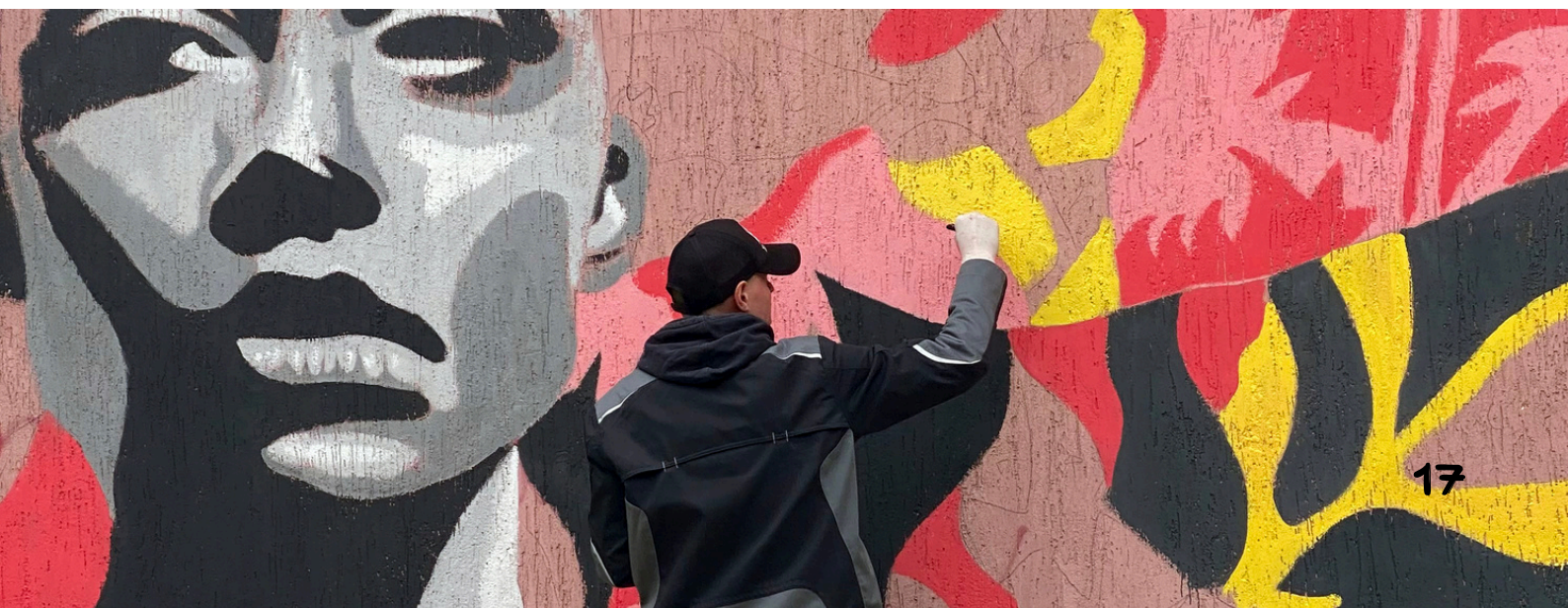


ESPAÇOS EDUCATIVOS E O CURRÍCULO OCULTO

O ambiente educativo não é só um espaço físico, inclui também as regras, valores, interações e símbolos que influenciam o processo de aprendizagem. Na escola acontecem experiências educativas formais e não formais.

No contexto da EPT, os espaços educativos vão muito além da sala de aula. Os corredores, os laboratórios, o refeitório, a biblioteca entre outros tornam-se territórios de formação onde práticas pedagógicas, sociais e culturais se entrecruzam. Essa multiplicidade de espaços físicos e simbólicos configura um ambiente educativo dinâmico e repleto de significados. Nesse cenário, emerge o conceito de currículo oculto, entendido como o processo cultural pelo qual instituições escolares transmitem, de forma implícita e não intencional, valores, normas e práticas que moldam identidades e relações sociais no cotidiano escolar (ARAÚJO, 2018). Ao circular pelos espaços do *Campus Rio Branco*, os estudantes assimilam códigos de conduta, formas de se relacionar com o saber e com os outros, percepções sobre pertencimento, poder e exclusão. Como lembra Silva (2010), o currículo oculto é “tão poderoso quanto o currículo formal”, pois atua silenciosamente na constituição das identidades juvenis e na internalização de valores. Por isso, é fundamental que os institutos federais, ao promoverem práticas formativas integradas, estejam atentos aos aspectos não ditos da experiência escolar.

A valorização do espaço escolar como ambiente formativo exige intencionalidade pedagógica e compromisso com uma educação que reconheça os sujeitos em sua integralidade.



MAPEAMENTO DO CAMPUS RIO BRANCO

BIBLIOTECA: JARDIM DA LEITURA LIVRE

A biblioteca é um ambiente coletivo de estudo, pesquisa e descobertas que estimula a autonomia intelectual, letramento acadêmico e produção científica dos estudantes. Nesse espaço tem salas de reuniões, computadores para a pesquisa e mesas de estudo.

Figura 6: Biblioteca do Ifac

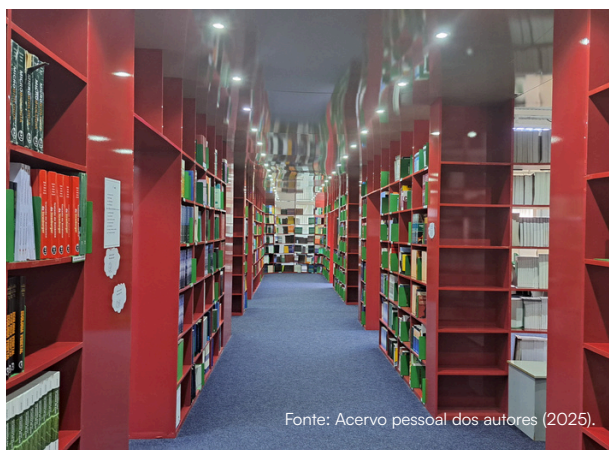


Figura 7: Vista interna



Figura 8: Salas de reuniões



Figura 9: Vista interna





Figura 12: Salas de informática



REFEITÓRIO E CANTINA: MESA, PALAVRA E PARTILHA

Este espaço é destinado à alimentação dos estudantes, servidores e colaboradores, onde o cuidado também é servido, pode contar com cardápios específicos. Para além da nutrição, é o lugar onde as pessoas compartilham refeições e histórias, fomenta a convivência, a saúde e o respeito ao coletivo. Pode ser usado para atividades educativas incluindo palestras e campanhas.

Figura 13: Refeitório estudantil do Ifac



Figura 14: Vista interior



Figura 15: Cantina escolar



BANHEIROS: HIGIENE TAMBÉM EDUCA

Atividades de higiene como lavar as mãos, banho, troca de roupa e momentos de privacidade promovem a preservação da saúde, o cuidado pessoal e coletivo educando através de pequenos lembretes como “mantenha a limpeza após o uso”, “ Evite o desperdício de água”. Também é possível aprender sobre o respeito ao gênero.

Figura 16,17 e 18: Sanitários feminino e masculino com acessibilidade



LABORATÓRIOS: ONDE A TEORIA GANHA CORPO

Os laboratórios do instituto constituem espaços formativos essenciais, nos quais o conhecimento é construído por meio da experimentação, da observação atenta e da mediação tecnológica. Neles os alunos vivenciam práticas que articulam teoria e ação com segurança. O Ifac dispõe de laboratórios específicos como os de informática, Física, Artes e Matemática, equipados com materiais projetados para atender às demandas dos cursos ofertados.

Figura 19: Laboratório de mecânica



Figura 20: Laboratório de informática



Figura 21: Laboratório de Física Geral



Figura 22: Laboratório didático de física



Figura 23: Laboratório de artes



Figura 24: Laboratório de informática de Redes



AUDITÓRIO: SHOW DE CONHECIMENTO

O auditório é o espaço mais utilizado para eventos institucionais, palestras, seminários, mostras científicas e culturais. Neste espaço são desenvolvidas as habilidades de comunicação, escuta, apreciação artística e formação cidadã.

Figura 25: Entrada única do auditório



Figura 26: Auditório Ifac - Vista interna



QUADRA POLIESPORTIVA: EMOÇÕES EM JOGO

A quadra é coberta e tem uma estrutura voltada para práticas corporais esportivas, culturais e recreativas. Incentivando a convivência social e a saúde física. Também são realizados eventos escolares.

Figura 27: Ginásio poliesportivo



Figura 28: Vista interna da quadra



Figura 29: Andar superior da quadra



Figura 30: Visão Ampla da estrutura



Figura 31: Caminho de acesso à quadra



Figura 32: Parte posterior da infraestrutura



ÁREAS DE CONVIVÊNCIA E PASSAGEM: ZONA DE ACOLHIMENTO EM MOVIMENTO

As Áreas de convivência e passagem, como estacionamento, recepção, escadas, corredores, espaços gramados e pontos de coleta seletiva, embora espaços de transição, constituem zonas formativas não formais extrapolando a função estrutural e favorecendo práticas de cidadania, sustentabilidade e ética relacional.

Figura 33: Acesso e estacionamento



Figura 34: Estacionamento principal



Figura 35: Recepção institucional

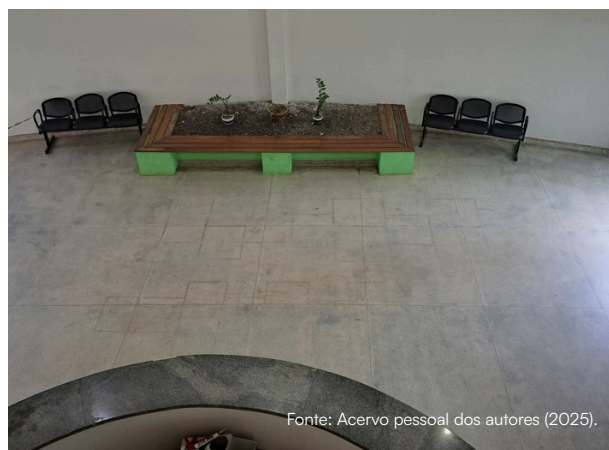


Figura 36: Hall de acesso à biblioteca



Figura 37: Hall de acesso à biblioteca



Figura 38: Escada interna de acesso

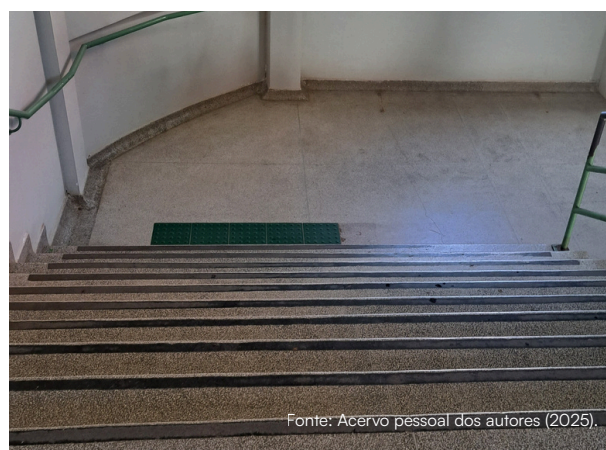


Figura 39: Corredor superior



Figura 40: Ponto de apoio à coleta seletiva



Figura 41: Rampa de acesso ao 1º pavimento



Figura 42: Obras visuais

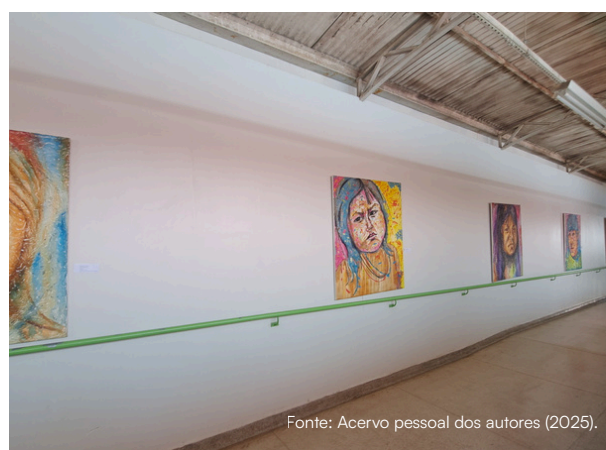


Figura 43: Pátio externo



Figura 44: Área gramada entre blocos



Figura 45: Espaço alternativo de basquete



Figura 46: Área gramada entre blocos



Figura 47: Corredor entre blocos



Figura 48: Acesso às salas administrativas



Figura 49: Vista externa do conjunto habitacional vizinho ao Campus a partir do refeitório



SALAS DE APRENDIZAGEM: NÚCLEO DOS SABERES EM CONSTRUÇÃO

156

As salas de aprendizagem, como a sala de aula formal e espaços formativos como a INCUBAC, são ambientes intencionais de construção do conhecimento, mediação pedagógica e desenvolvimento de competências acadêmicas, técnicas e humanas. Enquanto a sala de aula estrutura o processo educativo por meio de disciplinas curriculares e interações diretas entre professores e estudantes, a INCUBAC amplia o escopo formativo ao fomentar criatividade, inovação e protagonismo empreendedor. Ambos os espaços contribuem para a constituição de sujeitos críticos, autônomos.

Figura 50 e 51: Infraestrutura de acesso às salas de aulas



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

Figura 52: Acesso à sala de avaliação



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

Figura 53: Incubadora de Empreendimentos do Instituto Federal do Acre



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E HORÁRIOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS NO IFAC - CAMPUS RIO BRANCO

No Ifac, *Campus* Rio Branco, os cursos técnicos integrados ao EMI apresentam uma organização curricular que contempla atividades em tempo integral apenas dois dias na semana, distribuídas entre os turnos matutino e vespertino, com aulas de segunda a sexta-feira. Nos dias em que há atividades em tempo integral, a carga horária distribui-se em dois turnos: pela manhã, das 7h às 11h30, com cinco tempos de 50 minutos e intervalo de 20 minutos às 9h30; e, no período vespertino, das 14h20 às 18h, com quatro tempos de 50 minutos e intervalo de 20 minutos às 16h. O intervalo para o almoço ocorre entre 11h30 e 14h20. Nos demais dias da semana, as atividades concentram-se no turno matutino, das 7h às 12h20, totalizando seis tempos de 50 minutos. Essa organização possibilita a articulação entre a formação geral do Ensino Médio e a formação técnica profissional, em consonância com as diretrizes da Lei nº 11.892/2008 e da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Ressalta-se que o Ensino Médio Integrado requer o cumprimento de cargas horárias mínimas tanto para a formação geral quanto para a formação técnica, o que implica na necessidade de ampliação da jornada de estudos. Tal exigência é atendida por meio da inclusão de dois dias semanais de atividades em tempo integral, no contraturno, bem como pela realização eventual de aulas aos sábados.

Atualmente, o *Campus* Rio Branco oferta os seguintes cursos técnicos integrados: Técnico em Edificações, Técnico em Informática para Internet, Técnico em Redes de Computadores. Todos esses cursos são destinados a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental, com ingresso por meio de processo seletivo anual. A carga horária total varia entre 3.000 e 3.300 horas. Para atender a essa exigência, a rotina escolar se organiza em dois turnos, com atividades pedagógicas complementares aos sábados, conforme necessidade do curso e das disciplinas oferecidas.

A jornada ampliada atende à exigência de carga horária mínima, permitindo maior amplitude para a formação integral do estudante. Essa estrutura possibilita a articulação entre ciência, tecnologia e cultura, conforme defendem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 108), ao propor o ensino médio integrado com eixos no Trabalho, Ciência e Cultura, superando dicotomias entre cidadania e mundo produtivo.



Quadro 03: Comparativo dos Cursos Técnicos Integrados do Ifac/Rio Branco

Curso	Duração	Carga Horária	Turno	Resoluções
Edificações	3 anos	3.270 h	Diurno (manhã/tarde)+ contraturno/ sábados	RESOLUÇÃO CONSU/Ifac Nº 039/2017 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 (Disponível em: < https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-edificacoes.pdf >. Acesso em: 28 dez. 2025.)
Redes de Computadores	3 anos	3.180 h	Diurno+ contraturno/ sábados	RESOLUÇÃO Nº 13/CONSU/Ifac, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 (Disponível em: < https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-redes-de-computadores.pdf >. Acesso em: 28 dez. 2025.)
Informática para Internet	3 anos	3.150 h	Diurno+ contraturno/ sábado	RESOLUÇÃO CONSU/Ifac Nº 040/2017 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2017 (Disponível em: < https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integradoem-informatica-para-internet.pdf >. Acesso em: 28 dez. 2025.)

Fonte: elaborado pelos autores

HORÁRIOS VESPERTINOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS - TEMPO INTEGRAL

A estrutura horária dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (EMI) no Ifac *Campus* (em itálico) Rio Branco atende à legislação vigente, quanto à carga horária mínima estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012), em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Essa organização busca assegurar ao estudante o desenvolvimento pleno de competências cognitivas, técnicas e humanas.

No turno vespertino, a organização das atividades atende a fatores como a demanda das disciplinas, a disponibilidade dos docentes e a estruturação institucional dos espaços (laboratórios e demais instalações). Essa dinâmica prioriza o aproveitamento eficiente dos recursos disponíveis. Abaixo, apresenta-se a distribuição semanal das atividades vespertinas por curso, segundo a programação vigente:

Quadro 04: Comparativo dos Cursos Técnicos Integrados do Ifac/Rio Branco

Dia da semana	Curso(s) com atividades no turno da tarde
Segunda- feira	Técnico em Informática para Internet.
Terça-feira	Técnico em Edificações e Técnico em Redes de Computadores.
Quarta-feira	Técnico em Informática para Internet.
Quinta-feira	Livre (sem atividades regulares no turno vespertino).
Sexta-feira	Técnico em Edificações e Técnico em Redes de Computadores.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



OS INTERESSES CULTURAIS

No contexto da formação integral do indivíduo, o lazer ocupa um lugar privilegiado por sua capacidade de articular dimensões culturais, sociais, físicas e afetivas da experiência humana, conforme Marcellino (1987, p. 31), que o define como "a cultura — compreendida no seu sentido mais amplo — vivenciada (praticada ou contemplada) no tempo disponível", sem outra recompensa senão a satisfação que ela proporciona. A compreensão dos interesses do lazer é fundamental para a elaboração de propostas educativas que considerem os múltiplos aspectos da vida cotidiana dos sujeitos, especialmente no âmbito das instituições de ensino. Neste capítulo, apresentamos os conceitos das categorias de interesse no lazer, apoiados na perspectiva clássica de Joffre Dumazedier (1976) e aprofundados por autores contemporâneos como Victor Andrade de Melo e Edmundo de Drummond Alves Jr. (2012).

Segundo Melo e Alves Junior (2012, p. 39), as atividades de lazer devem ser compreendidas como manifestações culturais em sentido amplo, o que envolve não apenas expressões artísticas e linguísticas, mas também valores, normas, hábitos e representações que estruturam a vida social. Assim, ao planejar ações de lazer, o educador deve reconhecer essas manifestações culturais como campo de intervenção pedagógica, promovendo o diálogo com as vivências e os interesses dos participantes.

Dumazedier (1976) propôs uma classificação dos interesses do lazer a partir do foco central que motiva o indivíduo a participar de uma atividade. Embora essa classificação não deva ser vista de forma rígida dado que os desejos humanos se sobrepõem e se transformam constantemente, ela serve como guia útil para o profissional da educação ao estruturar experiências significativas de lazer.

OS INTERESSES FÍSICOS

As atividades físicas representam uma forma popular de lazer, associadas a ideias de saúde, bem-estar e sociabilidade. Essas práticas variam amplamente, desde esportes coletivos tradicionais até atividades individuais como yoga ou musculação. Também ganham destaque os chamados esportes de aventura, como escalada e rafting, que promovem desafios em ambientes naturais ou urbanos construídos.

Como destacam Melo e Alves Jr. (2012, p. 145), é fundamental que o educador respeite os limites físicos e os desejos dos indivíduos, evitando tanto a exaustão quanto a monotonia. O lazer físico deve ser compreendido como espaço de prazer e descoberta, e não como imposição disciplinadora do corpo. Além disso, é essencial promover uma leitura crítica das mensagens veiculadas pela mídia sobre o corpo ideal e o culto à performance, que muitas vezes reduzem o valor do exercício físico a padrões mercadológicos e excludentes.



OS INTERESSES ARTÍSTICOS

A arte no lazer não deve ser confinada às instituições culturais formais. Está presente também nas manifestações populares, nas tradições locais e nas expressões cotidianas. A experiência estética, segundo Melo e Alves Jr. (2012, p. 150-152), está ligada ao prazer sensível, mas também à formação crítica e à ampliação das percepções do mundo.

Ao incorporar esses interesses em programas educativos, o profissional estimula tanto a fruição quanto a produção artística, incentivando experimentações como pintura, canto, representação ou escrita, não com vistas à profissionalização, mas como forma de expressão e descoberta de si e do outro. Ao fazer isso, contribui-se para a formação de sujeitos mais sensíveis, criativos e capazes de questionar os valores dominantes impostos pela indústria cultural.

OS INTERESSES MANUAIS

Os interesses manuais referem-se àquelas atividades que envolvem o manuseio de materiais e ferramentas, como jardinagem, costura, marcenaria ou culinária. Muitas dessas práticas são também consideradas hobbies e, como alertam Melo e Alves Jr (2012), podem, em determinados contextos, migrar para o campo do trabalho como forma de complementação de renda ou empreendedorismo.

Contudo, Dumazedier (1976) diferencia lazer de trabalho ao enfatizar sua orientação para satisfação intrínseca e desenvolvimento pessoal, não utilidade econômica. Portanto, cabe ao educador evitar que essas ações sejam reduzidas a treinamentos para o mercado, resguardando o caráter formativo, expressivo e prazeroso que lhes é próprio.

OS INTERESSES INTELECTUAIS

Os interesses intelectuais envolvem atividades voltadas predominantemente ao pensamento reflexivo, à lógica e ao raciocínio. Jogos de tabuleiro como xadrez e dama, clubes de leitura, oficinas de escrita criativa e palestras temáticas são exemplos de práticas que estimulam o intelecto em contextos de lazer.

Contudo, como reforçam Melo e Junior (2012), tais atividades só podem ser consideradas de lazer quando não vinculadas a exigências laborais ou escolares obrigatórias. Ao inseri-las nos programas educativos, o objetivo deve ser o prazer do conhecimento, a curiosidade intelectual e a liberdade do pensamento, e não a preparação para avaliações ou desempenho profissional.



Os interesses sociais dizem respeito à dimensão relacional do lazer festas, encontros, viagens e passeios são formas clássicas de expressão desse interesse. Tais práticas favorecem o fortalecimento de laços afetivos, o senso de pertencimento e a construção da identidade coletiva, aspectos cada vez mais necessários diante da fragmentação social contemporânea.

Para Melo e Junior (2012), valorizar esses encontros não é um objetivo menor, especialmente no contexto educativo, onde a socialização desempenha papel central na formação humana. O lazer social deve ser reconhecido como espaço de acolhimento, de escuta e de construção de vínculos, sendo essencial para a promoção de uma convivência mais solidária e respeitosa.



ESCUTA AOS INTERESSES DOS ALUNOS

Quadro 05: Interesse dos alunos para atividades educativas de lazer no intervalo interturno

Interesse Cultural	Atividades Estudantis Correspondentes
Interesses físicos	Vôlei, futsal, queimada, aula de esporte, jiu-jitsu, atividades na quadra.
Interesses artísticos	Pintura, desenho, dança, música, escrita de poesia, produção de pigmentos no laboratório.
Interesses manuais	Crochê, artesanato, atividades com tinta, papel, materiais diversos.
Interesses intelectuais	Jogos de tabuleiro, quebra-cabeças, pesquisas escolares, clube do livro, estudo em laboratório.
Interesses sociais	Rodas de conversa, brincadeiras em grupo, clube do filme, roda de rima, palestra.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



PARTE 2



SUGESTÕES DE ATIVIDADES EDUCATIVAS DE LAZER PARA O INTERVALO INTERTURNO NO IFAC

Para fins de planejamento e execução das propostas de atividades no intervalo interturno, considera-se como faixa horária principal o período entre 11h30 e 14h00. Considerando a dinâmica do refeitório, serviço iniciado às 11h30 e fluxo contínuo de alunos chegando e saindo até cerca de 13h30, pode não haver necessidade de um espaço/tempo inicial, contudo, recomenda-se que todas as ações respeitem um tempo mínimo de 30 minutos após 11h30, destinados ao deslocamento até o refeitório, à retirada da alimentação e ao consumo tranquilo das refeições pelos estudantes. Ressalta-se, ainda, que essas atividades devem ocorrer em dois dias da semana, tendo em vista que os cursos técnicos integrados são distribuídos em horários vespertinos distintos. Embora as atividades de lazer devam ser disponibilizadas diariamente para promover o bem-estar integral dos estudantes, recomenda-se priorizar quartas e sextas-feiras na fase inicial, considerando o caráter inovador da proposta em novo período letivo e a necessidade de planejamento logístico antecipado.

As propostas de atividades sugeridas pelos estudantes foram organizadas a partir de eixos temáticos que refletem seus interesses, com o objetivo de garantir sentido educativo às intervenções no intervalo interturno. Essa categorização permite agrupar as sugestões em dimensões que valorizam a diversidade de vivências, tais como jogos, atividades artísticas, espaço de descanso e convivência, bem como ações voltadas ao fortalecimento do vínculo com a escola. A adoção desses eixos temáticos contribui para orientar a implementação de práticas educativas mais conectadas com as demandas reais dos estudantes, respeitando seus repertórios socioculturais.

PROPOSTAS 01

Tipo de lazer

Lazer intelectual voltado à estimulação cognitiva, ao pensamento crítico e à fruição de atividades mentais desafiadoras em contextos lúdicos ou de aprofundamento acadêmico.

Potencialidades a serem desenvolvidas

- Raciocínio lógico e estratégico;
- Autonomia intelectual e curiosidade investigativa;
- Habilidades de argumentação, escuta ativa e expressão oral;
- Leitura crítica e interpretação textual;
- Organização de ideias, síntese e criatividade na resolução de problemas.

Atividades a serem desenvolvidas:

- Sessões de jogos de xadrez, bridge, tabuleiros, quebra-cabeças entre outros;
- Rodas de conversa ou minipalestras com convidados ou estudantes;
- Clube do Livro;

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

SESSÕES DE JOGOS DE XADREZ, BRIDGE, TABULEIROS E QUEBRA-CABEÇA



Objetivo

Estimular o raciocínio lógico, a concentração e a socialização dos estudantes por meio de jogos de natureza intelectual e colaborativa durante o intervalo interturno.

Materiais necessários

- Jogos de xadrez (mínimo 2 tabuleiros)
- Conjuntos de cartas para bridge ou jogos de lógica com cartas
- Tabuleiros diversos (dama, ludo, jogo da memória, etc)
- Quebra-cabeças variados
- Fichas de instrução plastificadas
- Mesa, cadeiras, cronômetro (opcional)
- Cartaz com regras de convivência/ respeito ao espaço coletivo

A atividade tem início com a ambientação dos estudantes no espaço previamente reservado, como o refeitório, a biblioteca, o corredor pedagógico ou uma sala multiuso. Nesse local, os jogos já estarão dispostos em mesas organizadas por categoria, de modo a facilitar o acesso e a escolha dos participantes. A Mesa 1 será destinada ao xadrez; a Mesa 2, aos jogos de baralho estratégico, como o bridge; a Mesa 3, a jogos de tabuleiro diversos, como dama, ludo e Uno estratégico; e a Mesa 4, a quebra-cabeças progressivos, com variações entre 50 e 200 peças.

Nos primeiros minutos da atividade, o(a) mediador(a) responsável, que pode ser um servidor, bolsista ou estudante monitor, realiza uma breve apresentação da proposta, explicando as regras básicas de cada jogo. Considerando que o Ifac possui cursos de formação de profissionais da educação como Tecnologia em Processos Escolares e Licenciaturas em Matemática e Ciências Biológicas. Além disso, também tem os alunos do PIBID tanto do Ifac como da Ufac, que articulados com a coordenação da proposta, podem ser incorporados à equipe organizadora na função de monitores/mediadores. Esse momento conta com o apoio de fichas plastificadas de instrução rápida, posicionadas sobre cada mesa. É estimulada, ainda, a participação rotativa ao longo da semana, para que os estudantes experimentem diferentes modalidades e ampliem suas experiências intelectuais.

No decorrer da atividade, os discentes organizam-se de forma espontânea em duplas ou pequenos grupos. A dinâmica ocorre de forma autônoma, mas sempre com a supervisão atenta do(a) mediador(a), que se mantém disponível para auxiliar em dúvidas, esclarecer regras e, quando necessário, intervir em situações de conflito. Em casos de grande adesão, especialmente nas mesas de xadrez e baralho, recomenda-se o uso de rodízios de 10 a 12 minutos para garantir a participação de todos. Os estudantes também têm liberdade para circular entre as mesas e experimentar outras atividades, desde que respeitem os colegas e a ordem de chegada.

Nos cinco minutos finais, é feito um aviso verbal ou sonoro indicando o encerramento da sessão e o início da organização dos materiais. Os participantes são convidados a dar um retorno rápido sobre a experiência, seja de forma oral ou por meio de plaquinhas visuais com emojis. Os feedbacks dos alunos podem ser utilizados em encontros mensais da equipe organizadora para revisar e aprimorar as atividades, mantendo a motivação alta e promovendo diálogo contínuo com os estudantes. Por fim, os jogos são recolhidos e armazenados adequadamente com o apoio dos próprios estudantes, reforçando o cuidado coletivo com o espaço e os materiais.



Disponível no Canva, 2025.

RODAS DE CONVERSA OU MINIPALESTRAS COM CONVIDADOS OU ESTUDANTES



Objetivo

Promover espaços dialógicos e formativos no intervalo interturno, por meio de rodas de conversa e minipalestras com convidados externos ou estudantes, visando ampliar o repertório crítico, cultural e intelectual dos discentes, fortalecendo o protagonismo juvenil, a escuta ativa e a construção coletiva de saberes em consonância com os interesses e vivências da juventude amazônida.

Materiais necessários

- Cadeiras móveis (para montagem em semicírculo ou o auditório);
- Caixa de som com microfone;
- Cartazes de identificação do tema, palestrante ou mediador da roda de conversa;
- Notebook (caso o convidado use slides ou vídeos curtos);
- Projeto multimídia e tela (opcional, conforme estrutura da escola);
- Prancheta ou caderno mediação e registro;
- Cartolina interativa, fichas ou plaquinhas com emojis (para feedback rápido);
- Celular ou câmera (caso queiram registrar fotos com autorização prévia).

A proposta tem início com a organização prévia do espaço (refeitório, sala ou auditório), com cadeiras dispostas em semicírculo ou formato de auditório, dependendo do perfil da atividade. A ambientação deve ocorrer de forma acolhedora, podendo incluir cartazes com o tema do dia ou músicas suaves de fundo que favoreçam a escuta e o engajamento. O mediador (servidor, bolsista ou estudante monitor) é responsável por preparar o ambiente com antecedência mínima de 10 minutos.

A atividade se inicia com uma breve apresentação do tema e do(s) convidado(s), realizada pelo mediador ou por um estudante anfitrião previamente combinado (5 minutos). O tema da roda de conversa ou minipalestra deve ter relevância direta com o universo juvenil, podendo abordar assuntos como saúde mental, protagonismo jovem, cultura local, profissões, cidadania digital, experiências de intercâmbio, entre outros.

Em seguida, o convidado e palestrante tem entre 15 e 20 minutos para expor suas ideias de forma objetiva, dinâmica e dialogada, preferencialmente com o uso de linguagem acessível e recursos visuais simples (slides, imagens impressas, vídeos curtos, objetos simbólicos). Em rodas com estudantes, sugere-se que os temas sejam escolhidos coletivamente com antecedência, permitindo que grupos se preparem e compartilhem vivências ou conhecimentos de forma espontânea.

Após a fala inicial, o mediador abre para perguntas, comentários ou depoimentos do público, favorecendo a participação ampla e respeitosa dos estudantes (10 a 15 minutos). A escuta ativa e a validação das falas são fundamentais para fortalecer o sentimento de pertencimento e a troca de saberes.

Nos minutos finais (5 minutos), é realizado um fechamento breve com uma síntese das ideias principais discutidas, seguido de um agradecimento ao(s) convidado(s). Os estudantes podem deixar um feedback rápido em uma cartolina interativa ou plaquinhas de emojis. Por fim, o espaço é reorganizado com apoio coletivo, garantindo que o local esteja limpo e disponível para o próximo turno.

Sugestões de temas para rodas de conversa e mini palestras:

- *Vida estudantil e Oportunidades no Campus*

Quais são as bolsas do Ifac?

Como posso ser bolsista?

Como fazer parte de grêmios, comissões e projetos?

- *Desenvolvimento pessoal e Saúde Mental*

Ansiedade, cansaço e cobrança: como lidar com tudo isso no instituto? (Convide o psicólogo da assistência estudantil)

Autoconhecimento e projeto de vida: por onde começar?

Juventude e autoestima: desafios e conquistas.

Juventudes amazônidas: de onde viemos, o que sonhamos? (Busque valorizar os saberes tradicionais do território e familiares dos estudantes)

- *Temas técnicos e profissionais*

O que faz um técnico em informática/ edificações/ redes? (Convide egressos dos próprios cursos para compartilhar experiências)

É possível empreender?

Como se preparar para o ENEM?

CLUBE DO LIVRO



Disponível no Canva, 2025.

A proposta consiste na criação de um espaço contínuo e acolhedor no intervalo para troca de experiências leitoras entre estudantes do Ifac. A cada mês, um livro, conto ou crônica é escolhido coletivamente ou indicado por um(a) servidor(a) ou estudante-leitor(a) responsável pela mediação.

Objetivo

Fomentar o hábito da leitura literária entre os estudantes do Ensino Médio Integrado do Ifac, por meio da criação de um Clube do Livro com encontros mensais no intervalo interturno, promovendo a partilha de interpretações, reflexões e experiências leitoras em um ambiente colaborativo, acolhedor e culturalmente significativo.

Materiais necessários

- Livros literários físicos ou versões digitais;
- Cópias impressas de trechos ou textos curtos, caso necessário;
- Marcadores de página personalizados (podem ser produzidos pelos estudantes);
- Cartazes ou fichas de divulgação das leituras do mês;
- Cartolina ou quadro para anotar ideias principais ou destaques das leituras;
- Prancheta, caderno ou planilha de frequência para acompanhamento dos encontros;
- Almofadas, puff ou cadeiras móveis para montagem do espaço em roda (Sala da reunião na biblioteca; pátio externo próximo às árvores, espaço em frente a biblioteca);
- Caixa de som com música instrumental ambiente (opcional);
- Canetas coloridas, post-its ou lápis para anotações e marcações;
- Kindle, tablet ou celular (caso haja leituras digitais ou vídeos complementares).

Ambientação e acolhida (5 minutos):

O espaço é preparado com almofadas, cadeiras organizadas em círculo ou em formato de roda (no refeitório, biblioteca ou outro ambiente arejado). Música instrumental suave pode ser utilizada para criar uma atmosfera de escuta e concentração.

Apresentação do tema ou obra (5 minutos):

O(a) mediador(a) faz uma breve apresentação do texto escolhido para aquele mês, destacando aspectos como autor(a), contexto da obra, temática e linguagem. Caso os participantes já tenham tido acesso prévio ao texto, pode-se usar perguntas norteadoras para iniciar o diálogo.

Partilha de leituras e reflexões (25 minutos):

Os estudantes compartilham livremente suas impressões, sentimentos e conexões pessoais com a obra. Leituras de trechos marcantes podem ser realizadas em voz alta por voluntários. O(a) mediador(a) estimula a escuta ativa, a diversidade de interpretações e o respeito entre as falas.

Encerramento e convite para o próximo encontro (5 minutos):

Encerramento e convite para o próximo encontro (5 minutos): Realiza-se um fechamento com destaque para as ideias mais significativas compartilhadas. Caso o próximo livro já esteja definido, faz-se o anúncio e, se possível, a distribuição de exemplares (físicos ou digitais). Esta atividade também pode ser realizada sem a definição de apenas um livro, permitindo que cada aluno faça sua própria escolha de leitura e compartilhe algo interessante relacionado a ela. Pode-se finalizar com a entrega de marcadores de página criativos, produzidos pelos próprios estudantes.



Disponível no Canva, 2025.

PROPOSTAS 02

Tipo de lazer

Lazer físico, voltado à recreação, a expressão motora e bem estar físico. Considerando que o esforço físico resulta em suor é importante reservar tempo e local para que os alunos possam tomar banho para se preparar para as atividades de aula do período vespertino.

Potencialidades a serem desenvolvidas

- Desenvolvimento da consciência corporal e da saúde física;
- Fortalecimento da convivência entre pares e do espírito de equipe;
- Redução do estresse e aumento da disposição para retorno às aulas;
- Promoção de valores como cooperação, respeito às diferenças e autonomia;
- Estímulo à cultura corporal de movimento e à valorização de práticas populares e tradicionais.

Atividades a serem desenvolvidas:

- Sessões de esportes em formato recreativo, com foco na participação e não na competição;
- Oficinas introdutórias de capoeira, jiu-jitsu e yoga com apoio de professores ou convidados;

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

SESSÕES DE ESPORTES EM FORMATO RECREATIVO, COM FOCO NA PARTICIPAÇÃO E NÃO NA COMPETIÇÃO



Disponível no Canva, 2025.

Objetivo

Promover a prática de atividades esportivas em formato recreativo durante o intervalo escolar, incentivando a participação de todos os alunos, o desenvolvimento de habilidades motoras básicas, a socialização e a construção de um ambiente saudável e inclusivo, priorizando a cooperação e o prazer pelo movimento em detrimento da competição.

Materiais necessários

- Bolas diversas (futebol, vôlei, queimada, basquete adaptado);
- Coletes coloridos para identificação de equipes (Opcional, para organização simples);
- Apitos (para o orientador ou professor coordenar as atividades);
- Cones para delimitação de espaços e marcação de áreas de jogo;
- Pranchas ou cartazes com regras simplificadas para consulta rápida;
- Espaço físico adequado (quadra, pátio, área externa livre);
- Água para hidratação dos participantes.

Dinâmica de desenvolvimento

A dinâmica das sessões de esportes recreativos inicia-se com a organização dos alunos no espaço previamente definido, onde o professor ou mediador apresenta de forma clara e objetiva o propósito da atividade, enfatizando o foco na participação, no respeito mútuo e no caráter lúdico das práticas esportivas, em detrimento da competição. Em seguida, os alunos são divididos em grupos heterogêneos, de modo a promover a inclusão e possibilitar a interação entre diferentes perfis, garantindo que todos tenham oportunidade de participar e experimentar as modalidades propostas. As atividades desenvolvidas consistem em jogos adaptados de esportes como futebol, vôlei e queimada, com regras simplificadas e tempo reduzido, para manter o dinamismo e a motivação dos participantes. O monitor/mediador promove o rodízio entre as modalidades e os grupos, permitindo que os alunos escolham as práticas que mais lhes agradam e respeitando seus limites individuais. Ao final de cada sessão, é reservado um momento para uma breve reflexão coletiva, na qual os alunos compartilham suas impressões sobre a experiência, enquanto o mediador reforça os valores da cooperação, do respeito e do prazer pelo movimento, estimulando a continuidade dessas práticas no cotidiano escolar.

Além disso, o mediador deve escolher um único esporte para ser praticado em cada intervalo, variando essa modalidade semanalmente, para que os alunos tenham a oportunidade de utilizar diferentes espaços e experimentar modalidades variadas, como basquete, futsal, queimada, badminton, fresbee e outras. Para organizar a participação, uma lista é utilizada para registrar os alunos que vão chegando, facilitando a formação dos times e garantindo a rotatividade, de modo a proporcionar que o máximo de estudantes possível possa participar ao longo do tempo. As partidas devem ter duração máxima de 10 minutos ou, no caso do futsal, encerrar-se ao atingir dois gols, permitindo um ritmo dinâmico e a realização de diversas partidas durante o intervalo. Outra maneira de organizar é, como se trata de esporte dentro da perspectiva do jogo, os participantes podem definir as regras, incluindo o tempo de cada partida dentro do tempo disponibilizado.



Disponível no Canva, 2025.

OFICINAS INTRODUTÓRIAS DE CAPOEIRA, JIU-JITSU E YOGA COM APOIO DE PROFESSORES OU CONVIDADOS



Objetivo

Promover o desenvolvimento físico, mental e socioemocional dos alunos durante o intervalo interturno por meio de oficinas introdutórias de capoeira, jiu-jitsu e yoga, favorecendo a vivência de práticas corporais diversificadas, o fortalecimento da consciência corporal, o respeito às diferenças culturais e a construção de hábitos saudáveis de movimento e relaxamento

Materiais necessários

- Espaço físico adequado e seguro (pátio, quadra ou sala ampla);
- Tatames ou colchonetes para as práticas de jiu-jitsu e yoga;
- Aparelhos de som para música ambiente e rodas de capoeira;
- Instrumentos musicais tradicionais da capoeira (berimbau, pandeiro, atabaque);
- Roupas confortáveis para os participantes;
- Materiais de higiene pessoal (toalhas, álcool em gel);
- Professores especializados ou convidados qualificados para conduzir as oficinas.

Dinâmica de desenvolvimento

A proposta consiste em oportunizar uma oficina introdutória específica para cada modalidade capoeira, jiu-jitsu ou yoga durante o intervalo interturno, permitindo que os alunos experimentem essa prática de forma orientada. Durante a oficina, além das atividades práticas, os alunos recebem informações sobre onde encontrar grupos gratuitos ou comunitários dessas modalidades na cidade, incentivando a continuidade da prática. O mediador inicia cada sessão com uma breve apresentação da modalidade e seus benefícios, seguida pelo aquecimento adequado para preparar o corpo. A atividade prossegue com instruções práticas introdutórias conduzidas pelos professores ou convidados, que orientam os alunos na execução dos movimentos básicos, sempre respeitando o ritmo individual e a segurança de cada participante. Durante a capoeira, a prática é acompanhada pela música e pela roda, promovendo a interação cultural e corporal; no jiu-jitsu, a ênfase é na aprendizagem dos fundamentos técnicos e na disciplina; já no yoga, o foco está na respiração, alongamento e relaxamento. Ao término de cada oficina, reserva-se um momento de feedback e reflexão, em que os alunos podem compartilhar suas experiências e sensações, fortalecendo o vínculo com a atividade e incentivando a continuidade da prática.



PROPOSTAS 03

Tipo de lazer

Lazer artístico

Potencialidades a serem desenvolvidas

- Valorização da identidade cultural;
- Estímulo à criatividade, imaginação e sensibilidade estética;
- Desenvolvimento da expressão corporal, verbal e gráfica;
- Ampliação do repertório linguístico, artístico e científico;
- Fortalecimento do protagonismo juvenil e do trabalho colaborativo;
- Promoção do bem-estar, da escuta sensível e do autocuidado por meio da arte.

Atividades a serem desenvolvidas:

- Escrita de poesia e declamações - Batalha de rima;
- Pintura e desenho artístico;

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

ESCRITA DE POESIA E DECLAMAÇÕES - BATALHA DE RIMAS



Disponível no Canva, 2025.

Objetivo

Estimular a expressão poética, criatividade e valorização da linguagem oral por meio de batalhas de rima e oficinas de escrita lideradas por alunos entusiastas em hip-hop, reforçando o protagonismo juvenil e conscientizando a comunidade escolar sobre a arte como ferramenta de identidade, crítica social e transformação cultural.

Materiais necessários

- Microfone e caixa de som;
- Papel e canetas para rascunho das poesias e improvisos;
- Relógio ou cronômetro (para organizar o tempo das apresentações);
- Espaço amplo e acessível (refeitório, pátio ou auditório);
- Cartazes com frases de impacto, trechos de poesias e mensagens de incentivo à arte;

Dinâmica de desenvolvimento

A atividade será planejada e conduzida por um grupo de alunos previamente identificado por sua afinidade com a cultura hip-hop, a poesia falada, a literatura marginal ou a prática de batalhas de rima. Esses estudantes assumirão o papel de organizadores e mediadores, com o apoio da equipe pedagógica. A ação terá início com uma breve contextualização sobre o significado e a história das batalhas de rima, destacando sua importância como forma legítima de arte, crítica social e expressão popular. Em seguida, os alunos organizadores realizarão uma oficina de aquecimento criativo, estimulando os participantes a escreverem suas próprias poesias e rimas. Após esse momento, será iniciada a batalha de rimas em formato amistoso e respeitoso, com tempo determinado para cada intervenção e regras acordadas coletivamente, priorizando o respeito, a criatividade e a força do conteúdo.

Como forma de valorização e inspiração, a atividade contará, sempre que possível, com a presença de um convidado especial, um poeta local, MC ou artista da cultura urbana, que fará uma declamação especial, compartilhando sua trajetória e reforçando o valor da arte periférica e da oralidade como ferramentas de empoderamento e educação. Ao final da atividade, será promovido um momento de diálogo aberto entre os participantes e o público, refletindo sobre as mensagens compartilhadas e incentivando a continuidade dessa prática na escola e na comunidade. Essa ação contribui não apenas para o desenvolvimento das habilidades comunicativas dos estudantes, mas também para a formação cidadã e o fortalecimento dos vínculos culturais no ambiente escolar.



PINTURA E DESENHO ARTÍSTICO



Disponível no Canva, 2025.

Objetivo

Promover a expressão criativa, a sensibilidade estética e o bem-estar dos estudantes por meio de atividades de pintura e desenho artístico durante o intervalo interturno, estimulando a autonomia e a valorização da arte como forma de comunicação, identidade e reflexão sobre o cotidiano.

Materiais necessários

- Lápis de cor, giz pastel, lápis grafite, canetas e marcadores coloridos;
- Tintas guache, pincéis e paletas;
- Papéis A4 e A3, papel kraft ou cartolina;
- Mesas, cavaletes ou pranchetas de apoio;
- Recipientes com água, panos ou papel toalha para limpeza;
- Aventais ou capas de proteção (opcional);
- Cartazes com inspirações visuais (formas, temas, artistas);
- Música ambiente suave (opcional, para estímulo sensorial).

Dinâmica de desenvolvimento

A atividade será realizada em espaço amplo e bem iluminado, como o refeitório, o pátio coberto ou uma sala de uso múltiplo, onde serão organizados pontos de criação com os materiais dispostos de forma acessível e atrativa. Os estudantes poderão escolher livremente entre pintura ou desenho, de acordo com suas preferências e familiaridade, sendo incentivados a desenvolver composições com temas abertos (livres) ou sugeridos (identidade, meio ambiente, emoções, escola, etc.).

O mediador, juntamente com bolsistas ou líderes de turma, acompanhará os participantes oferecendo suporte técnico básico (mistura de cores, proporção, composição), além de promover um ambiente acolhedor e não avaliativo, onde a experimentação e o prazer criativo sejam priorizados. Durante a atividade, será estimulada a troca entre os colegas, permitindo que os alunos compartilhem seus processos, conversem sobre referências visuais e se inspirem mutuamente.

Ao final de cada sessão, os trabalhos poderão ser exibidos em varais artísticos, murais ou painéis móveis, valorizando as produções dos estudantes e ocupando os espaços da escola com arte estudantil. A atividade pode ocorrer de forma contínua, sendo adaptada ao tempo disponível no intervalo interturno, com o objetivo de transformar momentos ociosos em experiências formativas e culturalmente enriquecedoras.



Disponível no Canva, 2025.

PROPOSTAS 04

Tipo de lazer

Lazer Social

Potencialidades a serem desenvolvidas

- Estímulo à criatividade, imaginação e autoexpressão juvenil;
- Fortalecimento da identidade cultural e do protagonismo estudantil;
- Promoção do diálogo, da escuta ativa e da convivência democrática;
- Incentivo à sustentabilidade, à economia solidária e ao consumo consciente;
- Valorização da diversidade cultural e das múltiplas formas de linguagem artística;
- Ampliação do repertório cultural e midiático dos estudantes;
- Fortalecimento dos vínculos entre pares e com a comunidade escolar.

Atividades a serem desenvolvidas:

- **Encontro dos Cosplay**, com apresentações livres, caracterização de personagens e sessões fotográficas, seguido de criação de um Museu Virtual com os registros, depoimentos e reflexões dos alunos sobre cultura pop e identidade;
- **Feira das Trocas**, organizada pelos próprios alunos, voltada à troca de livros, roupas, acessórios e objetos diversos, com ações de conscientização sobre reaproveitamento, solidariedade e impacto ambiental.
- **Rodas de Conversa temáticas** (identidade, juventude, saúde mental, cultura digital), com mediação dos próprios estudantes ou convidados externos;
- **Brincadeiras em Grupo** no pátio ou refeitório, voltadas à cooperação e integração (como jogos de perguntas, dinâmicas interativas, desafios criativos);

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

ENCONTRO DOS COSPLAY



Objetivo

Promover a valorização da cultura pop e da diversidade de expressões juvenis por meio da realização de um encontro de cosplay no ambiente escolar, incentivando a criatividade, o protagonismo estudantil e a reflexão identitária, com posterior organização de um museu virtual que registre e divulgue as experiências vividas.

Materiais necessários

- Câmera fotográfica ou celular com boa resolução;
- Tripé ou suporte para gravação;
- Computador com acesso à internet para edição e postagem dos registros;
- Projetor ou TV para exibição de conteúdo de referência (opcional);
- Espaço físico para desfile ou apresentações (pátio, refeitório, quadra coberta);
- Painéis ou cartazes para ambientação;
- Plataforma digital (Google Sites, Canva, Padlet, blog escolar) para criação do museu virtual;
- Roteiros impressos ou digitais de orientação (ficha de inscrição, termo de imagem, perguntas para depoimento).

Dinâmica de desenvolvimento

A atividade será organizada com antecedência por um grupo de estudantes voluntários, com apoio da equipe pedagógica, que divulgará o evento e orientará os participantes sobre o tema, objetivos e regras básicas. O encontro ocorrerá no intervalo interturno, em espaço aberto da escola (como o refeitório ou quadra coberta), e contará com um momento de apresentação livre dos cosplayers, permitindo que cada estudante desfile, interprete ou apenas compartilhe a história de seu personagem favorito.

Durante o evento, uma equipe será responsável por registrar os momentos com fotos e vídeos, além de realizar pequenas entrevistas com os participantes sobre o processo de escolha, construção da fantasia e significados pessoais relacionados à cultura pop. Esses registros serão organizados posteriormente em um museu virtual, hospedado em plataforma gratuita, com curadoria dos próprios alunos. Esse espaço funcionará como repositório artístico e educativo, incluindo imagens, textos reflexivos e comentários sobre identidade, representação e diversidade cultural.

A proposta também poderá contar com a participação de convidados da comunidade ou de movimentos culturais locais, para dialogar com os alunos sobre a cultura geek, arte urbana, produção de figurinos e eventos de fandom. Essa vivência contribuirá para reconhecer a potência educativa dos interesses juvenis, promovendo o respeito à diversidade



FEIRA DE TROCAS



Disponível no Canva, 2025.

Objetivo

Promover a cultura da sustentabilidade, do reaproveitamento e da economia solidária por meio da organização de uma feira de trocas conduzida pelos estudantes, incentivando o consumo consciente, a prática da empatia e a construção de valores sociais e ambientais no contexto escolar.

Materiais necessários

- Mesas ou lonas para exposição dos itens;
- Caixas organizadoras ou cestos para separação dos objetos;
- Cartazes e placas informativas (produzidos pelos alunos);
- Adesivos ou etiquetas para identificação dos itens por categoria;
- Fichas de controle ou formulário simples de troca (opcional);
- Quadro branco ou mural com mensagens de conscientização;
- Panfletos ou slides com conteúdos educativos sobre sustentabilidade (opcional);
- Espaço coberto ou sala multiuso (ex: refeitório, pátio ou sala de aula).

Dinâmica de desenvolvimento

A Feira das Trocas será organizada por um grupo de alunos previamente mobilizado com apoio da equipe pedagógica, que ficará responsável por divulgar o evento, organizar os espaços de exposição e orientar os colegas sobre o funcionamento da atividade. A proposta é que cada estudante leve itens em bom estado para trocar como roupas, livros, acessórios, jogos ou objetos pessoais, respeitando princípios de cuidado, utilidade e ética.

Durante o intervalo interturno, os objetos serão expostos em mesas ou mantas divididas por categorias, possibilitando que os participantes circulem livremente, escolham itens de interesse e proponham trocas justas, sem envolver dinheiro. Uma equipe de estudantes será encarregada da mediação, garantindo o bom andamento e o respeito mútuo.

A feira será acompanhada de ações educativas de conscientização ambiental e social, como a apresentação de dados sobre descarte excessivo, consumo exagerado e alternativas sustentáveis. Cartazes e mensagens visuais confeccionadas pelos alunos ajudarão a reforçar os objetivos da ação, que vai além da troca material e busca fortalecer atitudes de solidariedade, empatia, cuidado com o outro e com o planeta. Ao final, poderá ser feito um pequeno momento de socialização ou registro audiovisual da experiência, promovendo a reflexão coletiva sobre os aprendizados da prática.



Disponível no Canva, 2025.

PROPOSTAS 05

Tipo de lazer

Lazer manual

Potencialidades a serem desenvolvidas

- Desenvolvimento da criatividade, paciência e habilidades manuais;
- Promoção da concentração, do autocuidado e da expressão emocional;
- Fortalecimento do trabalho colaborativo e da valorização das práticas tradicionais e sustentáveis;
- Estímulo à autonomia e ao protagonismo juvenil;
- Incentivo à consciência ecológica e alimentar.

Atividades a serem desenvolvidas:

- **Aulas introdutórias de crochê e bordado**, com foco no uso terapêutico e artístico dessas práticas;
- Produção de **artesanato**.

ETAPAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

OFICINAS PRÁTICAS DE ARTESANATO



Objetivo

Promover a conscientização ambiental e o protagonismo juvenil entre alunos do ensino médio do instituto federal, estimulando a criatividade e práticas sustentáveis por meio de oficinas rápidas de artesanato com materiais reciclados no intervalo do almoço.

Materiais necessários

- Materiais recicláveis coletados previamente: tampinhas de garrafa plástica, garrafas PET vazias, papelão de caixas, jornais ou revistas velhos.
- Ferramentas básicas de segurança: tesouras sem ponta, cola branca ou fita adesiva, marcadores permanentes e canetas para decoração.
- Itens complementares: aventais ou jornais para proteção da mesa, luvas descartáveis (opcional) e recipientes para descarte organizado de resíduos restantes.

Dinâmica de desenvolvimento

As oficinas serão realizadas quinzenal ou mensalmente, com duração adaptada ao intervalo do almoço, portanto, o espaço deverá ser reservado com antecedência e os materiais previamente coletados e armazenados no local. A atividade será organizada por um grupo de alunos voluntários ou representantes de turma, com apoio dos monitores. Cada oficina terá como foco a criação de um artesanato simples, sustentável e de fácil replicação em casa, como porta-copos de tampinhas plásticas, organizadores de garrafas PET ou enfeites de papelão reciclado.

A escolha dos projetos poderá ser feita com a participação dos próprios estudantes, promovendo o reconhecimento de sua criatividade e incentivando o protagonismo juvenil. Antes da execução, será feita uma breve contextualização sobre materiais recicláveis, seus impactos ambientais e benefícios da reutilização. Durante a atividade, os alunos atuarão de forma colaborativa, dividindo etapas de corte, colagem e montagem, aplicando normas básicas de segurança e higiene. Ao final, os participantes poderão exibir suas criações e compartilhar impressões.

Também será incentivado o registro da experiência em forma de fotos, vídeos ou pequenos relatos, que poderão compor um mural, um portfólio digital de reciclagem ou uma exposição cultural sobre sustentabilidade no instituto federal.



AULAS INTRODUTÓRIAS DE CROCHÊ



Objetivo

Oferecer aos estudantes uma experiência introdutória com o crochê e o bordado durante o intervalo interturno, promovendo o desenvolvimento de habilidades manuais, o bem-estar emocional, a concentração e a valorização da cultura artesanal como forma de expressão criativa e autocuidado.

Materiais necessários

- Agulhas de crochê de diferentes tamanhos;
- Agulhas de bordado e bastidores;
- Linhas de algodão, lã e linhas para bordado (diversas cores e espessuras);
- Retalhos de tecido (preferencialmente algodão) ou panos próprios para bordado;
- Tesouras sem ponta;
- Gráficos simples ou moldes impressos com pontos básicos de crochê e bordado;
- Caixas organizadoras ou estojos para guardar os materiais;
- Fichas explicativas com a história cultural das técnicas.

Dinâmica de desenvolvimento

As oficinas serão realizadas periodicamente durante o intervalo interturno, em local tranquilo e bem iluminado, como a biblioteca, o pátio coberto ou uma sala multiuso, visando proporcionar um ambiente acolhedor e propício à concentração. A atividade poderá ser conduzida por servidores com afinidade pela técnica, por voluntários da comunidade escolar ou por convidadas artesãs da região, promovendo também a valorização dos saberes populares.

Os encontros iniciarão com uma breve contextualização sobre a origem do crochê e do bordado, destacando sua importância cultural, econômica e terapêutica ao longo da história, especialmente para grupos populares e mulheres. Em seguida, os alunos serão introduzidos aos pontos básicos por meio de demonstrações práticas e tutoriais visuais.

Os participantes serão orientados a experimentar livremente as técnicas em pequenos projetos individuais, como pulseiras, marca-páginas, bordado de nomes ou símbolos em tecido. A proposta é que cada aluno avance no seu próprio ritmo, priorizando a experiência estética e o relaxamento mental, sem exigência de produtividade.

A socialização dos trabalhos poderá ocorrer por meio de uma pequena exposição escolar ou de registros fotográficos compartilhados em mural ou página institucional. A oficina também abre espaço para conversas informais, favorecendo a escuta, o apoio mútuo e a construção de vínculos entre os participantes.



Disponível no Canva, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

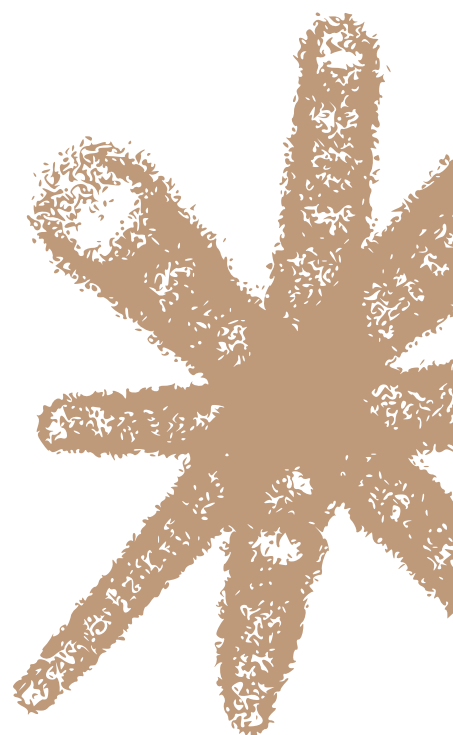
A construção deste caderno de atividades educativas e de lazer para o intervalo interturno no Ifac representa um esforço coletivo em prol da valorização da cultura juvenil, da promoção do bem-estar e do fortalecimento dos vínculos escolares. As propostas apresentadas neste material foram cuidadosamente pensadas a partir do diálogo com os estudantes, do reconhecimento de suas identidades múltiplas e de suas demandas por espaços de escuta, expressão e pertencimento.

As atividades aqui descritas que abrangem desde oficinas de capoeira, yoga, pintura, até rodas de conversa, encontros de cosplay, batalhas de rima, clubes do livro e feiras de troca foram organizadas com base nos interesses de lazer dos estudantes. Elas buscam romper com a lógica do tempo ocioso e da vigilância no intervalo, transformando-o em um tempo educativo ampliado, repleto de sentido, criatividade e liberdade.

Os autores também incluíram sugestões pessoais de atividades e buscou ampliar ao máximo as ideias coletadas, de modo a oferecer um leque diversificado de possibilidades para a realidade escolar. No entanto, compreende-se que algumas propostas podem (e devem) ser adaptadas, simplificadas ou priorizadas conforme a realidade de cada unidade escolar, os recursos disponíveis e os interesses dos estudantes. Por exemplo, nas propostas relacionadas a jogos esportivos ou a jogos de tabuleiro, recomenda-se escolher apenas uma modalidade por vez, de forma rotativa, para favorecer a organização, a participação ativa e o aprofundamento pedagógico das vivências. Essa alternância permite que as atividades se tornem mais significativas e bem aproveitadas, promovendo uma experiência mais rica e inclusiva.

Destaca-se a importância de garantir a inclusão de todos os estudantes nas atividades propostas. Isso significa atentar para a acessibilidade, as diferentes habilidades e os diversos interesses dos jovens, promovendo ambientes em que todos se sintam acolhidos e representados. A inclusão não deve ser um aspecto complementar, mas um princípio orientador das ações escolares.

Outro ponto fundamental é o respeito à livre escolha dos estudantes. Para que uma atividade se configure verdadeiramente como lazer, ela precisa ser realizada de forma voluntária e prazerosa. A imposição descaracteriza o sentido de descanso, liberdade e fruição que o tempo de intervalo deve proporcionar. Assim, recomenda-se que as atividades não sejam obrigatórias, mas oferecidas como possibilidades, respeitando o tempo e o interesse dos alunos.



Quanto à organização prática, sugere-se que, conforme a disponibilidade de espaço físico e equipe de apoio, possam ser realizados até três espaços diferentes por intervalo, possibilitando maior variedade de opções aos estudantes. Em contrapartida, também é viável concentrar esforços em apenas um espaço por dia, dependendo da atividade planejada, especialmente na fase de implantação é interessante sentir como os estudantes de cada instituição reagem e aderem à proposta. A definição dessa dinâmica pode ser construída coletivamente com os estudantes, ampliando o engajamento e o sentimento de pertencimento.

Reforça-se a importância da supervisão e do acompanhamento pedagógico das atividades, bem como da divulgação com antecedência por meio de murais, redes sociais institucionais ou informativos físicos. A previsibilidade contribui para que os estudantes se organizem e criem expectativas positivas em relação às ações ofertadas.

Além dessas ações, torna-se urgente refletir sobre a necessidade da criação de um Centro de Convivência ou espaço de descanso voltado aos estudantes. Um local onde seja possível relaxar, conversar de maneira tranquila, sentar com conforto, longe do excesso de ruídos como os de pratos e talheres no refeitório ou do barulho intenso do pátio. Esse tipo de espaço favorece não apenas o descanso físico, mas também o equilíbrio emocional, a convivência respeitosa e o cuidado mútuo, aspectos fundamentais para a permanência e o sucesso dos estudantes no ambiente escolar.

Ao oportunizar o envolvimento dos alunos como mediadores, artistas, organizadores e protagonistas, o Ifac reconhece a potência transformadora da juventude e amplia o alcance de sua missão institucional, integrando ensino, pesquisa, extensão e cultura em seu cotidiano escolar. Tais práticas também contribuem para a formação omnilateral dos estudantes, ao possibilitar o desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e técnicas em contextos não formais de aprendizagem.

É importante ressaltar que a implementação dessas propostas requer o compromisso coletivo da comunidade escolar, o apoio da gestão, a parceria com professores, servidores técnicos e agentes externos, além da escuta atenta e contínua dos jovens. Esse caderno não se encerra em si mesmo, mas deve ser constantemente revisitado, ressignificado e ampliado conforme as realidades locais, os interesses dos alunos e os desafios da contemporaneidade.

Que este material inspire educadores e estudantes a ocupar os tempos e espaços escolares com mais autonomia, empatia, respeito à diversidade e criação coletiva. Afinal, educar é também acolher, dialogar e criar ambientes onde todos se sintam pertencentes, reconhecidos e capazes de transformar o mundo ao seu redor.



REFERÊNCIAS

AC24HORAS. Instituto Federal do Acre faz chamada oral para cursos superiores; são ofertadas 289 vagas em Rio Branco. 2018. Disponível em: <https://ac24horas.com/2018/02/23/ifac-realiza-chamada-oral-para-cursos-superiores-sao-ofertadas-289-vagas/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

APPLE, M. W. Educação e poder. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ARROYO, M. Currículo, território em disputa. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta a organização da Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Federal do Acre. Cursos técnicos integrados - Campus Rio Branco. Rio Branco, 2025. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/cursos-tecnicos-integrados-campus-rio-branco>. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

BRASIL. Instituto Federal do Acre. Missão, visão e valores. 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

BRASIL. Instituto Federal do Acre. Regimento dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do Ifac. Rio Branco: Ifac, 2020. Disponível em: <https://web.ifac.edu.br/profep/wp-content/uploads/sites/53/2021/05/Novo-Regimento-Stricto-Sensu.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Federal do Acre. Resolução Consu/Ifac nº41, de 17 de dezembro de 2021. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Rio Branco, 2021. Disponível em: https://www.ifac.edu.br/o-ifac/planejamento-e-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/Resolucao41_2021PDIIfac.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 253, p. 1—3, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional da Educação Profissional e Tecnológica — 2021. Brasília: MEC/SETEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/catalogo-nacional-da-educacao-profissional-e-tecnologica-2021.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 28 de agosto de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha - Paineis Power BI. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQOMy00OGVlZWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYiYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha - Paineis Power BI. Brasília, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQOMy00OGVlZWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYiYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 34—36, 21 set. 2012. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEB-Res-CNE-06-2012.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRIGOTTO, G. A educação e a crise do trabalho: pedagogia da alternância e educação omnilateral. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. da G. Educação não formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

HABOWSKI, A. C.; CONTE, E. O ócio criativo e suas perspectivas na educação. Linhas Críticas, Brasília, v. 26, p. e24711, jan./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.24711>>. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

Ifac. Instituto Federal do Acre. Cursos Técnicos Integrados — Campus Rio Branco. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. Resolução CONSU/IFAC nº 40, de 20 de outubro de 2017. Aprova o Projeto Pedagógico de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática para Internet do Campus Rio Branco. Rio Branco, 2017. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integradoem-informatica-para-internet.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. Resolução CONSU/IFAC nº 39, de 20 de outubro de 2017. Aprova o Projeto Pedagógico de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações do Campus Rio Branco. Rio Branco, 2017. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-edificacoes.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. Resolução CONSU/IFAC nº 13, de 14 de fevereiro de 2020. Aprova o Projeto Pedagógico de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores do Campus Rio Branco. Rio Branco, 2020. Disponível em: <<https://www.ifac.edu.br/o-ifac/ensino/cursos/campus-rio-branco/integrado/ppc/crb-ppc-integrado-em-redes-de-computadores.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2025.

MELO, V. A. de; ALVES JR., Edmundo de Drummond. Introdução ao lazer. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2012.

MOLL, J. Educação integral: fundamentos e práticas. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

MOURA, D. M. Educação Profissional e Tecnológica: fundamentos históricos e legais. Brasília: IFB, 2014.

SANTOS, A. A. C.; SOUZA, M. P. R. de. Cadernos escolares: como e o que se registra no contexto escolar? 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/XZrKttgfVBPhmrprzD9phtf/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SILVA, R. S.; OLIVEIRA, C. B. de. Educação profissional e juventude: itinerários no Ifac. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, v. 9, n. 2, p. 223—245, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/3770>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOBRE OS AUTORES



GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA

É licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Acre (UFAC, 2018) e em Pedagogia pelo Centro Universitário FIEO (2022). Possui especialização em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Campos Eliseos (2022). É mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT, 2023). Atua como professora de Educação Física na rede estadual do Acre, em escola de tempo integral, pela Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE/AC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5815261408890924>.



GLEDIR DE ARAÚJO AMARAL

Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Acre (2004), especialização em Gestão e Administração do Esporte e Lazer pelo Instituto de Ensino Superior do Acre (2005), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Acre (2014) e doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (2018). É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre onde desenvolve ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Tem experiência nas áreas: Educação Profissional, com ênfase em Práticas Educativas; Educação Física, com ênfase em educação física escolar; e Saúde Coletiva, com ênfase em epidemiologia. Atua principalmente nos seguintes temas: educação profissional, cultura corporal de movimento, capoeira, atividade física e saúde, qualidade de vida, epidemiologia das doenças crônicas e agravos à saúde decorrentes da Covid-longa.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6838016040199595>

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7221-5364>



RICARDO DOS SANTOS PEREIRA

É Professor Efetivo EBTB/Biologia no Instituto Federal do Acre, onde atua no Ensino Médio Integrado (Ifac/CXA), em Cursos de Graduação (Ifac/CXA), em Cursos de Especialização Presenciais (Ifac) e EaD (Ifac/UAB), no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifac), no Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNIT/Ifac) e no Mestrado Profissional em Ciências e Matemática (MPECIM/UFAC). Possui Licenciatura em Ciências Biológicas (2004) e Bacharelado em Biologia do Desenvolvimento (2005) pela Universidade Federal Fluminense (IB/UFF). Realizou o Mestrado em Ciências/Bioquímica (2007) pelo Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IQ/UFRJ). Concluiu o Doutorado em Ciências/Biologia Celular e Molecular (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz). Atuou como Professor de Biologia na SEE/RJ (2010) e como Professor de Ciências na SME/RJ (2011). Também atuou como Tutor de Apoio ao Professor no Departamento de Mídias Digitais do CEDERJ (2011/2012), onde trabalhou com o Ensino à Distância (EaD) utilizando a Plataforma Moodle. Foi Coordenador do Projeto "Espaço Ifac de Ciências" e Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de Biociências (GPEnBio/CNPq/Ifac). Atualmente está concluindo seu Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Biotecnologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4372251203476914>

OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7148-5055>



EDULAZER

CONEXÃO INTERTURNO

Mestranda:

Gabriela Barbosa Chaves de Souza

Orientadores:

Cledir de Araújo Amaral

Ricardo dos Santos Pereira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS NO INTERVALO INTERTURNO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC.

Pesquisador: GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85142724.3.0000.0233

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.595.027

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Protocolo de Pesquisa institucional vinculado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC, intitulado "PROMOÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS NO INTERVALO INTERTURNO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC". Este protocolo visa atender às exigências do curso de mestrado do PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT, da pesquisadora GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA, tendo como orientador o Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira. A pesquisa propõe investigar práticas educativas de lazer durante o intervalo interturno no Instituto Federal do Acre, considerando a obrigatoriedade de oferecer cursos técnicos de nível médio em período integral, o que gera tempos livres entre turnos escolares. Diante disso, busca-se responder como atividades educativas de lazer podem contribuir para a formação integral dos alunos do Ensino Médio Integrado (EMI). Para alcançar esse objetivo, o estudo se fundamenta em autores que discutem a relação entre trabalho, educação e lazer, como Saviani, Dumazedier e De Masi, além de outros que abordam o papel dos espaços educacionais e a importância do ócio criativo. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, será realizada com alunos e professores do IFAC, Campus Rio Branco, nos cursos técnicos de Edificações, Redes de Computadores e Informática para Internet, e utilizará questionários via Google Forms como instrumento de coleta de dados e rodas de conversas. A análise seguirá a "Espiral de Creswell", permitindo uma abordagem cíclica e interpretativa dos dados obtidos.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

Como produto final, espera-se desenvolver um caderno de orientações para práticas educativas que otimizem o intervalo interturno, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo o papel formativo dos Institutos Federais.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

- Propor atividades educativas que estimulem o ócio criativo contribuindo com a formação integral dos alunos do Ensino Médio Integrado no IFAC - Campus Rio Branco.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar práticas educativas no intervalo interturno enquanto elementos para a formação integral no Ensino Médio Integrado.

- Levantar junto aos docentes e discentes propostas de práticas educativas a serem desenvolvidas no intervalo interturno.

- Organizar e aplicar as propostas de práticas educativas com os alunos no intervalo interturno.

- Elaborar um caderno de orientações de práticas educativas a serem realizadas no intervalo interturno no EMI.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

IBP e PD:

Esta pesquisa pode gerar incômodo e/ou desconforto temporário ou permanente ao responder o questionário, apesar de a mesma ser anônima. No entanto, será garantido aos participantes que podem desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou implicações de ordem pessoal ou individual a eles. Além disso, se necessitar de suporte psicológico serão encaminhados aos profissionais existentes na instituição ou à rede de atendimento pública.

Medidas de Minimização de Riscos:

O pesquisador apresenta o seguinte texto, em igual teor em todos os documentos submetidos

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

(PB, TCLE, TALE e IBP), em relação aos riscos da pesquisa:

A pesquisadora apresentou os riscos da pesquisa no Projeto Detalhado (PD), constando também no IBP e no TCLE e no TALE:

Para minimizar os riscos da pesquisa, a coleta de dados se dará de forma on-line e anônima, proporcionando mais conforto e privacidade aos pesquisados, com uma abordagem humanizada, apenas no que diz respeito às respostas necessárias para a pesquisa. O questionário não terá identificação nominal, a fim de garantir o anonimato. O participante pode interromper sua participação a qualquer momento, informando ao responsável pela pesquisa. Sempre que necessário a pesquisadora estará disponível para esclarecer quaisquer questões sobre a pesquisa, sendo os participantes informados adequadamente.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Solicitou-se a pesquisadora inserir os riscos e minimização dos mesmos no que se refere às rodas de conversas.

- A pesquisadora atendeu a solicitação, inserindo os riscos e benefícios no IBP em caixa alta e no PD na cor vermelha, constando também no TCLE e no TALE em cor vermelha. Com o seguinte texto:

"Quanto às rodas de conversa, há um risco mínimo de desconforto dos participantes ao compartilharem suas opiniões e vivências. Insegurança de não saber responder ou cansaço ao responder perguntas. Também há a chance de identificação, já que os participantes estarão reunidos e a presença dos colegas pode influenciar as respostas. Além disso, há a perda de tempo que poderia estar sendo utilizado em outra atividade do instituto, e a incerteza sobre o resultado da pesquisa poderá gerar um mínimo de apreensão. Em contrapartida, esse risco mínimo justifica-se pela chance de participar das decisões que afetam seu bem-estar no instituto, exercendo assim a cidadania, por se fazer ser reconhecido socialmente e ouvido a partir de uma inserção cultural e de lazer, fortalecendo assim a identidade juvenil do campus. E a pesquisadora terá oportunidade de conhecer o cotidiano e desafios enfrentados pelos jovens para a partir desse olhar propor atividades educativas no intervalo interturno. Para minimizar

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

os riscos nas rodas de conversas será garantido o sigilo dos dados dos participantes, também será afirmado pela pesquisadora que a participação é voluntária, portanto a qualquer momento o participante poderá se retirar do local sem qualquer prejuízo, também será oportunizado um ambiente acolhedor e segura para este momento."

- Considera-se adequado e a solicitação atendida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo apresenta uma temática de significativa relevância educacional ao abordar práticas educativas de lazer no intervalo interturno, especialmente em um contexto de ensino integral no Ensino Médio Integrado. O protocolo de pesquisa apresenta mérito acadêmico e social, alinhando-se aos objetivos formativos do Ensino Médio Integrado e aos princípios institucionais do IFAC. Contudo, é imprescindível que as questões éticas sejam integralmente atendidas, assegurando a proteção dos participantes e a conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1 - Folha de Rosto (FR):

ANÁLISE DA FOLHA DE ROSTO:

Consta a assinaturas digitais da pesquisadora no dia 11/11/2024 e do senhor Ubiracy da Silva Dantas, no datada de 18/11/2024.

- Considera-se adequado

2 - Projeto de Pesquisa Detalhado:

Considerando que "a revisão ética dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser associada à sua análise científica" (Resolução CNS Nº 466/2012 VII.4), serão analisados os itens do Projeto de Pesquisa que contém inadequações e precisam de revisão, para que se conclua a revisão ética da proposta de pesquisa.

2.1 O Projeto Detalhado (PD):

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

Apresenta todos os elementos obrigatórios de um projeto de pesquisa conforme normas vigentes.

2.2 Título do Projeto:

É apresentado da mesma forma em todos os documentos do protocolados.

2.3 Resumo:

Apresenta forma e estruturada adequada: Introdução, objetivo, justificativa, metodologia e o desfecho pretendido.

Apresenta como palavras-chave: : Ócio Criativo; Lazer; EMI; EPT;

2.4 Problema e Hipótese de Pesquisa:

2.4.1 Problema de Pesquisa:

O seguinte problema é apresentado no PD e no IBP:

No Instituto Federal do Acre (IFAC), alunos do ensino médio integrado (EMI) estudam ao menos dois dias por semana em tempo integral para cumprir a carga horária que congrega a formação técnica e propedêutica. Um problema decorrente disso é a necessidade de os alunos permanecerem na instituição durante o intervalo entre os turnos.

AVALIAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA:

Considera-se, que o problema de pesquisa é compatível com o Objetivo Geral da Pesquisa apresentado no PD e no IBP.

2.4.2 Hipótese:

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

Práticas educativas de lazer, implementadas durante o intervalo interturno no Instituto Federal do Acre (IFAC), podem contribuir significativamente para a formação integral dos alunos do Ensino Médio Integrado (EMI), promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e cognitivas, além de fortalecer o papel formativo da instituição. Com a introdução dessas atividades, espera-se que o tempo livre entre turnos escolares, normalmente ocioso, possa se transformar em um espaço de aprendizado e crescimento integral, alinhando-se às diretrizes e objetivos dos Institutos Federais.

AVALIAÇÃO DA HIPÓTESE:

- Considera-se adequado.

2.5 Objetivos

2.5.1 Objetivo Primário/Geral:

Não há divergências no enunciado do Objetivo Geral nos documentos do Protocolo de Pesquisa.

2.5.2 Objetivos Secundários/Específicos

Foram apresentados quatro objetivos secundários/específicos, não havendo divergências nos documentos do Protocolo da Pesquisa.

- Considera-se adequado

Metodologia

Propõe-se neste projeto uma pesquisa de natureza aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimentos sobre atividades educativas que possam ser aplicadas no intervalo interturno. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) quanto à natureza, a pesquisa é aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. O estudo possui uma abordagem qualitativa, que para Silva e Menezes (2005) é um método que considera a relação entre o mundo real e o

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.595.027

sujeito. Quanto aos objetivos a proposta será exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, aplicação de questionários e análise de exemplos que estimulem a compreensão do assunto pesquisado. Além disso, na pesquisa descritiva o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem interferir neles, e envolve uso de técnicas padronizadas para coletar dados como a roda de conversa (Prodanov e Freitas, 2013). Esse trabalho será conduzido com base nos princípios da pesquisa participante. Na pesquisa participante o pesquisador passa a interagir com os pesquisados em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Segundo Prodanov e Freitas (2013) realizar a pesquisa participante implica em compreender o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca da situação em que vivem.

- Considera-se a metodologia adequada para a proposta de pesquisa apresentada.

2.5.3 Critérios de Inclusão:

Foi identificado o seguinte texto no PD e IBP:

Inclusão:

- Estar matriculado em um dos cursos do EMI no IFAC, Campus Rio Branco;
- Permanecer no campus durante o intervalo interturno.- Professores que atuaram ministrando alguma disciplina no EMI no último ano.

Exclusão:

- Estudar no Campus Rio Branco há menos de 6 meses;
- Não ter frequência regular nas aulas (menor que 75%), em especial nos dias de aulas em período integral ou estar em afastamento das atividades escolares durante a pesquisa;- Não permanecer no prédio durante os intervalos;
- Professores que têm menos de um ano de experiência no EMI.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.595.027

- Considera-se adequados.

2.5.4 Metodologia de Análise de Dados:

O processo de análise dos dados se dará a partir da "Espiral do Creswell". Para Creswell (2014), o processo de análise de dados não é linear. O pesquisador ao analisar os dados se envolve em um processo de movimento circular. O estágio inicial se dá quando a pesquisa organiza os dados em arquivos de um computador, depois converte seus arquivos em unidades de texto. Após a organização dos dados, o pesquisador explora por vezes os dados, analisando detalhes para ter uma ideia do todo antes de separá-lo em partes. Neste momento, o pesquisador pode fazer pequenas anotações dos dados, como frases curtas ou conceitos-chave, para identificar as ideias principais. O próximo passo é digitalizar toda a base dos dados, transcrevendo todas as evidências em áudio ou visual, refletindo sobre os pensamentos mais amplos dos pesquisados para formar categorias, encontrando evidências para apoiar cada uma. Creswell inicia a codificação de forma simples, com cinco ou seis categorias (temas), e depois amplia à medida que examina melhor os dados. Os nomes dos códigos podem surgir a partir de palavras usadas pelos participantes, também podem ser nomes extraídos das ciências sociais ou saúde, ou nomes que o pesquisador cria para melhor descrever a informação. Após desenvolver os códigos, são formados temas a partir dos códigos e, estes são organizados em unidades maiores, onde o pesquisador deve interpretar os dados, vinculando a sua interpretação à literatura pesquisada.

- Os textos apresentados no PD e nas IBP são idênticos.

- Considera-se adequado.

2.6 - Avaliação dos Aspectos Éticos:

Os Aspectos Éticos foram apresentados em seção própria no PD e foram objeto de análise nas seções Avaliação dos Riscos e Benefícios; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, deste Parecer.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.595.027

2.7 - Desfechos:

2.7.1 Desfecho Primário e secundário:

No PD e nas IBP, o Desfecho Primário foi explicitado no seguinte texto:

Os dados provenientes da pesquisa servirão de base para a elaboração de um caderno de orientação de práticas educativas a serem realizadas no intervalo interturno com o EMI. Este caderno deve ser elaborado ouvindo o interesse dos discentes e incluindo o olhar dos professores que conhecem as necessidades de aprendizagem dos alunos e a realidade dos recursos existentes na instituição. O caderno de orientação tem como objetivo proporcionar alternativas de atividades de lazer, culturais ou artísticas, que possam contribuir com o desenvolvimento integral dos alunos, transformando o ambiente do intervalo em um ambiente lúdico, educativo e interativo.

- Considera-se adequado.

Desfecho secundário: Espera-se que o caderno traga benefícios para os alunos e professores, melhorando o ambiente educativo e proporcionando atividades que desenvolvam os alunos de forma integral durante o intervalo interturno.

- Considera-se adequado.

2.8 - Cronograma de Execução:

Solicitou-se adequação no cronograma no que se refere a identificações das etapas, com as datas de início e término, em igual teor no PD e IBP. Também fez-se a recomendação de que fosse inserido, ao cronograma, a data de entrega do relatório final ao CEP.

- A pesquisadora atendeu a solicitação e recomendação, conforme orientação.

- Considera-se adequado.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

2.9 - Orçamento Financeiro:

As planilhas constantes no PD e no IBP NÃO apresentam igual teor nos itens e valores especificando. No PD o valor total do projeto é de R\$12.458,00, enquanto que no IBP consta o valor total de R\$ 8.259,00.

Solicitou-se que fosse inserido todos os itens e valores em igual teor no PD e IBP. A pesquisadora atendeu a solicitação apresentando os itens e valores em igual teor em todos os documentos protocolados.

- Considera-se adequados.

2.10 - Referências:

- Consideram-se adequadas ao estudo proposto.

3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

3.1- Encontram-se adequados:

a) O TCLE foi redigido em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, em forma de convite ao participante. (Res. CNS Nº 466/12 - II.23);

b) Foi explicitada a garantia da assistência imediata e integral ao participante da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - II.3.1, II.3.2 e IV.3.c);

c) A garantia de plena liberdade do participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.d);

d) A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.e);

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

- e) A garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.f);
- f) A garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.g);
- g) O TCLE está assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- h) O TCLE está assinado, ao seu término, (...) assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s). (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- i) A página das assinaturas se encontra na mesma folha do Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- j) Consta o endereço e contato telefônico ou outro do CEP local (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- k) Consta DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.a);
- l) Explicita que o documento foi elaborado em duas vias, RUBRICADAS EM TODAS AS SUAS PÁGINAS (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- m) Constam o endereço e contato telefônico ou outro, DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- n) Evidencia os RISCOS e BENEFÍCIOS aos participantes da pesquisa.

- Considera-se adequado.

3. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

- a) O TALE foi redigido em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, em forma de convite ao participante. (Res. CNS Nº 466/12 - II.23);
- b) Foi explicitada a garantia da assistência imediata e integral ao participante da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 II.3.1, II.3.2 e IV.3.c);
- c) A garantia de plena liberdade do participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.d);
- d) A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.e);
- e) A garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do TALE (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.f);
- f) A garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.g);
- g) O TALE está assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- h) O TALE está assinado, ao seu término, (...) assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s). (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- i) A página das assinaturas se encontra na mesma folha do Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- j) Consta DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.a);
- k) Constam o endereço e contato telefônico ou outro, DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

(Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);

l) Evidencia os RISCOS aos participantes da pesquisa;

m) Evidencia os BENEFÍCIOS aos participantes da pesquisa;

- Considera-se adequado.

4. Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa:- Inclusão dos instrumentos de coleta de dados (Questionário, roteiros, entre outros.)

Foram apresentados como anexos do PD (APÊNDICE C - Questionário Discentes IFAC e APÊNDICE D Questionário Docentes IFAC).

- Contudo, a pesquisadora indica que fará rodas de conversas com os participantes da pesquisa e não apresentou roteiro ou direcionamento de como se dará as rodas de conversas. Assim, solicitou-se que fosse incluído roteiro ou direcionamento das rodas de conversas.

- A pesquisadora atendeu a solicitação, incluindo o roteiro de conversa para a roda com os discentes, e o roteiro para a roda com os docentes. De modo que serão feitas duas rodas de conversas, uma para discentes e outra para docentes. Sendo APÊNDICE C - Questionário Discentes IFAC e APÊNDICE D - Questionário Docentes IFAC.

- Considera-se atendida a solicitação adequadamente.

5. Autorização para a Realização da Pesquisa e Declaração de Infraestrutura:

Foi apresentado o documento emitido pelo Diretor Geral do IFAC Campus Rio Branco, sr. Cleilton Sampaio de Farias, datado e assinado em, 21 de outubro de 2024.

- Considera-se adequado

6. Declaração de Início da Coleta: Foi apresentada declaração devidamente assinada pela

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC**



Continuação do Parecer: 7.595.027

pesquisadora na data de 21 de outubro de 2024.

- Considera-se adequada.

7. Uso de Dados da Pesquisa: Foi apresentado o documento devidamente preenchido e assinado pela pesquisadora no dia 21 de outubro de 2024.

- Considera-se adequada.

8. Termo de Assentimento: Foi apresentado.

- Considera-se adequado.

9. NÃO SE APLICAM OS SEGUINTE DOCUMENTOS: Termo de Autorização para Acesso e Uso de Prontuário Clínico emitido pelo paciente ou seu representante legal; Termo de Anuência da Comunidade Indígena ou justificativa para a não apresentação da anuência; Termo de Compromisso de Utilização de Dados de Arquivo (TCUD); Declaração de que toda pesquisa a ser feita com material biológico armazenado será submetida para a aprovação do CEP e/ou CONEP; Acordo Interinstitucional de Operacionalização, Compartilhamento, Uso de Material e Partilha em caso de Dissolução de Parceria; Regulamento do Banco de Material Biológico.

Recomendações:

Solicitações e recomendações foram sanadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando as exposições constantes deste Parecer na avaliação dos riscos e benefícios, nos comentários e considerações sobre a Pesquisa e nas considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória, conclui-se que o Protocolo de Pesquisa atendeu as solicitações e recomendações, sanando todas as pendências, conforme as recomendações e solicitações deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) pesquisador (a)

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

O projeto de pesquisa atende os preceitos éticos de proteção aos participantes da pesquisa estabelecidos nas Resoluções CNS Nº 466/2012 e 510/2016, e Norma Operacional nº 001/2013. Portanto, o projeto é considerado aprovado para execução.

Recomendamos atenção aos prazos de apresentação do relatório FINAL da pesquisa realizada. Anexar o mesmo na plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2450028.pdf	14/04/2025 10:42:50		Aceito
Outros	CartaRespostaAsPendencias.pdf	03/02/2025 21:25:14	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito
Outros	formulario10TALE.pdf	03/02/2025 20:17:29	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	formulario9TCLE.pdf	03/02/2025 20:13:32	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaCorrigido.pdf	03/02/2025 20:10:23	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	formulario11.pdf	20/11/2024 12:30:50	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_gabriela.pdf	20/11/2024 12:21:15	GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.595.027

RIO BRANCO, 26 de Maio de 2025

Assinado por:
Taita Lima do Nascimento
(Coordenador(a))

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE
Av. Brasil, nº 920, - Bairro Xavier Maia, Rio Branco/AC, CEP 69.903-068
Telefone: (68) 2106-5900 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.ifac.edu.br>

DECLARAÇÃO

Processo nº 23841.000898/2020-71

Interessado: Coordenação do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

Declaramos que **Ricardo dos Santos Pereira**, ex-professor permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), realizou as seguintes orientações no programa como especificamos abaixo:

A dissertação intitulada **LAZER CRIATIVO: CONSTRUÇÃO DE NOVOS SENTIDOS PARA O INTERVALO INTERTURNO** da mestranda GABRIELA BARBOSA CHAVES DE SOUZA foi elaborada sob a orientação de:

No período de 06/2023 até 11/2023 – Orientação do Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral

No período de 06/2023 até 11/2023 – Coorientação Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira

No período de 12/2023 até 11/2024 – Orientação Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira

No período de 12/2024 até a conclusão – Orientação do Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral

Destaca-se que o Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira após seu descredenciamento deste PPG, a partir de 01/2025 continuou de maneira voluntária a coorientação da mestranda em parceria com o Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral. Salienta-se ainda a valorosa contribuição científica do professor Ricardo dos Santos Pereira para o programa onde orientou diversos alunos e participou de bancas e projetos.

Sem mais a declarar subscrevemos,



Documento assinado eletronicamente por **José Júlio César do Nascimento Araújo, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação**, em 22/12/2025, às 08:55, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1269587** e o código CRC **4CC79303**.